

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAROLINE SOARES AGEITOS

PLANO COLÔMBIA: UMA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO AOS RESULTADOS

Santana do Livramento

2021

CAROLINE SOARES AGEITOS

PLANO COLÔMBIA: UMA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO AOS RESULTADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
Orientador: Prof. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi

Santana do Livramento

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

AGEITOS, CAROLINE SOARES

PLANO COLÔMBIA: UMA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO AOS RESULTADOS /
CAROLINE SOARES AGEITOS.

94 p.

A265p Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021.

"Orientação: KAMILLA RAQUEL RIZZI".

1. PLANO COLÔMBIA. 2. RELAÇÕES COLÔMBIA-EUA. 3. NARCOTRÁFICO. 4.
FARC. I. Título.

CAROLINE SOARES AGEITOS

PLANO COLÔMBIA: UMA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO AOS RESULTADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 24/09/2021.

Banca examinadora:

Prof^a. Orientadora Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Prof. Dr^a. Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Prof^a. Dr^a. Nathaly Xavier Schutz
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho ao meu futuro, pois sei que ele fará de mim uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o meu “obrigada” vai para Deus, por autorizar que eu esteja aqui presente na data de hoje. O agradecimento especial vai para a minha família, por sempre acreditar em mim. Obrigada, pai e mãe, pela dedicação à formação do caráter de seus filhos, por sempre pensar na nossa felicidade. Nós somos gratos pela vida de vocês. Agradeço aos meus irmãos, por fazerem minha vida mais feliz. Obrigada, tios e tias, por sempre puxarem minha orelha. Sem vocês, esse momento não teria a mesma graça. Obrigada, vó e vô, pelo carinho de sempre. Obrigada ao meu companheiro, por estar ao meu lado acreditando em mim neste momento.

Agradeço também imensamente os meus amigos e à todas as pessoas que, de alguma forma, nunca deixaram de dar apoio e incentivo a mim. A vocês, o meu “muito obrigada”. Vocês fazem parte da construção da pessoa que sou hoje.

Na análise das relações internacionais, convém caracterizar, para fins de clarificação e organização de uma realidade empírica extremamente complexa, os diversos sistemas nelas incidentes, procurando simultaneamente apontar o que têm em comum e aquilo que lhes é específico (LAFER, Celso, 1972, p. 771).

RESUMO

O presente trabalho visa analisar um acordo bilateral concretizado entre a Colômbia e os Estados Unidos da América (EUA), no final do século XX. O Plano Colômbia (1999), assinado pelos presidentes Andrés Pastrana Arango e Bill Clinton. Foi projetado para criar contenções ao narcotráfico e aos grupos guerrilheiros presentes no território da Colômbia, em especial as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), ambas de inspiração político-militar comunista e também ao grupo paramilitar de extrema direita Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC). Estes objetivos somavam à promoção do desenvolvimento econômico e social da Colômbia, que só seria alcançável com a deterioração dos fatores negativos, aumentando a segurança do país. O objetivo da pesquisa é entender historicamente a execução e objetivos do Plano Colômbia desde sua criação até o ano 2010, durante a presidência de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), e discorrer a posição da Colômbia frente o acordo, percorrendo pelas políticas adotadas. Dado o seguinte, a pesquisa irá partir do seguinte questionamento: quais foram os resultados do Plano Colômbia no cenário do Estado colombiano? Como hipótese de pesquisa, identifica-se que o Plano Colômbia foi benéfico para ambas as partes envolvidas. Essa relação Colômbia - EUA aparenta ser fiel e benéfica para ambos os países, principalmente quando estudado o período governado por Álvaro Uribe, onde o país norte-americano esteve presente em solo sul-americano atuando contra o narcotráfico e as guerrilhas, sustentado pelos recursos do Plano Colômbia. Utilizando da pesquisa qualitativa e descritiva foi possível observar que o Plano Colômbia foi benéfico não só para uma das partes envolvidas no acordo. Ao longo dos anos a Colômbia foi enfrentando a presença das FARC, e do narcotráfico no país utilizando da força bélica americana. Suas questões voltadas, em grande parte, às questões de segurança, fizeram que os EUA mantivessem na região sul-americana um forte poder bélico ativo, e sua influência para o Estado colombiano foi de característica positiva, já que o país começou a usufruir de um nível de desenvolvimento proeminente.

Palavras-chave: Plano Colômbia, Colômbia, Estados Unidos, narcotráfico, FARC

ABSTRACTO

Este trabajo tiene como objetivo analizar un acuerdo bilateral entre Colombia y los Estados Unidos de América (EEUU), a fines del siglo XX. El Plan Colombia (1999), firmado por Andrés Pastrana Arango y Bill Clinton, fue diseñado para crear contención al narcotráfico y a los grupos guerrilleros presentes en el territorio de Colombia, especialmente las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), ambos de inspiración político-militar comunista y también del grupo paramilitar de extrema derecha Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). Estos objetivos se suman a la promoción del desarrollo económico y social de Colombia, que solo sería alcanzable con el deterioro de los factores negativos allí presentes, aumentando la seguridad del país. El objetivo de esta investigación es comprender históricamente la ejecución y los objetivos del Plan Colombia desde su creación hasta el año 2010, durante la presidencia de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), y también discutir la posición de Colombia frente al acuerdo, abarcando los aspectos adoptados. Dado lo siguiente, la investigación partirá de la siguiente pregunta: ¿Cuáles fueron los resultados del Plan Colombia en el escenario del Estado colombiano? Como hipótesis de investigación, se identificó que el Plan Colombia fue beneficioso para ambas partes. La relación Colombia-Estados Unidos parece ser fiel y beneficiosa para ambos países, especialmente al estudiar el período gobernado por Álvaro Uribe, cuando el país norteamericano estuvo presente en el suelo sudamericano, actuando contra el narcotráfico y la guerrilla, apoyado con recursos del Plan Colombia. Mediante una investigación cualitativa y descriptiva, se pudo observar que el Plan Colombia fue beneficioso no solamente para una de las partes involucradas en el acuerdo. A lo largo de los años, Colombia ha enfrentado a la presencia de las FARC y al narcotráfico en el país, utilizando la fuerza militar estadounidense. Sus temas, en gran parte centrados en temas de seguridad, hicieron que Estados Unidos mantuviera un fuerte poder militar activo en la región de sudamericana, y su influencia en el Estado colombiano fue positiva, ya que el país comenzó a disfrutar de un nivel de desarrollo destacado.

Palabras clave: Plan Colombia, Colombia, Estados Unidos, narcotráfico, FARC

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Aspectos definidores do Sistema-Mundo.....	21
FIGURA 2 – Território do Estado colombiano	28
FIGURA 3 – Reunião do presidente eleito Andrés Pastrana e do presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, sobre a primeira visita de Estado	52
FIGURA 4 – Zona de atividade das FARC-EP.....	53
FIGURA 5 – Zona de atividade do ELN.....	54
FIGURA 6 – Zona de atividade do AUC.....	55
FIGURA 7 – Gastos militares da Colômbia.....	57
FIGURA 8 – Tendência de homicídio entre janeiro de 2002 e abril de 2004 na Colômbia.....	75
FIGURA 9 – Tendência de sequestro entre janeiro de 2002 e abril de 2004 na Colômbia.....	76
FIGURA 10 – Plano Colômbia – Assistência para a Colômbia	77
FIGURA 11 – Novas bases americanas na Colômbia.....	78
FIGURA 12 – Ocupação das FARC em território colombiano em 2008.....	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Presidentes da Colômbia.....	47
---	----

LISTA DE SIGLAS

ALADI	Associação Latino Americana de Integração
AUC	Autodefensas Unidas da Colômbia
CGR	Controladoria Geral de República
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ELN	Exército de Libertação Nacional
EP	Exército do Povo
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FARC EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
FMI	Fundo Monetário Internacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PSD	Política de Segurança Democrática
TLC	Tratado de Livre Comércio
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas / União Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	19
2	FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO COLOMBIANO	25
2.1	COLÔMBIA PRÉ-COLOMBIANA E A COLONIZAÇÃO	25
2.2	DA INDEPENDÊNCIA AO FINAL DA GUERRA FRIA: AVANÇOS E RETROCESSOS	27
3	O CENÁRIO PÓS-GUERRA FRIA NA COLÔMBIA	32
3.1	COLÔMBIA: RURALIDADE, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA	38
4	O PLANO COLÔMBIA: DA SEGURANÇA REGIONAL À PRESENÇA ESTRATÉGICA NORTE-AMERICANA	50
4.1	O GOVERNO URIBE (2002-2010)	59
4.2	AVALIANDO O PLANO COLÔMBIA: QUÊ RESULTADOS CONCRETOS?	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar, através da pesquisa bibliográfica, um acordo bilateral realizado entre os Estados da Colômbia e Estados Unidos da América no período pós-Guerra Fria, o Plano Colômbia, firmado no ano 1999. Também foram utilizadas abordagens qualitativa e exploratória descritiva, afim de analisar dados pré-existentes referentes ao tema, conhecendo, entendendo e descrevendo o mesmo. Sendo assim, o Plano Colômbia tinha como seu principal objetivo a questão desenvolvimentista, dando devida importância ao desenvolvimento social, econômico, político e militar da Colômbia.

Projetado entre os presidentes Andrés Pastrana Arango e Bill Clinton, o Plano Colômbia criou políticas para contenção do narcotráfico e dos grupos guerrilheiros presentes no território da Colômbia, em especial as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), ambas de inspiração político-militar comunista, e também dos grupos paramilitares, a exemplo do Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC), de ideologia de extrema direita. Estes objetivos somavam à promoção do desenvolvimento econômico e social da Colômbia, que só seria alcançável com a deterioração dos fatores negativos ali presentes, aumentando a segurança do país. Para isso, foi feita uma análise acerca da política nacional da Colômbia e dos interesses externos de ambos os países na manutenção de tal plano.

A política internacional durante a maior parte do século XX não era de cunho relacionado à cooperação ou integração; a maioria dos países tinham a ascensão econômica, militar e territorial como principais objetivos políticos, o que incitava a concorrência e o conflito, e não a diplomacia. A exemplo disso, cita-se o estopim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que por sua vez foi motivada por interesses nacionalistas e imperialistas da época.; envolveu o cenário global, fazendo com que diversas nações participassem, e como consequência, passou a existir uma reformulação do mapa mundial. Este cenário passou a ser favorável para as relações entre América Latina e EUA a partir dos anos 1940, quando o país norte-americano implementou a política da Boa Vizinhança com o objetivo de minimizar a influência europeia na região, e consequentemente manter sua liderança.

A política americana dos primeiros trinta anos deste século, abertamente intervencionista, começou a ser explicitamente rejeitada pelos países latino-americanos e até pela opinião pública estadunidense. Ao longo do ano de 1928, uma escalada da propaganda antiamericana foi experimentada em toda região, acompanhada por violentas críticas às relações. Este fator, somado aos efeitos da crise econômica e do descontentamento latino-americano com a discriminação

econômica a que foram submetidos esses países durante o governo Herbert Hoover (1929-1933), **criou o espaço adequado para o estabelecimento de uma nova política que perdurou até a primeira metade da década de 1940, quando a política da Boa Vizinhança deu um giro aparentemente favorável às relações dos Estados Unidos com a América Latina** (ARDILA, 1990, p. 8, tradução nossa, **grifo nosso**).

Neste mesmo contexto, na década de 1900, os Estados Unidos já coordenavam sua influência na Colômbia, tentando manter total controle sobre o Canal do Panamá, que até então fazia parte do território colombiano. Entretanto, durante o período da Primeira Guerra, a Colômbia manteve uma posição neutra no tocante aos dois grandes polos existentes, Tríplice Aliança e Tríplice Entente. Anos após, a crise econômica de 1929 exigiu dos países, principalmente aqueles que não eram grandes potências na época, uma forma de se reorganizarem-se econômica, política e socialmente, coexistindo frente o cenário caótico internacional, e,

Durante o governo de Olaya (1930-1934), conseguiu-se uma reaproximação que foi além do aspecto estritamente diplomático. Posteriormente, veio o primeiro mandato de López Pumarejo, do qual se deu uma guinada das posições menos subordinada e em alguns casos matizadas com declarações nacionalistas que não pretendiam conduzir a um distanciamento do poder. “López não era, estritamente falando, antiamericano e, embora muitas vezes falasse a linguagem de uma economia nacionalista, certamente fez muito pouco para impedir o comércio e os investimentos americano” (ARDILA, 1990, p. 9, tradução nossa).

A Colômbia, no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) liderada pelo então presidente liberal Eduardo Santos, não compactuava com grandes afeições em suas relações internacionais com os demais países, inclusive com os Estados Unidos. Porém, com o início da Segunda Guerra Mundial, o governo colombiano mudou suas perspectivas e torna-se um aliado fiel aos Estados Unidos. Iniciou-se então, uma forte aliança entre o Estado americano e o Estado colombiano, que à medida que o cenário interno se modificava foi sentindo maiores necessidades de ter o apoio dos Estados Unidos.

Por sua vez, o governo de Santos havia delineado com mais clareza essa aproximação com os Estados Unidos, da qual seria herdeiro o segundo governo López Pumarejo, embora com um caráter mais ideológico e ativo. Para López, não se tratava de assumir uma defesa constante das políticas e posições norte-americanas, mas havia uma convicção sobre o papel que os Estados Unidos desempenhavam como os mais poderosos defensores da democracia (ARDILA, 1990, p. 9, tradução nossa).

O período em questão estudado no presente trabalho teve um cenário demarcado pelas consequências da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, um panorama onde a estampa

principal era a bandeira norte-americana. Com o fim da Guerra Fria, o bloco socialista, representado pela União Soviética, diminuiu sua inserção no sistema internacional, deixando os EUA como superpotência:

Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o polo oriental do sistema internacional vigente até então. O conjunto da geometria do espaço global da Guerra Fria foi radicalmente alterado, fazendo com que suas fronteiras ideológicas e geopolíticas perdessem significado. O fim da Guerra Fria acabou legando aos EUA a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia estratégica global, o que provocou um debate sobre a configuração de poder que se sucederia à dissolução da URSS (OSTOS E VILLA, 2005, p. 1).

Os EUA são considerados uma potência de nível mundial nas áreas política, militar, econômica, social e cultural há mais de um século. Suas relações externas estão conectadas a diversos países, que não se encontram no destaque econômico americano, mas que necessitam do auxílio deste governo para suprir suas necessidades internas, como segurança nacional, apoio financeiro e outros fatores.

No plano geopolítico, a administração Clinton continuou a redesenhar uma nova ordem mundial pós-guerra fria, altamente hierarquizada e baseada na supremacia militar dos EUA. Pode-se dizer que o fim da Guerra Fria não significou o desmonte da diplomacia total norte-americana, empenhada em moldar o mundo aos seus interesses e ideais, mas, ao contrário, o término do mundo bipolar tem levado os EUA a demarcarem interesses em todas regiões do planeta. Vale frisar que a desagregação do bloco soviético abriu uma vasta e lucrativa fronteira de expansão para o capitalismo (SANTOS, 2006, p. 53).

A partir do século XX, a hegemonia global norte-americana passou a fortalecer seus objetivos estratégicos presentes nas alianças de integração ou cooperação internacional. Dentro destas alianças, os EUA ofereceram em troca auxílio econômico, e principalmente, militar, utilizando o exemplo de sua política humanitária e traços da Política da Boa Vizinhança. Assim, as relações EUA-Colômbia se firmaram nesse contexto de relações políticas e militares com a contenção dos grupos pertencentes ao narcotráfico, em especial as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

A Colômbia, desde sua independência em 1819, possui um histórico de instabilidade política e conflitos sociais. Devido a isso, em 1964, nasceu as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo), com uma ideologia marxista-leninista, e um propósito de implantar o socialismo em território colombiano. A organização iniciou-se no meio rural, tendo como objetivos a reforma agrária, a melhor distribuição de renda, o fim da corrupção e das relações com os Estados Unidos. Com grande apoio popular por serem considerados uma alternativa para a nação diante das desigualdades sociais, as FARC chegaram a

dominar cerca de 40% do território colombiano até a década de 90 (WINGGERS, TAVARES e BALISTIERI, 2014, s/p).

Assim, foi utilizada a presença militar norte-americana como definição estratégica a fim de inserir o Estado colombiano no mundo internacional globalizado.

Em termos de objetivos estratégicos, o governo norte-americano se concentraria em duas agendas: a promoção das reformas neoliberais e o combate ao comércio ilícito de drogas. A agenda de segurança deve ser compreendida neste contexto. [...] as linhas mestras da política de segurança norte-americana na região, enfatizando a percepção de novas ameaças na forma da fragilidade das instituições democráticas, do tráfico ilícito de drogas e da imigração ilegal (HERZ, 2002, p. 86).

A Colômbia desencadeou uma luta contra o narcotráfico, que em diversos governos, sempre foi uma preocupação para a segurança nacional do país. No entanto, no ano de 2002 um novo governo surgiu diante do cenário político colombiano. Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) tinha como um dos planos de sua política a luta e vitória contra o narcotráfico e suas consequências, na tentativa de acabar com a predominância do tráfico de drogas, e consequentemente proteger o Estado Colombiano, deixando clara sua aliança fiel aos Estados Unidos, no intuito de receber o apoio necessário para essa luta.

A Colômbia possui várias adversidades internas para atingir o desenvolvimento – a exemplo do narcotráfico e da presença das FARC do ELN. “As Farc também não ficaram atrás na utilização de recursos provenientes do narcotráfico para financiar a guerra. Com efeito, o grande desenvolvimento das Farc, em meados dos anos 1990, baseou-se igualmente no ingresso em larga escala de dinheiro do narcotráfico” (VALENCIA, 2005, p. 138). Através desta adversidade, as integrações no cenário regional forame ainda são feitas pela Colômbia, utilizando alianças de cooperação, na tentativa de se desenvolver social, econômica e politicamente.

É de fato que estas relações de integração regional ocorrem na busca por objetivos econômicos e políticos, sendo assim, cada relação irá se intensificar ou diminuir se o país obtiver benefícios. Através dessa colocação será possível analisar se para a Colômbia é favorável manter as relações políticas externas com os Estados Unidos, que é considerado um forte aliado seu. Para tratar deste tema, parte-se do seguinte questionamento: quais foram os resultados do Plano Colômbia no cenário do Estado colombiano?

Como hipótese de pesquisa, compreende-se que o Plano Colômbia foi beneficente não só para uma das partes envolvidas no acordo. Ao longo dos anos a Colômbia foi enfrentando a presença de grupos guerrilheiros como as FARC e o ELN e do narcotráfico no país utilizando

da força bélica americana. Suas questões voltadas, em grande parte, às questões de segurança, fizeram que os EUA mantivessem na região Sul Americana um forte poder bélico ativo, e sua influência para o Estado colombiano foi de característica positiva, já que o país começou a usufruir de um nível de desenvolvimento proeminente.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os resultados concretos da execução do Plano Colômbia até o governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), e como objetivos específicos visa apresentar a formação histórica do Estado colombiano; analisar a posição da Colômbia frente o acordo; e investigar os interesses dos Estados Unidos da América em manter tal acordo.

Sabe-se que as relações econômicas e políticas entre os diversos países são comuns e que relações no formato de blocos regionais tomaram força no contexto que sucedeu a Guerra Fria, sugerindo uma nova fase de integração entre os países, gerando a chamada Globalização, na tentativa de alavancar e manter a economia interna e externa ativa e em crescimento nesses países. Levando em consideração as ideias intergovernamentalistas, é visto que estes artifícios políticos surgem por meio de um sentimento de fortalecimento dos países em desenvolvimento, visando tanto o cenário econômico interno como o externo. Isso gera um destaque para as relações internacionais colombianas, estabelecidas com os Estados Unidos, pois para a Colômbia, os EUA ainda significam uma forte aliança.

Essa relação Colômbia - EUA aparenta ser fiel e benéfica para ambos os países, principalmente quando estudado o período governado por Álvaro Uribe, onde o país norte-americano esteve presente em solo sul-americano atuando contra o narcotráfico e as guerrilhas, sustentado pelos recursos do Plano Colômbia. Ademais, Vidigal (2004, p. 189) destaca que “[...] dados do ano 2001 indicam que os Estados Unidos são os principais fornecedores do mercado colombiano, com cerca de 34% das importações”. O governo de Álvaro Uribe Vélez, no período de 2002 a 2010, teve uma relação externa política de desenvolvimento socioeconômico cultural e social com os Estados Unidos amigável, e sempre com intuito de manter, pois os benefícios dessa relação, em tese, acarretariam o crescimento econômico da Colômbia, sem pretensões de desfazer essa relação externa política.

Justifica-se o presente trabalho de maneira que os Estados apresentam consecutivos processos que visam o desenvolvimento deles. A partir dessa permissão, países, como por exemplo, a Colômbia, procura estabelecer uniões favoráveis à sua economia, na tentativa de trazer novas possibilidades para seu âmbito interno, estabelecendo relações internacionais, destaque para os Estados Unidos.

Os países, atualmente, econômica e politicamente buscam se fortalecer em conjunto, e para que isto ocorra, a maioria destes países deixou de lado as posturas de relações com potências desenvolvidas, no caso, os EUA, entretanto, a Colômbia ainda mantém estas relações. O estudo proposto permitirá um entendimento dessa relação internacional auxiliando na compreensão da importância dessa relação política entre Colômbia e Estados Unidos.

Tais premissas desencadeiam um estudo analítico, da posição política colombiana, no período do governo Álvaro Uribe Vélez (2002- 2010), com o intuito de analisar a aliança com os EUA e os resultados desta, observando se a Colômbia foi contemplada para o seu desenvolvimento.

Esta proposta analítica sugere em caráter pessoal, um crescimento sócio-cultural político, que agregará conhecimento profissional e um forte sentimento pela cultura socioeconômica deste país, visto que anteriormente, tenha tido a experiência de intercambista na Colômbia, surgindo o interesse de adquirir novos saberes políticos e econômicos deste país.

A presente pesquisa apresenta abordagem metodológica do tipo qualitativa. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa inquieta os questionamentos particulares do indivíduo, abrangendo comportamentos e compreendendo a objetividade tendo como base opiniões, relações e ações humanas, oportunizando a formação do conhecimento. Para Godoy (1995), esse tipo de pesquisa qualitativa traz a oportunidade de realizar estudos de pessoas que não temos contato físico, ou por não estarem mais vivas ou por estar distante, tornando inviável um encontro. Sendo considerada também uma fonte não-reativa, já que suas informações permanecem mesmo após um longo período.

Pode-se dizer que esta pesquisa se classifica como exploratória de caráter descritiva, a qual proporciona familiarizar-se com o problema exposto. Gil (2002) afirma que este tipo de pesquisa tem a finalidade de aprimorar as ideias, possibilitando uma diversidade de aspectos relativos ao fato explorado. Adicionalmente, é cabível ressaltar que esta pesquisa é do tipo bibliográfica, tendo por bases artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações que embasam a temática pesquisada. De acordo com Severino (2007), a documentação bibliográfica propõe ao estudante uma grandiosidade de conteúdo e informações para sua análise, sendo de importância para o fichamento de dados. O autor salienta ainda que toda a pesquisa necessita, primeiramente, de um aporte teórico-investigativo, visando extrair o máximo possível de informação do tema de estudo. Ainda, as pesquisas bibliográficas servem de atualizações para outros pesquisadores, portanto, a pesquisa bibliográfica é tão importante quanto qualquer outro tipo de pesquisa.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, pode-se dizer que, inicialmente, foi feita uma pesquisa no banco de dados do Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e no acervo digital do Reservatório Digital LUME, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Logo em seguida foi feito um estudo voltado a assuntos relacionados à questão histórica da temática das relações externas políticas da Colômbia diretamente com os Estados Unidos. Também foram pesquisados e estudados acervos pertencentes ao Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando de coleções nacionais em língua portuguesa e internacionais, tendo como marco o período de 1900 a 2021, proporcionando uma maior possibilidade de exploração do tema abordado, enriquecendo a pesquisa exploratória de natureza básica.

1.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Para a compreensão deste trabalho, dentre os métodos aplicados e descritos anteriormente, foram utilizadas considerações teóricas presentes no estudo das Relações Internacionais. As teorias mantêm um foco acadêmico, porém sempre levando em consideração suas ações na prática do sistema internacional. Segundo Raymond Aron, o sistema internacional é entendido como um modo de organização entre atores estatais ou não, onde agem de forma dependente. Assim, cada mudança interna de um Estado irá interferir no montante global.

O filósofo e sociólogo francês apresenta o sistema internacional como “o conjunto das unidades políticas que mantêm relações regulares e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral”, afirmando que a configuração das relações de forças e a natureza do sistema, de modo complementar, determinam a dialética dos regimes e estrutura dos sistemas, numa visão das relações internacionais (ANDRADE, 2012, p. 57)

Para o estudo também foi utilizada a teoria do Sistema-Mundo, de Immanuel Wallerstein, que apresentou uma potência economicamente forte no sistema internacional no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, um país hegemônico como o autor caracteriza. Na teoria do Sistema Mundo, Wallerstein leva em consideração a economia-mundo, analisando o poder norte americano no contexto do desenvolvimento das dimensões políticas e econômicas frente o sistema internacional. Segundo Pereira (2011), essas dimensões estariam ligadas pelo

fundamento da acumulação capitalista, capazes por determinar o desempenho dos Estados no sistema-mundo, pois “partindo dessa orientação teórica, Wallerstein considera que os Estados Unidos seriam a última hegemonia do sistema-mundo, tendo em vista o papel desempenhado por esse país no desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas” (PEREIRA, 2011, p. 243). Wallerstein (2004) baseou-se nas Teorias de Dependência para desenvolver a sua retórica, tratando os conflitos sociais como uma consequência da centralidade dos processos de acumulação de capital e das lutas de classe, e que estes, por sua vez, surgem dos pontos de vista econômicos que os Estados têm, e assim fortaleceu as questões de zonas “centrais” e “periféricas” para explicar o capitalismo e o subdesenvolvimento de muitos países. Segundo Wallerstein (2004):

Uma grande zona geográfica dentro da qual existe uma divisão de trabalho e, portanto, troca interna significativa de bens básicos ou essenciais também como fluxos de capital e trabalho. [...] não é limitado por uma estrutura política unitária [...] existem muitas unidades políticas dentro da economia mundial, frouxamente ligados em nosso sistema mundial moderno em um sistema interestadual (WALLERSTEIN, 2004, p. 23, tradução nossa).

Martins (2015) apresenta as divisões políticas e econômicas propostas por Wallerstein em sua teoria. Segundo ele, o sistema mundo também retrata três níveis hierárquicos no capitalismo ocidental, onde cada um ocupa uma função na ordem produtiva capitalista, sendo eles: centro, periferia e semiperiferia. O autor ainda exhibe o seguinte:

Figura 1 – Aspectos definidores do Sistema-Mundo

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semi-periferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle de sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: MARTINS (2015, p. 100)

Ainda segundo Pereira (2011), Wallerstein reflete que a hegemonia de um Estado no sistema internacional se dá no fato permanente da existência das grandes potências, ou seja, que são capazes de impor suas regras e desejos frente as áreas econômica, política, militar, diplomática e até cultural.

O estudo sobre o Plano Colômbia reflete a hegemonia da potência norte-americana sobre o Estado colombiano (país da semiperiferia do sistema mundial), mas também apresenta uma política adota pela Colômbia por décadas anteriores com o objetivo principal de externar sua presença no sistema internacional. Sendo assim, também foi feita uma análise das políticas desenvolvimentistas internas adotadas pelo país anterior à adoção do plano.

O ex-presidente da Grã-Colômbia, Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco, mundialmente conhecido como Simón Bolívar, é marcado na história como um militar e líder político pioneiro a apoiar a descolonização durante meados dos anos 1800. Ferreira (2006) exalta Bolívar como “herói”. Blanco (2007) ainda destaca o sonho de Bolívar em ver as nações da América livres da colonização espanhola. Estas ideias surgem numa tentativa de fazer com que os países viessem a conquistar um desenvolvimento autônomo através de uma reforma no poder.

Para Helg (2020), Bolívar tinha muitos ideais além das questões desenvolvimentistas, como por exemplo, impedir a guerra racial e a desintegração social. Com a intenção de prevenir tais consequências, Bolívar advogava a igualdade legal, abolindo privilégios coloniais, a da abolição da escravatura e ainda a preservação do monopólio de poder da elite “criolla”. Autores como Figueiredo (2011) discutem algumas ideias políticas de Bolívar e ressalta:

Em 1823, Bolívar convida os estados hispano-americanos para a formação de uma confederação, em um congresso que aconteceria no Panamá, em 1826. Porém, existe oposição a seus planos entre os países convidados (Chile e as Províncias Unidas do Rio da Prata se recusaram) e no interior da Grande Colômbia, prestes a se consumir em guerras civis por conta das rivalidades provocadas pelos localismos. A tendência à desintegração prevalece e cresce a oposição a Bolívar, vítima de um atentado que quase o levou à morte em 1827. Em 1830 e, a Grande Colômbia se divide em Venezuela, Colômbia e Equador (FIGUEIREDO, 2011, p. 148).

Nesse viés, Santos (2008) diz que Bolívar apreciava primeiramente a constituição de um estado Republicano e democrático, a partir de uma independência do Vice-reinado de Nova Granada, que em futuro certamente se uniria aos outros Estados latino- americanos e ainda destaca:

O poder desse novo Estado (Grã-Colômbia) deveria ser composto por um Poder Executivo eleito, vitalício e não-hereditário; uma Câmara ou Senado legislativo hereditário, com similitude a Câmara dos Lordes, na Inglaterra; e um corpo legislativo eleito com as mesmas atribuições da Câmara dos Comuns. O modelo de poder espelhado no Reino Unido visava também atrair os ingleses para o projeto de financiamento da guerra de independência dos países latino-americanos, evitando uma tentativa de recolonização pelas metrópoles (SANTOS, 2008, p. 148).

Já o autor Figueiredo (2011) destaca que, o Libertador, como era conhecido, adotava a crença da credibilidade universal entre as nações que são iguais em direitos e obrigações. Distancia-se do contratualismo à medida que pensa em uma América congregada não por um acordo que evite a violência ou que fosse pelo propósito de se reforçar na busca por riquezas, mas pelo anseio comum de liberdade e glória. Figueiredo explica ainda que:

Em outras palavras, unificar a América era estabelecer o equilíbrio universal, único poder capaz de derrotar a tirania aos impérios. Unificar a América era, no pensamento bolivariano, o primeiro passo para unificar o mundo pela primeira vez sob o signo da liberdade [...]. Assimilando a cultura de todos os povos, a América imaginada por Bolívar seria o centro de um mundo refeito. A solidariedade bolivariana teria, assim, um impulso distinto do interesse e da luta por poder. Contudo, mesmo essa visão otimista e grandiosa para o futuro do continente, cuja libertação e primeiros passos na vida livre ele comandara, não afastou Bolívar das ideias mais conservadoras da constituição da Bolívia. O Homem Americano, deveria ser educado e preparado para aquele destino (FIGUEIREDO, 2011, p. 39-40).

Anos depois, surgiu uma nova onda de sentimento regional. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em fevereiro de 1948, foi criada com intuito de incentivar a cooperação econômica entre os países membros e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento econômico dos participantes. Posteriormente, a CEPAL também passou a conter no seu caráter fins de desenvolvimento social.

Para Pelosi e Santos (2018), a CEPAL teria sido elaborada ao fim do Pós-Guerra e em circunstâncias das convicções Keynesianas, que se fez predominante em países considerados como centro capitalista, na tentativa de resgatar a economia devastada em consequência da Grande Depressão dos anos 1930. Com um pensamento mais crítico, Bacha (2003) comenta que a CEPAL, era centrada na inflação e no balanço de pagamentos como questões críticas sobre o desenvolvimento da América, e afirma que:

A interpretação cepalina da inflação privilegiava os chamados fatores estruturais - tais como a rigidez da oferta agrícola e a insuficiência da capacidade para importar -, que geravam altas dos preços dos alimentos e produtos importados, à medida que a economia se industrializava. Tais pressões inflacionárias estruturais se generalizavam então pela economia, através dos mecanismos de propagação de preços e salários, em mercados de produtos e mão-de-obra operando em regime de concorrência imperfeita (BACHA, 2003, s/p).

Ao falar em teorias cepalinas, naturalmente comentaremos a teoria Keynesiana, como já mencionada anteriormente, e que para Donário e Santos (2016) se caracteriza por diversos pensamentos e contribuições, como afirmam logo abaixo:

Uma das principais contribuições do pensamento de Keynes foi a de evidenciar que o capitalismo não tem forças endógenas capazes de gerar processos de auto-estabilização em situação de pleno emprego, mesmo com base nos pressupostos clássicos da concorrência perfeita e da maximização do lucro pelas empresas e da utilidade pelos consumidores e da flexibilização dos preços, dos salários e das taxas de juro (que constituíam os mecanismos automáticos dos clássicos) (DONÁRIO e SANTOS, 2016, p. 13).

O autor Renato Colistete (2001), aborda questões sobre as teorias cepalinas, ele cita que pelo crescimento latino-americano, os autores cepalinos teriam desenvolvido um caráter conceitual próprio que teria concedido suporte e legitimidade às propostas de política econômica dando substância ao que passou a ser chamado de Teoria Cepalina.

Além deste conceito, Colistete (2001) comenta que os autores da CEPAL buscaram tencionar a industrialização amparada pela ação do Estado, sendo esta a causa básica de sucesso do desenvolvimento latino-americano. E admite:

Difícilmente a CEPAL teria tido impacto que teve se suas propostas de política econômica não tivessem fundamentadas em uma teoria razoavelmente consistente, relevante para a realidade latino-americana. [...] sendo que a teoria cepalina manteve-se como uma teoria não formal, na qual a elaboração de hipóteses, conceitos e implicações foi conduzida paralelamente a descrição de aspectos da realidade econômica da América latina. (COLISTETE, 2001, s/p.).

Referindo-se a possíveis hipóteses sobre a teoria Cepalina, Colistete (2001) discute duas possibilidades, em uma delas ele afirma:

Os efeitos dinâmicos da especialização primário- exportadora sobre o conjunto de economia periférica seriam necessariamente limitados, de modo que somente a industrialização poderia dar origem a um círculo virtuoso de crescimento da produtividade, do emprego e da renda. (COLISTETE, 2001, s/p.).

Contudo, o mesmo comenta que em textos clássicos da CEPAL, há outro aspecto referente a essa definição, no qual haveria possibilidades de se deparar com passagens em que o crescimento industrial traia resultados positivos, a partir de precedentes, como a absorção do demasiado populacional e diminuindo pressões sobre salário e preço do setor exportador. Mas apesar dessa posição, Colistete (2001) ressalta outra posição nos textos da CEPAL, a qual destaca que os setores industriais, possibilitaram internalizar os impactos do desenvolvimento da técnica moderna.

Colistete (2001) ressalta ainda, outra teoria cepalina, na qual o progresso técnico produtivo entre centro e periferia, teria compassos diferentes, não estariam desenvolvendo-se da mesma forma, levando a danificação dos termos de troca, onde a produção primária seria limitada em termos de incorporação e valor. Outras origens da formação e conceito da teoria cepalina, foram discutidas também, por outros autores, como Fonseca (2000).

Embora a semelhança entre certos aspectos das construções teóricas de Keynes e da CEPAL seja indiscutível, haja vista o ponto comum a ambas de rejeição do “approach” neoclássico e de suas implicações na política econômica. A produção sobre o desenvolvimento econômico foi mais marcada pela visão geral do keynesianismo do que propriamente pela argumentação central ou pelo aparelho analítico da teoria geral (FONSECA, 2000, s/p.).

Para Fonseca (2000), antes mesmo da CEPAL ser criada, já circulavam algumas teorias que teriam influência direta de Keynes, as quais já eram defendidas e divulgadas na América Latina e baseado nesse contexto, o autor menciona que a origem das ideias cepalinas tem suas raízes fixadas no contexto histórico latino-americano.

Nestes termos, o Plano Colômbia ultrapassou um simples acordo de integração entre a Colômbia e os Estados Unidos. O plano, na sua formulação, apresentou fatores baseados na ideologia desenvolvimentista existente na região desde a época de Bolívar. O ajuste trouxe na sua teoria uma forma de inserção do Estado colombiano no sistema internacional globalizado, a fim de fortalecer seu Estado semiperiférico na conjuntura atual. Entretanto, com cenário interno colombiano conturbado, atrelado ao novo cenário internacional do período pós-

guerras, o Plano Colômbia acabou perdendo seu objetivo principal e acabou concedendo aos EUA auxílio para o país manter seu status de potência hegemônica na região latino-americana.

2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO COLOMBIANO

A Colômbia é um Estado da América Latina que, atualmente, detém um território geopolítico muito estratégico. Ademais, seu território sempre manteve um posicionamento que chama atenção de potências que desejam manter influência na latino-america, devido o país ter saídas pelo mar e pela terra para a região e afora dela.

O período pré-colonial na Colômbia foi marcado pela presença dos indígenas, assim como seus países vizinhos. A colonização feita pelos espanhóis no início do século XVI acarretou no cenário interno do país o início de violentas lutas, marcadas pela imposição de poder. No final do século XVIII o poder da colônia espanhola foi contestado pelos descendentes de negros e indígenas que estavam sendo escravizados na sua própria terra. Esses processos, somados ao nacionalismo de Simón Bolívar, fizeram com que a região da atual Colômbia declarasse sua independência no ano de 1810.

O século XIX foi marcado pela luta de novos grupos políticos liberais e conservadores, conflitos que levaram a região a entrar numa guerra civil em torno do ano de 1860. Após esses conflitos, no ano de 1886 foi denominada a República da Colômbia e esta, por sua vez, teve seu território definido após a perda do Panamá em 1903.

Ressalta-se então que a formação do Estado colombiano esteve, desde sua colonização, com fortes levantes políticos e militares presentes. Esses fatores, até os dias atuais, favorecem para que a presença de potências hegemônicas seja justificada, objetivando o alcance do desenvolvimento do país.

2.1 COLÔMBIA PRÉ-COLOMBIANA E A COLONIZAÇÃO

Para entender a Colômbia, é necessário retomar um pouco da sua história como território desde a colonização. Do período pré-colonial, até a declaração da independência no país, a Colômbia não foi muito diferente do restante da região latino-americana. Os países, em especial sul-americanos, foram descobertos pouco a pouco, no período pré-colonial, pelos

povos indígenas, diversas tribos que se distribuíram pelo território, cada uma com suas peculiaridades.

No final do século XV, em torno do ano de 1500, começou a chegada dos espanhóis na região das Américas, onde as primeiras cidades fundadas na Colômbia foram Santa Marta, e posterior, Cartagena, considerado o maior porto utilizado durante a colônia espanhola na região. Cunin relata que “de fato, Cartagena foi o porto onde desembarcaram não só os colonos espanhóis e os escravos africanos, mas também os comerciantes sírio-libaneses, os traficantes de todos os horizontes, os piratas europeus” (CUNIN, 2003, p. 127).

Com a chegada e ocupação do território pela coroa espanhola, grande parte dos povos indígenas foram escravizados ou dizimados, o que acarretou o falecimento de grande parte dos nativos. Assim como no restante da região, foi utilizado mão de obra escrava africana para os serviços da sociedade patriarcal. Ademais, a maior parte das terras foi tomada pelos colonizadores para pecuária e agricultura, onde estes tinham privilégios econômicos e políticos. A Igreja Católica foi outro marco do período da colonização espanhola, onde o catolicismo se tornou a religião oficial da Colômbia.

A presença da colônia espanhola na região fez com que existisse um alto número de miscigenação entre brancos, indígenas e negros, porém a estrutura social se mantinha rígida, o que significava que os filhos entre brancos e indígenas ou negros, os denominados criollos, não poderiam exercer atividades administrativas ou políticas. No ano de 1717, com a firmada presença da colônia espanhola, foi instituído o Vice-Reino de Nova Granada.

Com a dominação espanhola firmada, o interesse econômico atribuiu a estes territórios um complexo sistema de controle, com instituições e servidores que garantiam a exploração da colônia. Foi instituído em 1717, o Vice-Reino de Nova Granada, correspondente aos atuais territórios da Colômbia, Equador, Venezuela e Panamá. Por praticamente setenta anos, a elite branca local (criolla) sofreu com os abusos da coroa espanhola, mas também se beneficiou com o poder econômico e de exploração sobre a população indígena concedido pela mesma (LEITE, 2018, p. 31).

Os protestos contra os abusos e violência da coroa espanhola tomaram força a partir do ano de 1780, dando o ponta pé inicial nas rebeliões, lideradas pelos criollos, exemplo da Revolta dos Comuneros (1781). Esse processo de rebelião tinha em sua base alguns motivos como tensões sociais e crises econômicas. Porém, o movimento dessas rebeliões foi o processo que levou a Colômbia à sua independência no ano de 1810.

[...] foi realizada na segunda metade do século XVIII, e está relacionada às grandes crises econômicas, tensões sociais e à penetração do pensamento iluminista. No Império Novo, esta fase pré-revolucionária se manifesta nas rebeliões negras em

suas lutas contra a escravidão, a insurreição anti-fiscal e socioeconômica dos Comuneros, as tensões sociais dos crioulos contra o peninsular, a grande pressão demográfica, as reformas fiscais com a criação de novos impostos e o enfraquecimento da produção mineira, entre outras expressões da decadência colonial, em poucos anos de crise generalizada no mundo ocidental (LÓPEZ apud LEITE, 2018, p. 32, tradução nossa).

Assim como toda região da América Latina, a Colômbia foi marcada por diversos conflitos internos, desde sua colonização. Os espanhóis ocuparam as terras até então dominadas pelos indígenas, utilizando a violência e a força, principalmente econômica, para manter a sua soberania no território. Com o fortalecimento dos levantes populares, incitados pelos grupos criollos, parte da população enfrentou a exploração destes europeus, e conseqüentemente foi concretizada a independência da região de Nova Granada.

2.2 DA INDEPENDÊNCIA AO FINAL DA GUERRA FRIA: AVANÇOS E RETROCESSOS

O início dos anos 1800 na América Latina foi marcado por levantes de ideais libertadores, inspiradas em Simón Bolívar, que propunham o fim do colonialismo Espanhol na região do Vice-Reino da Nova Granada, atual Colômbia. No ano de 1810, marcado pela independência da Colômbia, iniciou-se a Batalha de Boyacá, que perdurou por nove anos, e abriu espaço para uma nova sistematização nas novas nações livres. Em 15 de fevereiro de 1819, no Congresso de Angostura, em território venezuelano, foi organizada a República conhecida como Gran Colombia, unindo os seguintes países: Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela e onde foi eleito o General Bolívar como presidente.

Até o momento a região da América tinha apenas um líder, Simón Bolívar, sendo que a formulação da constituição da Gran Colombia se deu durante o ano de 1820, sendo então promulgada apenas no próximo ano, Constituição de Cúcuta de 1821. Como destaca Blanco (2007), esta união construiu uma estratégia militar e política, inicialmente em defesa das liberdades alcançadas com as batalhas, mas também, para dar sustentação a autonomia e possibilidade de desenvolvimento, principalmente econômico, frente os até então colonizadores espanhóis.

Mantiveram com a formação da Gran Colombia algumas disputas políticas que já existiam, mas que por sua vez, vão ser de total importância para a concretagem da região: Centralistas X Federalistas. Segundo Uribe Vargas apud Blanco (2007, p. 74 – tradução nossa) “José Manuel Restrepo, Pedro Gual, Alejandro Osorio, entre os mais sobressalientes,

se alienaram al lado do centralismo [...] José Ignacio de Márquez, Leandro Egea, Vicente Azuero, com acento próprio e talvez com aspiração profética, defenderam o esquema federal”. A partir dos contrapontos políticos dos países que formavam a Gran Colombia, o país foi se dissolvendo ao longo do final dos anos 1820 e início dos anos 1830, tendo como data simbólica o ano de 1831.

A Constituição de 1832 tornou existente a então conhecida Nueva Granada, república sul-americana que perdurou até o ano de 1858. Com a continuidade de levantes políticos de distintos cunhos, somada a criação de novos estados federais, a república da Nova Granada foi substituída pela “Confederação Granadina” no final dos anos 1850.

A “Confederação Granadina” (1858-1863), formada então pelos atuais países da Colômbia e do Panamá, apresentou características na maioria conservadoras. Em contraponto, estavam os liberais, que de certa forma tentavam se levantar ao poder. Segundo Bueno (2014) no início dos anos de 1860 estourou a Guerra Civil, marcada pela oposição dos liberais radicais, fato que estabeleceu uma nova ordem para o território, os “Estados Unidos da Colômbia”.

Os Estados Unidos da Colômbia (1863-1886) foi promulgada, pelos liberais radicais que venceram a guerra civil dos anos 1860, através da “Convenção do Rionegro”. Esta por sua vez foi substituída pela atual “República da Colômbia” no ano de 1886. Durante o ano de 1903 o Panamá se separou da República da Colômbia, deixando então o país como é conhecido atualmente.

Figura 2 – Território do Estado Colombiano (2010)



Fonte: PÉCAUT, 2010, p. 8

O Estado colombiano possui um território caracterizado por sua posição estratégica no contexto geopolítico regional. Situada na América do Sul, a Colômbia faz divisa com o Mar do Caribe ao norte; Peru e Equador ao Sul; Brasil e Venezuela ao Leste; Oceano Pacífico a oeste; e com o Panamá a noroeste. Relewa-se sua posição marítima, facilitando o contato com diversos países do mundo internacional. De acordo com o Banco Mundial (2021), o país tem estimativa de aproximadamente 50 milhões de habitantes, sendo considerado o segundo maior da América do Sul, e sua capital é a cidade de Bogotá.

Mas enquanto o componente comercial continua a consolidar o Panamá como um centro estratégico para o comércio mundial, que beneficia as empresas norte-americanas e também um grande número de concorrentes comerciais de todo o mundo, a verdade é que no campo militar, os Estados Unidos têm feito desde o final dos anos noventa, alguns rearranjos e movimentos em sua estratégia militar regional, ao permitir a transferência do Panamá para a cidade de Miami (Flórida) do Quartel General do Comando Sul (1997), com o qual a infraestrutura militar que há um século foi concentrada no Panamá agora adota um novo desenho que visa incorporar um conjunto de bases militares estacionadas no Caribe, América Central e do Sul dentro das quais a Colômbia ocupa uma posição de destaque, graças à condição intermediária e estratégica que adquire entre o Caribe e América do Sul. [...] Como parte desse rearranjo na região, a Colômbia tornou-se, no século XXI, o centro estratégico e militar dos Estados Unidos, lugar que o Panamá ocupou por quase um século (CETINA, 2008, p. 8, tradução nossa).

Durante o período anterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Colômbia era liderada pelo presidente liberal, Eduardo Santos Montejó (1938-1942) que até então não tinha se manifestado em grandes eventos frente ao cenário internacional. Montejó se declarava a favor ou contra algum Estado apenas quando o país estivesse envolvido em fortes conflitos com os países vizinhos. No caso da Segunda Guerra Mundial, o presidente se viu obrigado a adotar uma postura ativa frente os dois grandes blocos presentes no momento da guerra, os Aliados e o Eixo.

Segundo Valencia (2015), o presidente Eduardo Santos Montejó definiu uma posição da política colombiana com os Estados Unidos, diante do cenário europeu, algumas horas após a invasão dos alemães nazistas na Polônia. Enunciando uma mudança que aconteceria na política internacional colombiana que segundo ele, seria correspondente aos interesses e princípios do Estado colombiano, deixando claro a partir daí o apoio em solidariedade ao Estado americano.

Dado o fato que a desconfiança da Colômbia sob as relações estadunidenses que vinham minimizando ao fato de Montejó ter objeções às políticas alemãs, e principalmente à ideologia nazista, o presidente colombiano optou por adentrar na guerra ao lado dos Aliados. A partir deste momento as relações Colômbia - EUA tendem a se consolidar cada vez mais.

Valencia (2015) comenta ainda que o então presidente colombiano, teria feito um pedido ao governo americano, no intuito de aproximar as nações americanas em defesa de bens comuns, como o desenvolvimento econômico dos países.

Como Eduardo Santos repetidamente observou, a questão de política internacional que teria maior importância para a América Latina seria o acordo interamericano para estabelecer a cooperação e a coordenação de todas as forças militares regionais, orientadas e dirigidas a partir de Washington. Na América Latina, era necessário estabelecer um sistema de segurança coletiva que teve seu precedente mais imediato na Conferência de Chanceleres de Havana de 1940. Na ocasião, o governo de Santos era favorável a estender a solidariedade americana contra qualquer agressor e apoiar as bases indestrutíveis da paz americana (ARDILA, 1990, p. 12, tradução nossa).

Os antecedentes históricos da política norte-americana não causavam muito agrado ao presidente colombiano, no entanto, alguns anos anteriores à explosão da guerra, o antigo presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, implantou políticas de “Boa Vizinhança” (*Good Neighbor*, 1933/1945), o que fez com que amenizassem as desconfianças colombianas. A política de Boa Vizinhança adotada pelo presidente Roosevelt surgiu com a proposta e objetivo de defender os interesses latino-americanos da influência europeia que permeava durante o período, sendo assim era possível manter a estabilidade política na região. Através da intervenção na região os EUA tinham como real objetivo a reestruturação das consequências econômicas que a crise de 1929 deixou e, além disto, através desta política seria possível que o país mantivesse um grau de autonomia perante a região do ocidente.

Em 1942, foi reeleito o antigo presidente colombiano dos anos 1936-1938, Alfonso López Pumarejo. López assumiu o poder de um país que apresentava não apenas consequências externas do cenário imposto pela guerra, mas também consequências internas que o país vinha sofrendo ao longo dos anos.

A segunda administração de López Pumarejo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, o que obrigou o então presidente a definir uma política externa capaz de enfrentar os efeitos diretos e indiretos da nova situação. No entanto, o comportamento externo da Colômbia durante este período não obedeceu exclusivamente ao conflito mundial, mas foi determinado em certa medida pela situação interna do país e pela posição assumida pelos Estados Unidos para o mundo e em particularmente para a América Latina (ARDILA, 1990, p. 7, tradução nossa).

Comprometido com a conjuntura do pós-guerra e com estilhaços do governo de Montejo, López especificou que sua maior preocupação era o cenário interno colombiano, o que acarretou divergências tanto no centro conservador quanto no centro liberal da política do país.

Já durante sua segunda campanha presidencial, López Pumarejo havia agitado o tema internacional e em seu discurso de posse deixou claro que o crescimento, progresso e fortalecimento da nação foram diretamente relacionados com as mudanças das condições internacionais do momento, vinculando assim, o futuro da nação a de um mundo em conflito. A política internacional, conseqüentemente, foi definida de acordo como declarou o Ministro Gabriel Turbay em 1943, como “uma política de defesa de suas instituições democráticas que não concebe nem acredita possível sem base na solidariedade com outras democracias do mundo”. Nesta declaração foi o suporte implícito para os Estados Unidos como um baluarte da democracia ocidental e a rejeição do totalitarismo nazista (ARDILA, 1990, p. 11, tradução nossa).

Os EUA também se apoiavam na sobrevivência dos partidos conservadores representados por Mariano Ospina Pérez (1946-1950) e Laureano Gómez (1950-1953), onde a influência do capitalismo e acumulação de capital estavam sendo os motores da política econômica e conservadora do momento. No entanto, a data que deu origem a Organização dos Estados Americanos (OEA), foi marcada também pelo “Gaitanismo”, período de análise das políticas dirigidas pelo liberal Eliécer Gaitán até o momento de sua morte (1948). Gaitán promovia uma política de ideologia popular, demonstrando a luta pela democracia, contra o imperialismo e as oligarquias, indo em lado contra de Ospina e Gómez. Com este dirigente, o movimento popular ganhava força e reconhecimento frente aos partidos conservadores. Neste meio tempo, Ospina chega ao poder através da violência, o que faz com que as massas trabalhadoras se manifestem cada vez mais.

Apesar das realizações constitucionais, educativas e sociais em modalidades de avance da cidadania, as transformações modernizadoras não consolidaram a modernidade democrática, gerando uma grande frustração nas expectativas da classe trabalhadora nos campos e cidades [...]. Em ampla mobilização popular, Gaitán logrou penetrar nas emoções e nas consciências dos trabalhadores de todo o país (SÁNCHEZ, 2007, p. 228, tradução nossa).

Por ser a Colômbia um país ainda em desenvolvimento, ao inverso dos EUA que se apresentam como uma grande potência, a *estrella polar del Norte* como destaca Arana (2004, p. 6), estes países continuam e ainda contém várias áreas para se interligar por meio da busca de reformas. E isto pode ser observado no seguinte trecho da obra de Arana: “[...] se observa que a forte influência dos Estados Unidos sobre a Colômbia determinou as diretrizes das políticas econômicas, sociais e de segurança do país” (ARANA, 2004, p. 7, tradução nossa).

3 O CENÁRIO PÓS-GUERRA FRIA NA COLÔMBIA

No final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas passaram a regular o sistema mundial por meio da Guerra Fria, cuja disputa política-ideológica teve duração entre 1945 e 1991, quando então a União Soviética foi extinta. Essa intensa disputa econômica, diplomática e ideológica travada pela conquista de zonas de influência, não havendo um conflito de fogos, segundo Xavier (2018), desencadeou a divisão em blocos de influência das duas grandes superpotências, Estados Unidos e União Soviética na qual, tornou-se duvidoso um possível combate entre ambas. Dessa forma, Siqueira (2013) afirma o seguinte.

Ao longo da Guerra Fria, houve um equilíbrio de forças entre os EUA e a URSS cada um aumentando seu potencial bélico, com armas cada vez mais potentes e em maior quantidade. É preciso destacar que nunca houve um embate direto entre ambas as potências, e sim demonstrações de poder em países periféricos como Coréia, Vietnam e Afeganistão, por exemplo. Neste jogo o medo de uma guerra total e de destruição absoluta frearam os ataques diretos (SIQUEIRA, 2013, p. 9).

Siqueira (2013) ressalta ainda que, mesmo que a União Soviética tenha saído com êxito e notoriedade diplomática e militar no cenário internacional, no período pós-Segunda Guerra Mundial, o solo soviético estava arrasado, indústria debilitada e as muitas perdas de residentes tornaram-se um desafio ao regime socialista. Sendo assim, havia de um lado, a União das Repúblicas Socialistas, que se originou de resultado da inserção do Socialismo na Rússia que existiu entre os anos 1922 e 1991, consequência da Revolução Rússia que sucedeu no ano de 1917, transformando a Rússia em uma nação socialista. Logo, Marini (2012) destaca que:

No que se refere a relação socialismo/democracia, a confusão quanto ao que é essencial ou contingente, o que corresponde ao conceito ou a realidade a que se refere não é, todavia, exclusiva de seus críticos. Existe em cada processo particular a tentação de converter em leis ou imperativos gerais o que não passa de características específicas. Ela é tanto maior quanto mais controvertidas são essas características, ou seja, quanto mais parece ser necessária sua justificativa. Foi assim com a coletivização forçada da União Soviética, a qual, sendo apenas o resultado do isolamento internacional do país e das lutas de classes que lá se travavam, foi elevada por seus partidários mais entusiastas à condição do efeito de uma hipotética lei de acumulação primitiva socialista (MARINI, 2012, p. 116).

Enquanto, em uma direção havia a União Soviética, na luta pelo sistema político-econômico chamado de Socialismo, que tinha como propósito, o bem comum a todos e o

término da divisão de classes, do outro lado, em contra-partida estava os Estados Unidos idealizando o Capitalismo. Domingues (2018) conceitua o capitalismo da seguinte maneira:

Baseia no direito à propriedade privada que permite ao dono dos meios de produção concentrar a mais-valia (lucro). Defende mercado livre e a livre concorrência baseada na não intervenção do Estado na economia. O Estado deve garantir os direitos individuais e a propriedade privada. Incentiva o consumismo, o mérito e a iniciativa individual. Critica o comunismo pela falta de liberdade e de incentivo ao enriquecimento individual pela excessiva centralização do poder que conduz a ditadura e regimes autoritários (DOMINGUES, 2018, s/p.).

Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010) o fim da Guerra-Fria marcou o Sistema Internacional, fazendo com que ele presenciasse uma nova performance intrínseca. Acontecimentos de nível internacional como a queda do Muro de Berlim (1989) e a desestruturação da União Soviética (1991), o fim dos regimes socialistas no leste europeu, a formação de novos blocos econômicos e o acirramento do processo de globalização foram fatos que marcaram profundamente o cenário internacional e ocasionalmente os países do mundo inteiro. Essa circunstância destacou o cenário internacional, “configurando o que alguns analistas denominaram Nova Ordem Mundial” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 291). Os países do mundo globalizado apresentaram novas realidades internas, o regime democrático começa a suplicar pela sua existência.

O fim da Guerra Fria trouxe consigo novas necessidades para o cenário externo mundial, principalmente urgências econômicas. Os países começaram a passar por crises geradas a partir de basicamente dois fatores: 1) o crescimento do Estado em grande escala, o que traduz o protecionismo econômico – modelo de substituição de importações; e 2) o populismo econômico, marcado por ser incapaz de controlar o déficit público e as demandas salariais, tanto no setor público como privado. Neste momento, a Nova Ordem Mundial torna indispensável a emergência de novas políticas econômicas, a fim de retomar a estabilização do sistema mundial. Inicia-se então o período neoliberal, marcado pela liberalização econômica. Segundo Bresser Pereira (1991), seria uma espécie de consenso sobre a natureza da crise latino-americana e sobre as reformas que são necessárias para superá-la.

A integração regional é antes de tudo, uma aspiração fundamental dos governos da região latino-americana que parece se fazer cada vez mais forte por uma maior convergência em construir opções para alcançar uma maior inserção na globalização e desenvolver políticas de cooperação e associação. A integração é um caminho para alcançar metas políticas, econômicas, sociais e culturais que propõe os países. A princípios da década de 1990, a América-Latina iniciou um período de um novo regionalismo caracterizado por uma lógica de liberalização comercial onde o eixo da integração era o comércio. A ascensão de governos de esquerda na região, abriu uma

nova fase da integração latino-americana, que propõe revisar as ideias tradicionais de integração dentro do “Consenso de Washington” (ARAVENA, BORBÓN e BREALEY, 2011, p. 5, tradução nossa).

O final do século XX, também foi demarcado pela globalização, onde os países então conhecidos como periféricos, buscavam se caracterizar por políticas proativas, para que assim fosse possível tornar nula, ou ao menos amenizar, as influências das grandes potências da época. Os países latino-americanos procuram, neste momento, alianças que forneçam ajuda no seu modelo desenvolvimentista, e conseqüentemente que possam auxiliar na garantia da credibilidade econômica e política frente ao novo cenário internacional. Desta forma, uma integração de interesse desenvolvimentista foi transformada em um instrumento de política econômica neoliberal.

As Relações Internacionais possuem uma dinâmica peculiar nas últimas décadas, e que manifesta mais intensa a partir do fim da guerra fria. Ao mesmo tempo em que se processa um movimento de integração global, também se observa um movimento de integração regional. O movimento regional é, antes de mais nada, um movimento de fragmentação do seu correlato em âmbito global. Desta forma, as principais potências globais ou regionais estão aglutinando suas forças regionais em processos de integração como forma principal de inserção internacional (COSTA, 2008, p. 31).

Com isso, foi averiguado a partir do século XX, por estes Estados, na maior parte pelos sul-americanos, que seria necessária a integração da própria região, pois as alianças que eventualmente surgiriam destas conexões facilitariam o alcance dos objetivos dos países, principalmente no teor de livre-comércio. Entretanto, como destacou Costa (2008) a integração global não foi deixada de lado, no montante em que os Estados Unidos ainda eram considerados uma aliança estável durante as relações de integração Norte-Sul.

Na atualidade existe a propensão a uma integração efetiva como ferramenta para fazer frente a difícil conjuntura provocada, principalmente, pelo comportamento especulativo dos mercados mundiais e a crise financeira internacional. O sistema internacional se encontra em um acelerado processo de trocas globais cuja incerteza se observa no eixo que nenhum Estado, por mais poderoso que seja, pode administrar o sistema internacional. Para alcançar acordos ante as ameaças transnacionais, se requerem respostas de caráter multilateral por via da associação e da cooperação (ARAVENA, BORBÓN e BREALEY, 2011, p. 5, tradução nossa).

O desenvolvimento interno dos EUA se fortaleceu através do processo de industrialização, o que fez com que o país representasse uma grande potência no mundo globalizado. No entanto, os países do mundo inteiro procuraram uma forma de se fortalecer frente o cenário externo, o que também se torna positivo para a grande potência. É nesse

período que as ondas de cooperação internacional se intensificam, principalmente na América Latina, e a Colômbia não fica de fora de tais relações políticas e econômicas.

Os países em desenvolvimento, emergentes, ou ainda semi-periferia segundo a teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, são aqueles Estados que se destacam por terem controle de sua política interna, porém não exercem influência externa no sistema internacional. Os países emergentes são classificados de forma positiva no meio econômico, fazendo parte do cenário internacional no que tange fatores como a exportação de produtos primários, por exemplo. Estes países também tendem a apresentar capacidade para se desenvolver economicamente, chamando a atenção das grandes potências econômica e politicamente.

Existem também semiperiferias, que estão entre o centro e a periferia em variadas condições, tais como a complexidade das atividades econômicas, a força do aparato do Estado, a integração cultural. O processo em marcha de uma economia-mundo tende a aumentar as distâncias econômicas e sociais entre suas áreas distintas. Neste caso, regiões particulares do mundo podem mudar seu papel. A arena externa de um século se converte, com frequência, na periferia ou semiperiferia do século seguinte. Mas também, por outro lado, os Estados do centro podem converter-se em semiperiféricos e os semiperiféricos em periféricos (WALLERSTEIN apud ARRUDA, 1983, p. 172)

Em contraponto, a falta de desenvolvimento dos países emergentes centraliza o setor social interno, de um lado encontra-se um comércio em expansão, de outro, níveis sociais limitados, exemplo da Colômbia. Assim, para Lobato (2018), o objetivo seria

[...] influenciar a geopolítica e o mercado global a partir da defesa do direito dos países pobres e emergentes a participar em condições equitativas do desenvolvimento. A questão social está no centro das justificativas destes países para seus objetivos. [...] considerando que os objetivos destes países foi estabelecer sua autonomia como estados soberanos, demandar maior participação nos processos de decisão dos organismos internacionais e afirmar sua potência como mercados emergentes na dinâmica global, busca-se identificar em que medida e como a questão social está inserida nesse reordenamento proposto (LOBATO, 2018, p. 2133).

A definição de países emergentes surgiu conforme os países mais desenvolvidos eram considerados e caracterizados como grandes potências, como destacou Arana (2004) anteriormente. As grandes potências são aqueles países que mantêm um forte nível de desenvolvimento interno em todas suas áreas, econômica, política, social, e militar, e conseqüentemente exercendo grande influência no cenário internacional. A principal diferença entre esses dois grupos provém das questões de desenvolvimento econômico, ao passo que os países desenvolvidos são mais industrializados, fazendo com que os países em

desenvolvimento se mantenham dependentes em decorrência de terem sua economia essencialmente agrícola. Logo,

Essa vontade de articulação multilateral dos países emergentes para melhorar as regras do jogo a favor do desenvolvimento internacional bem como o estabelecimento de coalizões e alianças são potencializados com sua participação ativa nos mecanismos de governança. Todos esses elementos são realidades que devem ser situadas num contexto mais amplo: o da transformação das relações internacionais pela ascensão econômica e política dos países emergentes (PINO, 2012, p. 237).

É possível notar a presença norte-americana no Estado colombiano em várias áreas e, de certa maneira, é entendida a visão da Colômbia em fomentar a aliança com a grande potência antes de começar a surgir as ondas de integração e cooperação regional. A Colômbia não consegue alcançar o seu desenvolvimento interno de forma autônoma em grande parte devido à presença do narcotráfico e de grupos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) que causam desestruturas internas no país. Cetina (2008) afirma que

O fato de os Estados Unidos terem decidido transferir seu centro de operações militares do Panamá para o território colombiano se deve, em grande parte, ao fato de que, após o fim da Guerra Fria, começaram a surgir outros tipos de atores e situações classificadas sob a perspectiva americana, tais como: perigosos “emergentes e não tradicionais”, incluindo tráfico de drogas, terrorismo, populismo radical e outros, considerando estes como os principais problemas que afetam diretamente os critérios nos quais a segurança nacional dos Estados Unidos é definida e, portanto, de toda região da América Latina. Certamente, para fazer frente a essas novas “contingências”, os Estados Unidos intensificaram sua presença militar na área nos últimos anos (CETINA, 2008, p. 9, tradução nossa).

As FARC e o ELN são alguns dos grupos guerrilheiros que surgiram na Colômbia durante os anos 1950 e 1960 com o objetivo de lutar a favor de seus ideais de transformações revolucionárias no Estado. Estes grupos, segundo Ramírez (2009), são definidos como grupos guerrilheiros de corte marxista-leninista que tem como principal objetivo a implantação dos ideais socialistas na Colômbia, através da tomada de poder do governo atual pela via militar, tendo como referencial a vitória militar de Fidel Castro em Cuba.

Tanto as FARC como o ELN surgiram perante um cenário colombiano de diversas divergências frente ao atual regime militar da época (1953-1957, presidente General Rojas Pinilla), período que ficou conhecido como “*La Violencia*” e se baseiam em processos históricos para legitimar suas ações. No que estes grupos se diferem é que o ELN surgiu por volta da década de 1960 como um movimento criado por estudantes universitários marcados

pela influência das teorias políticas de Ernesto el “Che” Guevara e pela participação da influência da “Teologia da Libertação”. Em contraponto, as FARC, surgida formalmente em 1964, nasceram como um movimento campesino com propósitos políticos. Logo,

O atual conflito colombiano não pode ser visto desde uma óptica recente. Este obedece um **grande processo de fragmentação política** e assim, deve ser entendido como um processo de média duração. **Os grupos armados ilegais que atualmente operam no país se baseiam em fatores históricos** para legitimar suas ações, para combater o Estado e para atacar as elites políticas e econômicas do país. Inclusive há aqueles que afirmam que as décadas de conflito armado que a Colômbia tem sofrido respondem a uma tendência histórica belicista dos colombianos, deixando de lado os alcances e as mais importantes conquistas da instituição nacional como, por exemplo, ser a democracia mais antiga do continente sul-americano e a ausência quase total de ditaduras autoritárias no século XX (RAMÍREZ, 2009, p. 72 – tradução nossa, **grifo nosso**).

Os principais métodos destes grupos são atos violentos e radicais, como posses de terra até o nível de tormento à sociedade e ao Estado como sequestros e o envolvimento com o narcotráfico – principal forma de financiamento dos grupos ilegais. No caso das FARC, a organização adota a sigla “EP”, Exército do Povo, cuja estratégia passa da defensiva a uma ofensiva total em busca da tomada do poder político tornando-se uma ameaça constante para o Estado colombiano e para todos os governos legitimamente construídos até o presente. (RAMÍREZ, 2009, p. 75, tradução nossa).

Através destes fatos que permeiam a Colômbia, o país contém grandes dificuldades para se desenvolver e para se demonstrar como um país de confiança, pois o fato da existência de grupos guerrilheiros demonstra claramente baixos níveis de segurança nacional. E não é só isto, este fator se esparrama por diversas áreas do país, dificultando a credibilidade do cenário político e social. Destaca-se que apenas com a contenção destes grupos que propagam o terror, do narcotráfico e de todas as relações negativas que estes grupos causam é que será permissível que o país alcance o desenvolvimento pleno.

O isolamento de territórios e populações na Colômbia os deixou excluídos dos caminhos do progresso, ante um forte viés urbano do desenvolvimento. Para isso contribuíram uma geografia complexa, a fraqueza do Estado agravada pelo conflito armado, as fracas capacidades institucionais para administrar o desenvolvimento local e a fragmentação setorial e funcional das políticas (CEPAL, 2019, s/n).

Ainda, de acordo com Rangel (2009), a melhoria da situação interna da Colômbia foi atingida devido a aplicação de algumas políticas, em especial as de assunto sobre segurança nacional, como a contenção do narcotráfico, das FARC e de suas consequências. O aumento da segurança dentro do país acarretou numa significativa confiança dos colombianos e dos

estrangeiros em relação ao país, e fez ascender novamente o desenvolvimento econômico e social que por décadas vinha se deteriorando. Rangel (2009, p. 117) destaca que “a recuperação da segurança tornou possível reativar a economia de maneira inusitada em comparação com anos anteriores, o que, por sua vez, permitiu um avanço importante na solução dos problemas sociais do país”.

3.1 COLÔMBIA: RURALIDADE, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA

A posição geográfica do Estado colombiano sugere ser uma facilitadora para o mercado das drogas, segundo Guzzi (2008). Localizada nas proximidades dos antiplano andino, identificada como uma das maiores regiões cultivadora de coca, Guzzi (2008) destaca ainda que, o país tem várias rotas de fuga para saída das drogas, cercado pelos oceanos Atlântico e Pacífico, o que facilitaria o fluxo de mercadorias. Esse seria apenas um fator em destaque, pois, a crise sistêmica que abala o estado decorrente da ausência de estrutura do governo nacional e a ruralidade do país, despertam um ambiente favorável para o crime.

Em relação a sua estratégica posição geográfica, vale mencionar que a Colômbia localiza-se próximo ao altiplano andino, região produtora de coca, está no ponto mais setentrional da América do Sul, aproximando-se dos grandes mercados consumidores e é o único país dessa região que é banhado pelos oceanos Atlântico e Pacífico, oferecendo, assim, várias opções de trânsito aos traficantes de drogas. Além das questões geográficas, a crise sistêmica que assola o país, por conta da desestruturação e a fragilidade do governo nacional e de suas políticas agrícolas, tornou a Colômbia um ambiente propício para as organizações criminosas realizarem suas atividades (GUZZI. 2008, p. 54-55).

Os autores Pismel e Chagas (2013) destacam que a Colômbia é considerada um dos países com enorme concentração de terras e que, segundo dados das Organizações das Nações Unidas (ONU) identificaram que 52% das terras rurais, ou seja, as propriedades rurais colombianas, são ocupadas por uma pequena parcela da população rural. Ainda segundo informações da ONU, seriam apenas 1,15% da população ocupando essa porcentagem de propriedades rurais, e isso se deve ao fato de a maioria dos proprietários de terras, na maioria das vezes, são obrigados a abandonar suas propriedades, pois se tornam vítimas da violência no campo, sendo forçados a fugirem dessa violência, abandonando o sustento e o lar.

Além disso, 1 a cada 10 colombianos é vítima de deslocamento forçado, isto é, tiveram que deixar suas terras para fugir da violência no campo. Na perspectiva de criar uma alternativa de desenvolvimento e de democratizar o acesso à terra, os

camponeses reivindicam 10 milhões de hectares para consolidação de um sistema de Zonas de Reservas Camponesa (ZRC), que já está regulamentado em lei desde 1994, mas ainda não saiu efetivamente do papel (PISMEL E CHAGAS, 2013, p. 27).

As Zonas de Reserva Camponesa se destacaram em diálogos de negociações que debatiam as questões de desenvolvimento e crescimento agrário colombiano, porém ainda segundo Pismel e Chagas (2013) as propostas aprovadas, só seriam anunciadas somente após todas as negociações estarem em comum acordo, mas não haveria ainda a possibilidade do fim dessas negociações. Os autores também relatam que a luta pelo desenvolvimento agrário das terras colombianas é um apelo de paz, pois a Colômbia seria considerada um país sobretudo agrário.

Apesar das grandes metrópoles, como a capital Bogotá, quarta maior cidade da América do Sul com seus 72 milhões de habitantes, mais de três quartos dos municípios colombianos são predominantemente rurais. Os dados apresentados no Informe Nacional do Desenvolvimento Humano de 2011 do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). Diferentemente da última abordagem utilizada pelo governo no último censo de 105, que estabelece a oposição entre campo e cidade, o PNUD assume a realidade como um contínuo: municípios mais ou menos rurais. Os responsáveis pelo informe criaram um novo índice de ruralidade dividindo os municípios em alta ruralidade, centros intermediários e centros urbanos. Utilizando os parâmetros tradicionais, o último censo demográfico considerou 25% da população rural e 75% urbana (PISMEL E CHAGAS, 2013, p. 28-29).

Estudos ressaltam ainda que 45% dos colombianos convivem com a pobreza, essa porcentagem se refere a quase 20 milhões de colombianos, e cabe destacar que essa situação se torna mais agravante, em municípios que são extremamente rurais, pois nesses locais a pobreza circula em torno de três quartos da população. Pismel e Chagas (2013) salientam que um número da população está centrado no âmbito que é caracterizado como pobreza da educação do Estado colombiano, devido ao fato do índice educacional ser maior no centro da cidade do que nas regiões rurais.

Nos centros intermediários, a pobreza atinge a metade e, nas cidades urbanas um terço da população. A taxa de cobertura educativa segue a mesma lógica. Alcançando 75% das pessoas nas cidades, 58% nos centros intermediários e 27,5% nos municípios de alta ruralidade. Ao analisar as políticas agrárias da Colômbia, os pesquisadores de PNUD, afirmam que prevalecem os “interesses dos grupos de maior capacidade e poder da sociedade rural”, assim, o Estado desconsidera as diferenças sociais regionais e de grupos étnicos por considerar que o mercado terminará por coloca-los no mesmo lugar. Ainda, segundo o programa, entre 1990 e 2009 os gastos públicos com o setor agropecuário caíram em média de 0,67% para 0,27% do Produto Interno Bruto (PIB). Cortes de investimentos em pesquisas e acompanhamento técnico são as justificativas apontadas para a diminuição (PISMEL E CHAGAS, 2013, p. 30).

As pautas de comércio internacional centradas na política externa colombiana relatam as condições que o país vem sofrendo ao longo dos anos. O país possui sua economia direcionada nas condições de economia rural, o que se torna inviável com as circunstâncias presentes. Pismel e Chagas (2013) comentam que, para o Programa da Nações Unidas, está claro que há uma dívida social e política com toda a ruralidade colombiana a qual foi deixada de lado por muito tempo, não sendo dignificada com seu verdadeiro valor.

A conclusão do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento é categórica. “A solução da dívida social e política com o mundo rural da Colômbia, para o qual se virou as costas por décadas precisa de mais Estado no mercado e menos mercado no Estado”. Apesar das recomendações da DNU, em maio de 2012, entrou em vigor um Tratado de Livre Comércio (TLC), pactuado em 2006 entre Colômbia e Estados Unidos. Por conta do tratado, as importações isentas de tributos de batata congelada e de leite em pó dos Estados Unidos e da União Europeia, por exemplo, diminuiram a demanda interna e forçaram os preços dos produtos colombianos para baixo (PISMEL E CHAGAS, 2013, p. 30).

Analisando o cenário imposto no meio rural, muitas famílias começaram a usar alternativas para de certa forma manter o seu sustento no campo, mesmo que estas sejam ilícitas. Neste contexto o cultivo da folha de coca se torna uma forma de sobrevivência, uma maneira de manter o desenrolar na esfera rural do país. Conforme o Escritório da ONU para Drogas e Crimes (Unodc),

[...] 60 mil famílias camponesas sobrevivem das plantações ilícitas, que se estendem por 48 mil hectares do país. Ao lado do Peru, a Colômbia está entre os maiores produtores de cocaína do mundo. Em 2012, a ONU estimou uma produção de 309 toneladas de drogas. Ao contrário da Bolívia e do Peru, onde a coca é uma tradição milenar da cultura inca, na Colômbia a planta é cultivada basicamente para a produção de cocaína (PISMEL E CHAGAS, 2013, p. 31).

Conforme Pismel e Chagas (2013), desde que o Plano Colômbia passou a ser vigente no ano de 2000, o governo colombiano passou a atentar ao fim das lavouras de cultivo ilícitas de coca, utilizando da pulverização e fumigação das plantações. O governo conseguiu extinguir cerca de 30 mil hectares de lavouras plantadas de folha de coca, isso no ano de 2011 e no ano de 2012 os resultados foram mais audaciosos, chegando a 100 mil hectares de lavouras destruídas pelo governo colombiano, todas ilegais¹.

¹ Os cultivos legais de folha de coca devem estar no mínimo cerca de 500 metros de distância das plantações ilícitas, aquelas que não estiverem dentro dos parâmetros legais perdem o direito à indenização pelos prejuízos causados pela fumigação.

Entretanto, os camponeses se arriscam a cultivar a folha de coca, mesmo que o governo colombiano destrua as plantações, outras surgem nas proximidades da antiga, o governo extingue uma área considerável, porém, uma nova área de plantio surge em outro local. Apesar disso, o setor de drogas e crimes da ONU destaca que desde que o Plano Colômbia entrou em atividade a produção de cocaína diminuiu praticamente pela metade, relacionando os anos de 2000 a 2012.

Os camponeses da região contam que o governo exige que as plantações legais estejam a pelo menos quinhentos metros de distância dos cultivos ilícitos, o que segundo eles, seria desperdiçar, em alguns casos, até 60 hectares de terras que poderiam ser cultivadas. Qualquer plantação que estiver desrespeitando esse limite não tem garantia de indenização por danos de fumigação. Apesar dos riscos muitos camponeses continuam semeando a coca. O governo destrói plantações de um lado e novos cultivos surgem em outros. Prova disso é que em 2012 o governo destruiu 130 mil hectares de plantações, mas a área cultivada diminuiu somente 16 mil hectares em relação ao ano anterior. Em 2011, eram 64 mil e, em 2012, decresceram a 48 mil hectares. Nesse período, o número de famílias camponesas dedicadas ao cultivo de coca, no entanto não se alterou. Passou de 62,4 para 60,6 mil famílias, uma variação de 3%. De acordo com o Escritório da ONU para Drogas e Crimes, depois de mais de dez anos do início do Plano Colômbia, a produção de cocaína no país caiu de 695 toneladas ao ano, em 2000 para 309, em 2012. Para o PNUD houve um evidente aumento na produtividade e um avanço tecnológico no cultivo, já que no mesmo período em que produção de droga diminuiu 55%, a área plantada recuou 70% (PISMEL e CHAGAS, 2013, p. 32-33).

Pismel e Chagas (2013) destacam a escassez de terras para os colombianos para cultivos de lavouras, sendo que para a criação de bovinos há terras suficiente.

Se faltam terras para a maioria dos colombianos, as criações de gado do país têm espaço de sobra. Em 80% dos 39,2 milhões de hectares empregados em pastagem, há apenas uma cabeça de gado hectares. O PNUD concluiu, ainda que a Colômbia utilizava apenas 4,9 dos 21,5 milhões de hectares, aptos para produção agrícola, pouco mais que um quinto do total disponível. A opção pela pecuária extensiva parece não se justificar pelos rendimentos da produção. Enquanto um hectare de produção de banana rende 30 milhões de pesos (US\$ 1,5 mil), a mesma porção de terra produzindo carne de gado ou leite rende apenas 150 mil pesos (US\$ 75) duzentas vezes menos. Os pesquisadores da ONU consideram que a especulação financeira baseada em acumular terras para “valorizá-las sem pagar impostos e um bom negócio, inclusive melhor que o da produção de carne e leite”. Também identificam razões políticas, porque ser latifundiário “ainda gera na Colômbia bons dividendos eleitorais”. (Pismel e Chagas, 2013, p. 33-34).

Ainda, Barón (2020), destaca que a Colômbia estava vivendo uma modernização econômica, e que esta impactou de maneira diferenciada o meio rural. O autor salienta, que além dos latifúndios pecuaristas, outras fontes econômicas começaram a ser notadas na Colômbia, surgindo em disputa com as atenções do mundo da agricultura, e trazendo um fator excludente para tal. Começaram a se instalar no Estado colombiano empresas multinacionais

de setores como exploração de hidrocarbonetos, energia e em especial, empresas de exploração de minério, com destaque para o carvão, que ocupa o segundo lugar como produto mais exportado. Estes fatores, segundo Barón (2020) favoreceram para a manutenção da pobreza e desigualdade no território rural colombiano.

A Colômbia teria inclusive, no ano de 2011, aprovado o Código de Minas, no qual o estado declara as atividades mineradoras como atividade de utilidade pública e de interesse social, forçando inclusive muitas vezes, os proprietários de terras ricas a participarem desse tipo de exploração de minério. Após essa lei, o número de títulos para esse tipo de exploração aumentou de forma significativa.

A Controladoria Geral de República (CGR) demonstra que, pelo menos 40 milhões de hectares- cerca de um terço do território colombiano – estão sob interesse de exploração mineira. (...) em 2011, a Colômbia aprovou o Código de Minas que declara a mineração como “atividade de utilidade pública e de interesse social”, permitindo a expropriação unilateral de terrenos que possuem riquezas minerais. A mesma lei eliminou a possibilidade de exploração direta do Estado no setor, que passou a ser realizada exclusivamente por empresas privadas (PISMEL e CHAGAS, 2013, p. 34-35).

Pismel e Chagas (2013) afirmam que até o ano de 2013 existiam em torno de 14 associações em Catatumbo, havendo empresas de grande porte como a Promotora Hacienda Las Flores, a qual ainda teria contrato exclusivo quanto no oferecimento das sementes de palma, para todos os produtores camponeses da região. Os autores evidenciam ainda, nas palavras do professor Molano, que a mesma seria a grande responsável pelos créditos mantedores oferecidos á esses produtores de palma, gerenciados pelo Banco Agrário.

Hoje há 14 associações de produtores de palma no Catatumbo, em uma área aproximada de 12,5 mil hectares, que produzem 125 toneladas ao ano. A empresa Promotora Hacienda Las Flores, propriedade de Murgas, é a aliada comercial de todas elas. Isso quer dizer que detém a exclusividade no fornecimento de sementes, fertilizantes, fungicidas e no serviço de assistência técnica. O professor Molano, em seu artigo no El Espectador, acrescenta que a aliada comercial também é responsável por controlar os créditos que vêm para os camponeses do Banco Agrário, do qual Murgas foi um dos criadores enquanto era ministro da agricultura. Portanto, antes de repassar o dinheiro, desconta as dívidas feitas pelos camponeses com todos os insumos adquiridos. Os contratos ainda obrigam os produtores a vender a palma produzida a um preço fixado à Promotora Hacienda Las Flores durante 25 anos. Essa produção é transformada em biodiesel pela Oleoflores, outra empresa do empresário (PISMEL e CHAGAS, 2013, p. 41).

Os autores ainda destacam que em 1999 o governo verificou numerosas compras de terras localizadas nessa mesma região de Catatumbo, onde Murgas teria produção de palma em parcerias comerciais, entretanto o valor pago por cada hectare de terra era abaixo do

comum, o que chamou a atenção para a possibilidade de ameaças recebidas pelos proprietários ou ocupantes de terras.

A Ação Social denunciou ameaças recebidas pelos proprietários ou ocupantes de terras com o fim de obriga-los a concretizar os negócios ou abandonar o terreno. Em resposta, Murgas declarou ao jornal El Tiempo que sua única atuação na região é “promover a aliança entre pequenos, médios e grandes produtores”. “É isso que eu faço, eu não compro terras” afirmou o empresário ao jornal colombiano. (PISMEL e CHAGAS, 2013, p. 42).

Além das possíveis ameaças feitas pelos grandes comerciantes, muitos camponeses teriam abandonado suas terras em razão às perseguições de paramilitares, e de ameaças em caso de não cumprimento dos acordos por parte dos camponeses. Ao contrário dos grupos guerrilheiros, os grupos paramilitares se apresentaram no cenário interno da Colômbia, entre o final do século XX e início do século XXI, as Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC). A AUC tinha ideologia de extrema direita e como destaca Rippel (2004, p. 85) “esses grupos surgiram como uma reação aos grupos de esquerda e são responsabilizados pela maioria dos massacres cometidos contra a população rural”. Ademais, existiram muitas ameaças de que estes grupos cometiam suas atividades em convivência com o Exército colombiano.

Estima-se que aproximadamente 6,6 milhões de hectares haveriam sido desapropriados de forma ilegal ou até mesmo abandonadas pelos próprios proprietários.

Foram inúmeros os casos de abandono de terras por parte de seus proprietários, famílias inteiras se deslocaram, sem um destino certo, apenas com o objetivo de fugir das guerrilhas. Neste contexto, Uribe apostou no conflito armado para a ofensiva militar contra as guerrilhas, na tentativa de ocorrer uma resolução desta situação no âmbito político. Segundo o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD),

Durante o período de 1997 a 2010 [...] as ameaças diretas foram a principal motivação de deslocamentos forçados de pessoas (41% dos casos). Outros fatores são fogo cruzado de combates entre guerrilhas e Exército. (...) A estimativa do PNUD é de que 6,6 milhões de hectares teriam sido ilegalmente desapropriadas ou abandonadas por seus donos entre 1980 a 2010. (...) Álvaro Uribe apostou na ofensiva militar contra as guerrilhas (PISMEL e CHAGAS, 2013, p. 42-43).

Logo Pires (2005), destaca que a Colômbia possui uma migração rural para a cidade, em razão da violência no campo. Em contrapartida, a busca dessas famílias rurais em direção aos centros urbanos, na tentativa de melhorar suas condições e fugir da violência, não estão sendo solucionadas, as cidades não tem estrutura social capaz de acolher as famílias camponesas e oferecer a elas uma condição melhor. Destaca ainda que a Colômbia tem uma

ruralidade ainda da colonização, os grandes produtores ocupam as melhores terras, enquanto os pequenos ocupam terras com baixa capacidade de cultivo.

O êxodo rural na Colômbia tem estreita relação com a violência presente no campo, mas a fuga para as cidades não soluciona esse problema, cidades sem infraestrutura e dificuldades esperam os refugiados colombianos. (...) ao buscar refúgio nas cidades tudo é deixado para trás, sem condições esse contingente populacional aloja-se em favelas, não encontra empregos e aumenta as estatísticas de pobreza e analfabetismo nas áreas urbanas. (...) a zona rural do país herdou a estrutura agrária da época da colonização: as elites detêm grandes extensões de terras e os colonos são levados a ocupar terras de baixa produtividade, sem infraestrutura, sem possibilidades reais de renda e com um conseqüente agravamento do empobrecimento. As áreas agrícolas enfrentam ainda o grave problema dos cultivos ilícitos. (...) a fuga de famílias inteiras do campo para a cidade acontece em função dos históricos problemas agrários do país, do progressivo aumento das áreas de cultivo ilícito e também da presença de grupos armados em luta no país (PIRES, 2005, p. 1)

Nesse contexto, Riveros e Junior (2019) ressaltam as condições que o período do neoliberalismo impôs aos países, principalmente aos países em desenvolvimento. A democracia precária, a falta de desenvolvimento político, econômico e social fomentaram a estrutura histórica de desafios destes países, o que faz com que no cenário atual eles acabem por se submeter às imposições dos Estados dominantes. Os autores ainda salientam que o contratempo agrário tem como principal causa o desequilíbrio social de divisão de acesso das terras agrícolas, afirmando ainda que, a violência não seria a única causadora da diferença social na Colômbia.

A Colômbia não escapa dos problemas agrários latino-americanos, cuja principal desigualdade está na distribuição de acesso a terras agrícolas. (...) A globalização neoliberal e a violência reduzem a democracia e aumentam a desigualdade, entretanto não são as únicas responsáveis, pois do mesmo modo trabalham com elementos estruturais, especialmente no que diz respeito à força seletiva do Estado. Por isso compreende-se que os efeitos do neoliberalismo são semelhantes, assim como a precariedade da democracia e a cidadania civil, política e social. A violência parece excepcional, mas não é de todo quando se olha para a trajetória histórica do fortalecimento seletivo do Estado da Colômbia. Portanto pode-se afirmar que a Colômbia está inserida no conjunto de países dependentes apresentando características que levam em conta as ideologias dominantes nos processos de globalização e ao mesmo tempo aceitando as pressões agrícolas de Estados independentes da América do Norte e Europa (RIVEROS e JUNIOR, 2019, p. 34 e 42).

Já Barón (2020) caracterizou a questão agrária do Estado colombiano, relacionada de forma direta com o conflito armado e insuficiente quanto, ao seu crescimento econômico e a insistência no avanço do desenvolvimento do país. Ainda destaca que a estrutura agrária colombiana seria regressiva, reforçando o conflito armado como causador de conseqüências

da violência no campo e abandono das terras da parte de muitas famílias. Para Barón (2020) a estrutura agrária colombiana tem quatro princípios fundamentais em seu contexto cultural histórico.

Dentre os princípios enunciados por Barón (2020), destaca-se o constante desacordo socioeconômico e político de diversos setores e classes sociais pertencentes à zona rural colombiana. Outro princípio, ainda segundo Barón (2020), seria o crescimento de um arranjo institucional regressivo, o qual daria base legal e cultural a exclusão social. Destaca-se a perseverança na concentração da propriedade da terra e conflitos territoriais, ligados a posse e usufruto das terras e por último a permanência do perfil primário exportador. Assim, O conflito armado foi um fato decisivo nos tópicos sociais, econômicos e políticos, durante o período

[...] e contribuiu para acentuar algumas das características mais perversas da estrutura agrária, desde a história concentração da propriedade da terra até a exclusão socioeconômica de grande parte da população rural, passando pela expulsão violenta de milhares de famílias de seus domicílios. A despeito de se confundir a estrutura agrária concentradora e excludente com a própria formação econômica da Colômbia, o trabalho sustenta que ela se redefine ao longo da história, desempenhando diferentes papéis no processo de acumulação de capital e de reprodução do subdesenvolvimento. O caráter e natureza histórico da estrutura agrária se reafirmam em pelo menos quatro fatores fundamentais: em primeiro lugar na contínua exclusão socioeconômica e política de amplos setores ou classes sociais no meio rural; em segundo lugar, na consolidação de um arranjo institucional regressivo, que dá sustentação legal e cultural à exclusão social; em terceiro, na persistência da concentração da propriedade da terra e dos conflitos territoriais associados à propriedade, posse e uso da terra; e por último, mas não menos importante, na inércia do perfil primário-exportador (BARÓN, 2020, p.10).

No âmbito educacional, Carpintero e Caicedo (2019), destacam que em meados dos anos 1980, em Cali, estimava-se que haviam em torno de dez turmas escolares de jovens, com 21 anos em média. Esse número era representado por jovens pertencentes aos bairros mais carentes e suscetíveis à pobreza da cidade. Vale ressaltar ainda, que a partir dos anos 2000, houve um crescente aumento da existência dessas turmas, passando a ser frequentada por jovens em média de 17 anos e não mais centrada somente em locais mais carentes, mas em todos os níveis sociais econômicos. Segundo dados citados pelos autores, há grupos formados por crianças, que praticam furtos e envolvimento com tráfico de drogas. Esses grupos estariam concentrados em diversos bairros, não sendo existentes apenas nos locais mais carentes.

Entre os anos 80 e 90 na cidade de Cali- Colômbia, existia, em média, 10 turmas juvenis com uma média de idade de 21 anos, que se encontram nos setores mais vulneráveis da cidade. Depois do ano 2000, entre 2005 e 2013, o número de grupos juvenis passou de 10 a 137 com uma média de idade de 17 anos, localizadas não só

em setores marginais, como também em setores dos quais nunca se haviam obtido dados, bairros de classe média e alta. Os dados fornecidos pela Asociación Eslabón Cultural mostram que em bairros como Lagos I da comuna treze, em cada quadra existe um grupo de crianças dedicadas ao roubo, a extorsão e ao micro tráfico de drogas. Além disso, os estudos da Asociación mostram também nos bairros de estrato social alto, o número de tais grupos tem crescido, com o mesmo modelo delinquentes o que indica que a formação desses grupos em Cali não é uma questão que só se dá em setores marginais da cidade, mas que este fenômeno tem permeado toda estrutura social da mesma. (CARPINTERO e CAICEDO. 2019. p.6-7).

Ainda segundo Carpintero e Caicedo (2019), tais grupos estão concentrados em diversos locais, inclusive locais mais favorecidos. Destacam ainda que o crescente número de escolas e universidades nos últimos anos, não surtiu efeito quanto a diminuição dos índices de marginalidade. Os mesmos acreditam que a educação deveria ser de qualidade, talvez o grande número de escolas seja apenas em números, faltando qualidade afim de evitar o aumento da marginalidade.

Entre o mesmo período histórico, anos 80 e 90, o número aproximado de escolas (públicas e privadas), universidades, igrejas e organizações não governamentais eram inferiores a 100, a exceção das ONGs e universidades que não passavam de 10 por cada uma. Depois de 2005, as escolas passavam de 300, as universidades chegam a 10 e as ONGs passam de 400. O que significa dizer que, se a educação é uma questão de quantidade, o aumento no número de escolas e universidades depois dos anos 90 tivessem se encaminhado a diminuir o número desses grupos nas cidades, a tal ponto que seria iminente sua desapareção. Porém, a evidência histórica demonstra o contrário. A realidade mostrou que, ao contrário do que se pensava, o aumento do número de escolas e universidades, confissões religiosas e ONGs, o número de grupos de jovens menores de idade aumentou em um 1.200%, isso quer dizer que a educação não é um problema de quantidade, mas de qualidade e põe em destaque a reação de crianças e jovens frente a nenhuma proposta vinculante e transversal nas políticas públicas no tema de educação. (CARPINTERO e CAICEDO. 2019. p.330).

Alguns questionamentos são indagados por Carpinteiro e Caicedo (2019), como ações iniciadas pela escola, governo, comunidade escolar em geral e família teriam sido realizados entre ambos, na tentativa de melhorar a educação colombiana, e destacam ainda que a educação com qualidade reflete nos resultados do governo perante a população. Para Carpintero e Caicedo (2019), a qualidade de ensino

[...] implica uma coisa distinta a aumentar cifras, não é só números que medem o impacto de um governo sobre a população. A qualidade na educação da Colômbia seguirá o mesmo rumo, a mediocridade, enquanto se siga a considerando em termos financeiros. (...) Que projeto de educação real tem sido discutido entre escola e comunidade? Em que momento a escola tem se disponibilizado a discutir com a família um projeto de formação conjunto? Que diálogos têm acontecido entre a escola, a família e a comunidade para diminuir os índices de formação de grupos e incrementar um projeto de formação conjunto, centrado na relação educador-educando e um processo de senso – aprendizagem contextual? Em que momento

tem ocorrido um diálogo Estado – comunidade- escola- projeto de formação? (CARPINTERO e CAICEDO, 2019.p. 332).

Cabe então destacar que o cenário interno da Colômbia não só sofreu com o período de guerras, como o resto dos países no contexto mundial, mas também vem sofrendo ao longo dos anos com sua dificuldade de desenvolvimento nas questões básicas requeridas. O cenário do campo apresenta fragilidades para que a população se concentre nos seus serviços afins de fortalecer o comércio interno e as relações comerciais exteriores. A criminalidade acontece não só no centro, como principalmente na área rural, a presença das FARC, do ELN e o narcotráfico são os principais empecilhos para isso. Ademais, a Colômbia mantém na política externa uma forma de cobrir os buracos nacionais do país, e fortalecer seu estado democrático, porém sem deixar de demonstrar que o seu comércio deve ser mais valorizado.

Tabela 1 – Presidentes da Colômbia

	Presidente	Ano Mandato
República da Grã-Colômbia (1819-1830)		
1	Simón Bolívar	1819 – 1830
2	Joaquín de Mosquera	1830 – 1830
3	Rafael Urdaneta	1830 – 1831
República de Nova Granada (1832-1858)		
4	Francisco de Paula Santander	1832 – 1837
5	José Ignacio de Márquez	1837 – 1841
6	Pedro Alcántara Herrán	1841 – 1845
7	Tomás Cipriano de Mosquera	1845 – 1849
8	José Hilario López	1849 – 1853
9	José María Obando	1953 – 1854
10	José María Melo	1854 – 1854
11	Mariano Ospina Rodríguez	1857 – 1858
Confederação Granadina (1858-1863)		
12	Bartolomé Calvo	1858 – 1861
13	Tomás Cipriano de Mosquera	1861 – 1864
Estados Unidos da Colômbia (1863-1886)		
13*	Tomás Cipriano de Mosquera	1861 – 1864
14	Manuel Murillo Toro	1864 – 1866

13*	Tomás Cipriano de Mosquera	1866 – 1867
15	Santos Acosta Castillo	1867 – 1868
16	Santos Gutiérrez Prieto	1868 – 1870
17	Eustorgio Salgar	1870 – 1872
14*	Manuel Murillo Toro	1872 – 1874
18	Santiago Pérez de Manosalbas	1874 – 1876
19	Aquileo Parra	1876 - 1878
20	Julián Trujillo Largacha	1878 - 1800
21	Rafael Núñez	1880 - 1882
22	Francisco Javier Zaldúa	1882 - 1882
23	José Eusebio Otalara	1882 - 1884
21*	Rafael Núñez	1884 - 1894
República da Colômbia (1886-2021)		
22	Miguel Antonio Caro	1894 - 1898
23	Manuel Antonio Sanclemente	1898 - 1900
24	José Manuel Marroquín	1900 - 1904
25	Rafael Reyes Prieto	1904 - 1909
26	Ramón González Valencia	1909 - 1910
27	Carlos Eugenio Restrepo	1910 - 1914
28	José Vicente Concha	1914 - 1918
29	Marco Fidel Suárez	1918 - 1921
30	Jorge Holguín	1921 - 1922
31	Pedro Nel Ospina	1922 - 1926
32	Miguel Abadía Méndez	1926 - 1930
33	Enrique Olaya Herrera	1930 - 1934
34	Alfonso López Pumarejo	1934 - 1938
35	Eduardo Santos Montejó	1938 - 1942
34*	Alfonso López Pumarejo	1942 - 1946
36	Mariano Ospina Pérez	1946 - 1950
37	Laureano Gómez Castro	1950 - 1953
38	Gustavo Rojas Pinilla	1953 - 1957
-	Junta Militar Colombiana	1957 - 1958

39	Alberto Lleras Camargo	1958 - 1962
40	Guillermo León Valencia	1962 - 1966
41	Carlos Lleras Restrepo	1966 - 1970
42	Misael Pastrana Borrero	1970 - 1974
43	Alfonso López Michelsen	1974 - 1978
44	Julio César Turbay	1978 - 1982
45	Belisario Betancur	1982 - 1986
46	Virgílio Barco Vargas	1986 - 1990
47	César Gaviria	1990 - 1994
48	Ernesto Samper	1994 - 1998
49	Andrés Pastrana Arango	1998 - 2002
50	Álvaro Uribe Vélez	2002 - 2010
51	Juan Manuel Santos	2010 - 2018
52	Iván Duque Márquez	2018 - atual

Fonte: Elaboração própria.

4. O PLANO COLÔMBIA: DA SEGURANÇA REGIONAL À PRESENÇA ESTRATÉGICA NORTE-AMERICANA

Utilizando o termo “Diplomacia Norteamericana”, Sánchez (2007) traz como exemplo as ramificações de influência dos Estados Unidos em meados do século XX. Foi através do Plano Marshall (1947) que os países latino-americanos perceberam uma possível solidariedade dos EUA frente a respectiva região, utilizando a existência da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 9 de abril de 1948, Bogotá foi utilizada como sede da IX Conferência Internacional Americana que assinou o Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá), cujo deu origem a OEA em substituição da União Pan-americana. Neste tratado os países americanos se comprometeram a resolver seus conflitos de forma pacífica, sendo assim, os EUA promoviam um acordo de união dos países americanos contra o comunismo.

O século XX na Colômbia é também caracterizado pela “Frente Nacional” (1958-74) que tem como foco a intenção de amenizar os conflitos entre conservadores e liberais, criando um partido onde ambos pudessem trabalhar juntos a fim de ocorrer a paz pública.

O partido liberal-conservador fez com que se amenizassem os conflitos políticos entre os envolvidos, entretanto, ocorreu uma espécie de monopólio político no cenário interno do país, onde somente eles tinham o poder. Isto levou a uma forma de ditadura e violência – “Se era partidario del Frente Nacional o se era enemigo de Colombia” (SANCHÉZ, 2007, p. 251).

Durante este cenário político e social a influência dos EUA se fortaleceu na Colômbia, utilizando da “Aliança para o Progresso” (1961-1963). Esta aliança representava a proteção da América Latina contra a ameaça comunista. Foi um período de acumulação de capital, de substituição de importações, onde a hegemonia norte-americana proliferou no país.

Os governos da Frente Nacional declararam-se pró norte-americanos, com ela não só a ordem capitalista, o modelo liberal-conservador se consolidou, como também, por meio do presidencialismo bonapartista, triunfou um regime reacionário de privilégios para os círculos de classe alta e foram reprimidos e excluídos vários setores da população (SANCHÉZ, 2007, p. 252, tradução nossa).

No entanto, durante o final da Guerra Fria, os países periféricos verificaram que o desenvolvimento interno não seria algo fácil de ser concretizado no cenário globalizado. Primeiro fator que se pode demonstrar como motivo a este pressuposto é o fato que as grandes potências não buscam se atrelar aos países debilitados para o desenvolvimento de outrem, e

sim apenas para usufruir daquilo que lhe for necessário ou para impor soberania. Uma segunda razão considerável é que frente ao cenário internacional no qual nos encontramos um país não pode manter relações amigáveis apenas com um vizinho, sendo que ao seu redor há vários outros que também podem lhe fornecer benefícios econômicos, políticos e sociais.

No período pós-Guerra Fria o governo colombiano já vinha aprimorando suas políticas desenvolvimentistas, a fim de obter um sistema nacional estável e potente. Para fazer com que o país alcançasse o desenvolvimento das políticas internas, tanto social, econômica, e principalmente de segurança, se fazia necessária a presença de recursos para tais mudanças. Com isso, a economia era e ainda é um conteúdo de extrema importância para o desenvolvimento, não só para o Estado colombiano como também para todos os países. Em grande parte, o governo colombiano buscou movimentar sua economia na diversificação dos fatores de produção, se aprimorando em fatores de tecnologia e de inovação.

A política de competitividade e produtividade propõe que em 2032 a Colômbia seja um dos três países mais competitivos da América Latina e tenha um nível de entrada por pessoa equivalente à de um país de entradas médias altas, através de uma economia exportadora de bens e serviços de alto valor agregado e inovação, com um ambiente de negócios que incentive o investimento local e estrangeiro, propicie a convergência regional, melhore as oportunidades de emprego formal, eleve a qualidade de vida e reduza substancialmente os níveis de pobreza (RAMÍREZ, 2009, p. 90, tradução nossa).

Por mais que um país tenha uma economia diversificada e inovadora, é necessário que ele tenha negociadores econômicos, para ter mercados onde possa movimentar seu comércio. Através disto, conforme Santos (2010), a Colômbia inicia suas relações com os EUA desde a perda do Panamá, no início do século XX.

Durante o governo do presidente democrata norte americano, Bill Clinton (1993-2001), foram adotadas diversas políticas com abordagem antidrogas, declarando como inimigo os produtores das drogas consumidas no interior dos EUA. Como destaca Silva (2015), para o país, a produção ilícita de cocaína se tornou uma ameaça de nível internacional. Justificando as intervenções na América Latina, os EUA direcionaram tal política alegando essa ser a maior região produtora dos narcóticos que entravam no país. A Colômbia, por ser maior produtora de drogas ilícitas da região, acabou sendo profundo alvo para a aplicação dessas políticas, ou seja, as relações que já existiam, acabou se aprofundando no final do século XX.

Figura 3 – Reunião do presidente eleito Andrés Pastrana e do Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, sobre a primeira visita de Estado – Washington D.C, Estados Unidos – 4 de agosto de 1998



Fonte: Biblioteca Presidencial – Andrés Pastrana.

Revela-se, em 2000, o Plano Colômbia assinado entre o presidente colombiano Andrés Pastrana Arango e o presidente norte-americano Bill Clinton. O plano considerava, durante sua formulação, políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Colômbia, encontrando uma forma de desenvolver o cenário interno do país e também, como consequência, descobrir uma inserção da Colômbia no sistema internacional. Rippel (2004) ressalta que:

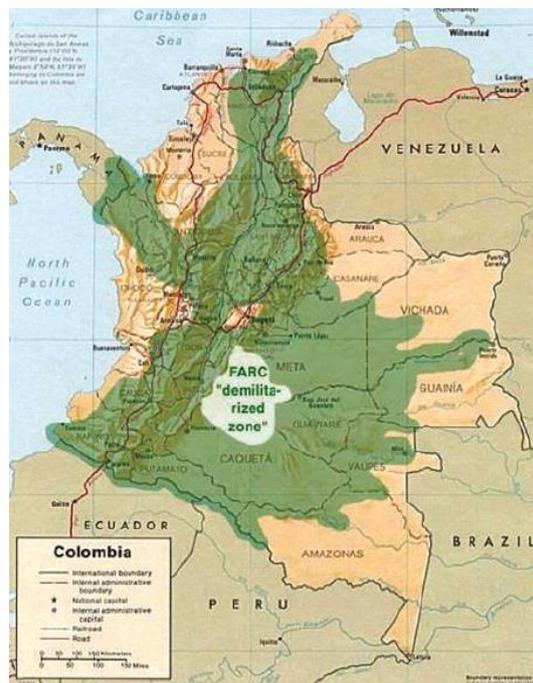
Segundo as autoridades colombianas, o Plano Colômbia é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional. [...] busca, também, recuperar a confiança dos colombianos por meio do resgate das normas básicas de convivência social, da promoção da democracia, da justiça, da integridade territorial, da geração de condições de trabalho, do respeito aos direitos humanos e da conservação da ordem pública. (RIPPEL, 2004, p. 84)

O plano continha em seu teor pontos estratégicos para atingir os objetivos propostos, entretanto passou a ter um caráter muito mais sobre segurança e apoio militar a fim de conter o narcotráfico e as guerrilhas, em especial a presença das FARC-EP. Como destaca Silva (2015), os pontos estratégicos do Plano eram:

I. o processo de paz; II. a economia colombiana; III. o desenvolvimento social e democrático; IV. a luta contra o tráfico de drogas – chamado no Plano de narcotráfico; V. a reforma do sistema judicial e a proteção dos direitos humanos. [...] porém, em termos reais, a iniciativa significou: (I) a intensificação da pulverização dos cultivos de maconha, coca e papoula; (II) a proibição de carregamos para EUA e Europa; (III) a extradição de condenados por tráfico e maior vigilância nas fronteiras para frear a movimentação de traficantes. (SILVA, 2015, p. 129).

Os principais pontos desenvolvimentistas estavam presentes desde a formulação do plano, e o que na verdade é uma vontade do Estado colombiano desde sua formação. No projeto, a luta contra o narcotráfico deveria servir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento político e social da Colômbia, afim de gerar consequências como o aumento da segurança do país, a concretização dos processos de paz, o aumento do nível de desenvolvimento social, e a manutenção do Estado democrático. Porém, o plano tomou outra proporção com o decorrer dos anos, e assim sua atenção passou quase que totalmente para o controle das guerrilhas, dos grupos paramilitares e do narcotráfico.

Figura 4 – Zona de atividade das FARC-EP



Fonte: RIPPEL (2004, p. 107)

As FARC e o ELN, mais influentes grupos guerrilheiros de cunho esquerdista presentes na Colômbia fazem parte do Estado por muitos anos e se espalham por grande parte do território. No caso das FARC, estima-se que o grupo até o ano de 2004 era formado por cerca de 18 mil membros, e se concentrava do centro do país até quase a totalidade da área de

fronteira com Equador, Peru, Panamá e Venezuela, e a distância da fronteira brasileira é muito curta. Em comparação às FARC, o ELN teve menor expansão, contendo cerca de 3 mil membros, se concentrou maior parte na fronteira com a Venezuela.

Figura 5 – Zona de atividade do ELN



Fonte: RIPPEL (2004, p. 108)

Por outra ideologia, mas com a mesma finalidade ligada ao narcotráfico, o AUC foi um grupo paramilitar formado por extremistas de direita que também causavam violência no cenário interno da Colômbia. No ano de 2004, contou com cerca de 8 mil membros e se espalhou com maior força que o ELN, por exemplo, ultrapassando as fronteiras da Venezuela, Equador e Panamá.

Figura 6 – Zona de atividade da AUC

Fonte: RIPPEL (2004, p. 109)

Para atingir os pontos constantes do Plano, os EUA ajudaram a Colômbia através de financiamentos. O plano projetou a aplicação de US\$7,5 bilhões, entretanto em 2000 foi aprovado pelo Congresso norte-americano o valor de US\$1,3 bilhão. “A maior parte dessa ajuda foi destinada às forças de segurança colombianas e as operações antinarcóticos. Como destacam FEITOSA e PINHEIRO (2012, p. 76) “várias companhias norte-americanas foram contratadas, com essa verba, para fornecer material bélico e assessoria aos colombianos”. Esse valor também foi utilizado para a compra de materiais necessários para a fumigação de várias áreas plantadas com coca ligadas ao narcotráfico. Através deste fato, vários estudiosos afirmam que o principal foco dos EUA não era apenas o desmanche das plantações e sim atingir as FARC, que era a principal beneficiada com tal processo, e a insegurança que ela causava. Assim o Plano Colômbia,

[...] foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte-americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países europeus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador (SILVA, 2015, p. 125)

Santos (2006) salienta que o Plano Colômbia tinha inicialmente o intuito de durar por um período, o mesmo foi mandatário do governo de Bill Clinton, sem ao menos dar oportunidade do povo colombiano opinar, o governo americano teria desenvolvido o plano e aplicado ao estado colombiano, sem questionamentos, fazendo altos valores de investimentos, na tentativa de lutar contra o narcotráfico da Colômbia.

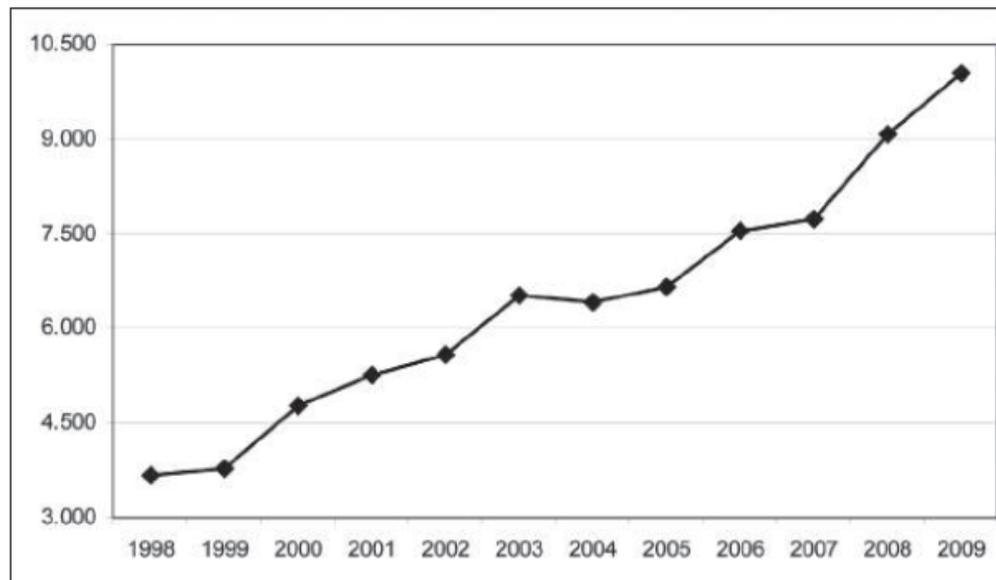
O Plano Colômbia, previsto inicialmente para durar até dezembro de 2005, redigido numa única versão em inglês e imposto pelo governo de Bill Clinton sem que houvessem qualquer debate na sociedade colombiana, previa um investimento de US\$ 7,5 bilhões, dos quais os EUA forneceriam US\$ 1,3 bilhão (47 milhões par o Equador). O governo colombiano aplicaria US\$ 4 bilhões, sendo que 80% dos recursos viriam de financiamento externo e 20% de ajuste fiscal e de impostos sob controle do FMI, e o restante viria de países europeus e instituições internacionais (SANTOS, 2006, p. 66)

Durante o governo Pastrana (1998-2002), as políticas do Plano Colômbia tinham como objetivo a contenção dos plantios de coca, o que fazia com que o artifício não fosse tão persistente. Tal característica tomou um foco mais intenso com a mudança de governo, onde Uribe passou do objetivo de contenção para eliminação, tomando uma postura mais ativa do plano em relação ao narcotráfico e os fatores a ele envolvidos. Feitosa e Pinheiro (2012, p. 76) destacam que “a adesão americana ao plano tornava clara a sintonia entre as políticas e estratégias de endurecimento defendidas publicamente pelos presidentes colombianos, especialmente no governo de Álvaro Uribe”. Ainda segundo Valencia,

Nos primeiros dois anos do “Plano Colômbia”, quando Andrés Pastrana Arango era Presidente da República, não se tinha conseguido ainda articular uma estratégia coerente que respondesse efetivamente à mudança de visão do conflito colombiano ocorrida nos Estados Unidos. A fumigação foi intensificada, foram feitas ofensivas pontuais contra as guerrilhas e realizadas algumas ações contra os paramilitares e os pequenos cartéis de droga, mas não havia um plano geral orientado para uma mudança fundamental do conflito. Foi com a eleição e a posse do Presidente Uribe que se começou realmente a desenvolver um projeto com a mudança de objetivo, da contenção para a eliminação (VALENCIA, 2005, p. 93).

A aplicação de recursos financeiros norte-americanos no Estado colombiano aumentou drasticamente com a aplicação do Plano Colômbia, o plano exigiu dos Estados Unidos um forte poderio econômico, como ilustra a próxima figura:

Figura 7 – Gastos militares da Colômbia (valores em bilhões de dólares)



Fonte: TEIXEIRA J. e NOBRE, (2018, p. 274)

Cabe lembrar que o governo de Álvaro Uribe foi marcado, logo em seu início, pelo marco internacional dos atentados de 11 de setembro de 2001, fato que levou os países a trabalharem com o conceito de “guerra ao terror”. Assim, George Bush se prontificou a oferecer e estreitar alianças, usando seu arsenal militar e econômico numa tentativa de controlar o financiamento aos terroristas, considerados ameaças internacionais, exemplo disto foi o Plano Colômbia. Cabe destacar que:

Guerra ao Terror ou Guerra ao Terrorismo é uma iniciativa militar desencadeada pelos Estados Unidos a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001. O então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush declarou a “Guerra ao Terror” como parte de uma estratégia global de combate ao terrorismo (PECEQUILLO apud SANTOS, 2013, p. 46)

Em contrapartida, no final do século XX, as relações internacionais da Colômbia também se fortaleceram através dos processos de integração latino-americanos. A partir do fim da Guerra Fria, os países estavam utilizando do incentivo dos processos de redemocratização para fortalecer as alianças comerciais, sociais e políticas. Foram formados blocos integracionistas importantes para o funcionamento das estruturas dos Estados, visando tanto o cenário interno como o cenário externo dos países em desenvolvimento.

É válido destacar que atualmente os Estados giram, econômica e politicamente, em torno de uma nova onda de regionalismo, mais específico o regionalismo pós-liberal, que segundo Reinaldo Dias (2010) é a tendência de formação dos blocos regionais que aponta

para uma nova reorganização do espaço político global até aqui dominado pela onipresença dos Estados-Nações.

Esse processo de regionalização aumentou sensivelmente nos últimos anos, após o fim da bipolaridade entre as duas superpotências que emergiram pós Segunda Guerra Mundial – EUA e URSS. Num espaço multipolarizado, onde a segurança nacional, a integração espacial se dá de maneira mais rápida e independente de centros hegemônicos mundiais, substituídos, em tempos de globalização acelerada, pela racionalidade econômica a serviço de uma acumulação capitalista global (DIAS, 2010, p. 193).

Para agir de forma pragmática, foram vistas expectativas de inserção da Colômbia no meio internacional frente às relações caracterizadas como Sul-Sul. Estas relações de cooperação Sul-Sul são usadas, segundo Soares de Lima (2005), como exercícios de “metapoder” nas questões multilaterais do comércio, pois se entende que as relações entre os países menos desenvolvidos são capazes, no contexto atual, de formar uma integração emergente entre as partes.

Porém, há que se levar em conta que no contexto de hegemonia dos mercados, crise dos modelos de desenvolvimento da periferia e fim da rivalidade Leste-Oeste, não apenas as negociações Norte-Sul, palco do protagonismo político da coalização terceiro-mundista, e a cooperação Sul-Sul, espaço de afirmação da identidade daquela coalização, se modificaram profundamente, como alguns dos países que integram no passado a categoria dos *system-affecting countries*, hoje, se acomodaram na condição de mercados emergentes (LIMA, 2005, p. 03).

Dado o fato de que a Colômbia é um dos vários países latino-americanos em busca do desenvolvimento, é visto que os métodos de integração regional vão agir a fim de ajudar o país a resolver os seus problemas internos. A exemplo desses casos, a Colômbia fez parte como membro parte da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI, 1980); como membro associado do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, 1991) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL, 2008). Cabe destacar que no ano de 2018 o país colombiano optou por declarar sua saída definitiva da UNASUL, após a organização apresentar falta de consenso na escolha do Secretário-Geral.

De fato, a integração regional em geral, e sul-americana em particular, se apresenta como a resposta mais adequada para fazer frente a atual situação internacional, a fim de permitir uma presença mais sólida e competitiva de nossa região no comércio mundial, já que no momento a participação da região é muito marginal e, o mais importante, a região segue imersa no esquema tradicional centro-periferia. (TOLA, 2008, p. 3, tradução nossa).

A Colômbia, junto ao presidente Álvaro Uribe Vélez não agiu diferente. Em seu governo (2002-2010), Uribe não deixou de lado seus ideais pragmáticos durante suas relações políticas, agindo sempre em busca do desenvolvimento do país, tanto em relações Sul-Sul como em relações Norte-Sul, a fim de fortalecer os entrelaces de abertura comercial. Porém, o panorama de acordos com os EUA é consolidado através de um cordão iniciado décadas anteriores, ao passo que as relações internacionais regionais são algo novo no cenário da política internacional.

Sendo assim, entre as opções de Uribe para o desenvolvimento do país, o presidente acabou fomentando muito mais o Plano Colômbia durante seu governo. O plano transmitiu uma postura ativa das relações internacionais da Colômbia, agindo em busca do fortalecimento do modelo neoliberal em seu país. No entanto, por mais que seja uma política positiva na história do cenário interno colombiano, o Plano Colômbia não deixou de ser uma forma de imposição do imperialismo norte-americano.

4.1 O GOVERNO URIBE (2002-2010)

Em 1994, em Bogotá, capital da Colômbia, segundo Valencia (2005) veio à tona o escândalo político, de grande repercussão, no qual, um dos candidato à presidência, Andrés Arango, teria exposto para todo o seu país e o mundo, provas de que seu oponente eleito em tais eleições presidenciais do ano de 1994, Ernesto Pizano, teria obtido, ou pode-se dizer, teria tido sua campanha eleitoral, patrocinada com fundos financeiros vindo diretamente do narcotráfico e essas provas eram gravações, que supostamente confirmavam o envolvimento de Pizano. Entretanto, ele teria sido absolvido pela Câmara de representantes. Valencia (2005) afirma ainda que:

Com um esforço titânico, Samper Pizano conseguiu ser absolvido pela Câmara de Representantes, à qual coube o julgamento político do caso, demonstrando que ignorava as tratativas entre os agentes da sua campanha e os narcotraficantes, embora tivesse ficado provado plenamente que os responsáveis por esse financiamento tinham recebido aquelas contribuições. Esse processo evidenciou uma realidade que afetava toda a política colombiana: em não menos de vinte anos uma parte importante do financiamento dos políticos provinha de recursos do narcotráfico, o que foi confirmado por Gilberto Rodríguez Orejuela na entrevista que citamos, ao declarar tranquilamente: "Durante vinte anos fiz contribuições". Mas a sua participação era apenas uma parte do problema. Com o escândalo se soube que por muito tempo as principais campanhas locais e nacionais eram apoiadas pelos dólares de todos os cartéis da droga (VALENCIA, 2005, s/p).

Ainda segundo Valencia (2005), os Estados Unidos teriam mudado sua posição em relação a sua política com a Colômbia, reagindo de forma radical, fazendo mudanças julgadas necessárias pelo Estado Americano. Diante das alterações, ressalta-se sobre a nova mudança, na qual teria sido aprovado o chamado “Plano Colômbia”, a ampliação da cooperação militar dos EUA, afim de lutar contra o narcotráfico, e assim foi feita a seguinte afirmação:

A mudança de estratégia ficou patenteada com a aprovação do "Plano Colômbia", com o qual os Estados Unidos substituíram o objetivo da "contenção" pela "eliminação", e para isso multiplicaram os recursos disponíveis e deram um salto na sua participação no conflito colombiano. Sua cooperação militar foi ampliada para 700 milhões de dólares por ano, em média; em quatro anos o número dos funcionários lotados na Embaixada em Bogotá aumentou de quatrocentos para dois mil (VALENCIA, 2005, s/p.).

O Plano Colômbia, para Santos (2010), teria sido um aliado para o fortalecimento das relações entre Colômbia e Estados Unidos, reforçando as estratégias entre ambos ao combate ao narcotráfico, deixando transparecer ainda interesses do Estado americano, o que para Santos afirma da seguinte forma:

Pode-se dizer que, com a adoção do Plano Colômbia, **a Colômbia incorporou definitivamente a estratégia militarizada norte-americana de combate ao narcotráfico, com os EUA reeditando sua antiga estratégia da "Guerra de baixa intensidade"**, na qual oferecem recursos econômicos, logísticos e militares para que seus aliados possam implementar seus combates internos em sintonia com os objetivos norte-americanos. Vistos em conjunto, todos esses fatos que envolveram a formulação do Plano Colômbia nos remetem a vários elementos fundamentais das relações Colômbia-EUA discutidos até aqui. Não é difícil constatar, por exemplo, que se trata de relações completamente assimétricas, nas quais prevalecem a agenda dos EUA, bem como suas definições, diagnósticos e estratégias acerca do tema. No que se refere ao lado norte-americano, parece ter ficado evidente que sua relação com a Colômbia depende de como se definem os interesses e os objetivos gerais de sua política externa, levando em conta sua segurança nacional, suas políticas domésticas e os interesses de suas grandes empresas (SANTOS, 2010, s/p., grifo nosso).

Em outro momento, SANTOS (2006) reconsidera o problema do narcotráfico na Colômbia não apenas como um problema interno, mas também como um problema que se externou para o âmbito interno dos EUA. A produção dos narcóticos poderia estar ocorrendo em solo colombiano, porém, o produto final se internacionalizava, sendo consumido em grande quantidade no país norte-americano. Ou seja, para os EUA não era apenas uma questão de auxiliar no fortalecimento da segurança do país latino-americano, mas também uma demanda de seu interesse econômico e político. Assim, Santos (2006) fez a seguinte colocação referente ao plano:

São muitos e controversos os aspectos que envolveram a criação desse plano, transcendendo inclusive a própria dimensão de combate às drogas. No que se refere à questão de luta contra o narcotráfico, o plano teve como linha mestra a política norte-americana, que estabelece o consumo de droga no seu país não como um problema de demanda interna, mas como de oferta externa, traduzindo-se imediatamente numa estratégia baseada na erradicação dos cultivos mediante a fumigação e a militarização do combate nos países produtores (SANTOS, 2006, p. 62).

As políticas adotadas durante o governo de Uribe, condiziam com o enfrentamento de uma guerra de baixa intensidade, enfatizando o cenário de guerra civil presente no território colombiano. A guerra de baixa intensidade é um conceito criado pelo exército americano e é caracterizada por um conflito militar de nível menor de uma guerra em si, que envolve atores estatais ou não-estatais. Na maioria das vezes, este tipo de guerra acontece nos países de terceiro mundo, onde uma das potências do período pós-guerras implicam suas influências políticas utilizando a segurança regional e global como justificativa.

Nestes conflitos há o manejo de instrumentos políticos, econômicos e também militares, podendo haver o uso das forças armadas, e segundo Laranjeira (2015) esse conflito apresenta as forças convencionais com grande potencial de combate, que enfrentam um adversário mal equipado, que recorre a técnicas de combate e que evitam o confronto direto procurando derrotar o inimigo pelo desgaste. No caso da Colômbia esse conflito ocorreu entre Estado, grupos guerrilheiros e paramilitares que lutaram entre si para aumentar sua influência no território, acarretando na presença política, militar e econômica norte-americana.

Guerra de Guerrilha, Guerra Insurrecional, Guerra Revolucionária, Guerra Irregular ou Conflito de Baixa Intensidade são todas designações atribuídas a um conflito que se caracteriza pelo confronto entre um Exército e uma força não convencional. As razões que movem estas forças não convencionais podem ser várias, desde crenças ideológicas, sentimento de pertença a determinada região, forma de resistência a uma ocupação considerada ilegítima ou ainda um modo de intimidação em que o objetivo é conquistar a legitimidade e a autoridade política para controlar ou influenciar a população (ESPIRITO SANTO apud LARANJEIRA, 2015, p. 15)

Segundo Carvalho (2017), não seriam apenas as relações de política externa entre a Colômbia e os Estados Unidos que os manteriam unidos, outros interesses e projetos teriam fortalecido os laços entre esses países, como o Plano Colômbia e o Plano de Segurança Democrático do governo Uribe, como já mencionados.

Essa relação entre os estados não se limitou apenas a política externa, mas passa também para um relacionamento securitário principalmente ao final do governo Pastrana (1998- 2002) e o início de Uribe (2002- 2006) com aspectos marcantes como o Plano Colômbia, o Plano de Seguranças Democrático do governo Uribe e

inserido neste o Plano Patriota, que possuem um auxílio mais visível e elevado dos Estados Unidos em direção à Colômbia (CARVALHO. 2017, p.1).

Os Estados Unidos apoiaram o Estado colombiano, ainda no governo de Andrés Pastrana (1998-2002), em várias iniciativas, incluindo o Plano Colômbia, onde apoiou com cerca de US\$1,5 bilhões, colocando a Colômbia em referencial global, por receber assistência das bases militares americanas, as quais permaneceram mesmo após troca da presidência americana e que intensificaram o apoio à Uribe na sua guerra contra as forças armadas.

Os Estados Unidos da América (EUA), com base na diplomacia retaliativa e na mobilização militar apoiaram diversas iniciativas, em especial o Plano Colômbia, durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002). Os EUA destinaram ao referido plano, somente no ano de 2000 cerca US\$ 1,5 bilhões, levando a Colômbia a tornar-se, entre 1999 e 2001, o terceiro maior receptor de assistência militar norte americana, em termos globais (CASTRO e SILVA, p. 7, 2017).

Adentrando nas políticas de Álvaro Uribe, se pode averiguar que a política externa do presidente se intensificava nas questões de segurança, pois para ele este era o principal foco a ser reestruturado para que possíveis mudanças em outras áreas, política, econômica e social, viessem a acontecer. Para isto, Uribe utilizou da implementação da Política de Segurança Democrática (PSD) e se sustentou no conceito de Guerra ao terror adotado pelo governo de George Bush.

Durante o governo Uribe a política externa colombiana esteve condicionada pela estratégia de segurança interna, nomeadamente a Política de Segurança Democrática (PSD). Naquele contexto, o conceito de terrorismo permitiu que Uribe articulasse o contexto interno e externo, consolidando a ideia da Colômbia como um país vítima de narcotraficantes e grupos terroristas, situando a posição do país no sistema internacional por meio de um alinhamento com os Estados Unidos, sustentado pelos recursos do *Plano Colômbia* (CEPIK, BRANCHER e GRANDA, 2012, p. 6).

Além das relações de segurança, o presidente colombiano, assim como a maioria dos países latino-americanos, visou energizar seu comércio devido ao fato de ele ser o gerador de recursos para toda e qualquer ação que o país precisar. Sendo assim, ocorreram também políticas econômicas com os EUA prescritas no Tratado de Livre Comércio (TLC). Para entender basicamente quais eram os propósitos do chefe político, no que se refere às políticas de nível interno e externo, podem-se destacar alguns fatores como: segurança, contenção das plantações de coca, eliminação do narcotráfico, o cessar da existência dos grupos guerrilheiros, a manutenção da paz, o equilíbrio do bem-estar da força pública, a preservação do direito humanitário internacional, a conservação da credibilidade e da confiança como

estímulo para a recepção de investimentos externos e internos, o fomento aos mercados regionais de zonas de livre comércio, etc. Todos eles operando para atingir o desenvolvimento do país.

Segundo Vélez (2007), o presidente agiu ao alcance de tais objetivos internos, impondo sua política de “*Seguridad Democrática*”. Este sistema se baseia em fortalecer a sociedade civil nacional a fim de lutar junto as Forças Armadas contra os grupos guerrilheiros por meios como a educação, os direitos humanos, o desenvolvimento econômico e social da região. Como resultado desta administração, Ramírez (2009) destaca que a Colômbia viu sua economia crescer a uma taxa superior a 5,5%. Logo Villa e Viana (2010) afirmaram que o carro-chefe da campanha presidencial de Uribe em 2002 fora:

[...] Política de Segurança Democrática (PSD). Esta foi formulada com o objetivo de reestabelecer a ordem e a integridade territorial na Colômbia e fortalecer a autoridade do Estado. Para estes fins, a PSD foi concebida sobre três grandes pilares: consolidação do território nacional (com destaque para o papel das forças armadas e uma desmobilização dos grupos paramilitares); eliminação do comércio das drogas ilícitas, fortalecendo para isso a política de fumigação das zonas de plantio e combate pelo exército aos grupos de narcotraficantes; e proteção das fronteiras, através de acordos com países vizinhos (VILLA e VIANA, 2010, p. 68).

Este considerável desenvolvimento do país fez com que ele ganhasse certa credibilidade frente ao cenário externo, fator que atraiu um número significativo de investimento, ocasionando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) colombiano. Sendo assim, Uribe destacou que o desenvolvimento da Colômbia se deu graças à aplicação de políticas externas voltadas à superação de suas dificuldades internas. Através destas análises, o presidente viu nos TLC’S o progresso do país através dos ideais desenvolvimentistas.

Atualmente a estratégia de internacionalização da Colômbia se tem centrado na negociação de Acordos de Livre Comércio que compilam os principais desenvolvimentos nesta matéria a nível internacional. Estes acordos têm se orientado e priorizado de acordo com a importância de nossos parceiros (RAMÍREZ, 2009, p. 94, tradução nossa).

Uribe não teria contido as palavras e deixaria claro sua opinião nacional, afirmando que teria faltado uma liderança eficaz nos últimos anos na Colômbia, sendo assim, Santos (2010) afirma:

Não é um exagero dizer que o Presidente Uribe jogou uma pedra pesada nas águas represadas do debate nacional. Afirmou que a ameaça da insurgência tinha persistido porque nos últimos cinquenta anos, tinha faltado ao país uma liderança; porque os altos círculos da política e os intelectuais vinham contemporizando com as

guerrilhas, se levar a sério a dura realidade representada pelos subversivos. Disse que na Colômbia não se pode falar de "conflito armado", mas sim de "ameaça terrorista"; que não se pode continuar dizendo que há uma guerra, porque não existem motivos para isso. Que a palavra "reconciliação" não tem cabimento na linguagem colombiana, porque não se deve aceitar que há uma fratura na sociedade (SANTOS, 2010, s/p.).

Segundo os relatos de Santos, Uribe ainda teria sido ousado o suficiente ao realizar sabiamente negociações com os paramilitares, conseguindo realizar ações bem-conceituadas e mudanças politicamente favoráveis ao Estado Colombiano, vindo inclusive a surpreender sua nação e demais relações políticas. Uribe teria aceitado a ajuda americana diante do cenário de guerrilhas numa tentativa de derrotar o narcotráfico na Colômbia. Nesse contexto, Santos salienta que:

Esse modelo de segurança configurado no governo do Presidente Álvaro Uribe Vélez **consistia na pacificação concertada no Norte do país e em guerra assistida pelos Estados Unidos no Sul**, onde se encontra a retaguarda da guerrilha. É um projeto coerente, ousado e com grande apoio nacional e internacional. Mesmo assim, ele não conta com qualquer garantia de vitória, porque as raízes sociais do conflito, assentadas agora em centenas de milhares de camponeses produtores de coca, são muito profundas; porque nessa confrontação também interferem, de maneira decisiva, as atitudes dos opositores; porque os aliados jogam com cartas próprias; porque mesmo entre as forças do governo há ruídos e dissonâncias muitas vezes incontroláveis. A euforia que essa nova política provocou é uma parte importante da opinião pública, e não deixa ver os obstáculos e os seus gravíssimos custos humanitários (SANTOS, 2010, s/p, grifo nosso.).

Com a adoção do Plano Colômbia, o Estado colombiano teria engajado as políticas militares ofertadas pelo Estado americano, no combate ao narcotráfico, revendo e reescrevendo antigas estratégias, de forma que a Colômbia recebesse a influência e correspondesse aos interesses americanos, diante das ofertas dos EUA, como por exemplo, recursos econômicos, logísticos e militares, como menciona Santos (2010).

No aspecto da segurança, a gestão de Uribe não tem sido tão linear como em princípio se poderia julgar. Sua política de segurança democrática tem conhecido importantes vitórias nos primeiros anos de seu mandato, como a recuperação de territórios que, até Pastrana, estavam sob domínio das FARC; e a captura de importantes membros das FARC. Para muitos colombianos urbanos e rurais, Uribe tem devolvido a possibilidade de transitar por uma grande parte do território nacional sem estar constantemente ameaçado pela possibilidade de ataques e sequestros, ou por uma via interdita por uma patrulha da guerrilha ou dinamitada por uma bomba deste grupo. Com efeito, o governo foi capaz de isolar as FARC em algumas regiões e levou o Estado para locais em que os rebeldes faziam a lei. (VILLA e VIANA, 2010, p. 68)

Santos (2010) relata ainda que essa relação, Estados Unidos-Colômbia, seria baseada na agenda de interesses do Estado americano, como afirma no trecho a seguir:

Vistos em conjunto, todos esses fatos que envolveram a formulação do Plano Colômbia nos remetem a vários elementos fundamentais das relações Colômbia-EUA discutidos até aqui. Não é difícil constatar, por exemplo, que se trata de relações completamente assimétricas, nas quais prevalecem a agenda dos EUA, bem como suas definições, diagnósticos e estratégias acerca do tema. No que se refere ao lado norte-americano, parece ter ficado evidente que sua relação com a Colômbia depende de como se definem os interesses e os objetivos gerais de sua política externa, levando em conta sua segurança nacional, suas políticas domésticas e os interesses de suas grandes empresas. Nessa perspectiva, dependendo dessas condições, a Colômbia pode ter uma atenção maior ou menor dos EUA (SANTOS, 2010 s/p.).

O governo de Uribe e o governo norte-americano concordavam igualmente, que as guerrilhas eram grupos de terroristas que queriam controlar o narcotráfico e dessa forma seriam uma ameaça nacional e mundial. O governo Uribe se uniu ao governo americano de George Bush, na tentativa de eliminar o narcotráfico, Bush, inclusive, teria cedido ajuda militar para Uribe, na luta contra a guerra do terror do narcotráfico, e afirma:

O Plano Colômbia foi inserido na estratégia norte-americana de combate ao terrorismo, transformando o governo de Uribe num grande aliado da nova política de segurança dos EUA. Com Bush e Uribe, ficou estabelecido publicamente o caráter antiinsurgente do Plano Colômbia. Assim, o conflito interno colombiano se transformou numa frente adicional da guerra dos EUA contra o terrorismo internacional, com os norte-americanos ampliando o seu papel na situação doméstica colombiana, mediante seus diagnósticos, políticas e interesses (SANTOS, 2010, s/p).

Frente as críticas ao governo norte-americano relacionadas às relações políticas colombianas, Valencia (2005) menciona que teria sido criada uma comissão independente. Esta comissão, após diversas análises da situação política entre o Estado colombiano e o norte americano, sugeriu mudanças da parte do governo dos EUA.

As vozes possivelmente mais críticas à política norte-americana com relação à Colômbia e à região andina foram levantadas em Washington. O Council on Foreign Relations, um centro influente do pensamento americano, criou uma comissão independente que, em 2003, esteve na Colômbia, fazendo consultas com as fontes mais diversas, tendo publicado um relatório sobre a situação aconselhando uma mudança da política do governo dos Estados Unidos. Para essa comissão, a Colômbia é o país-chave da crise vivida pela região. O Relatório diz claramente que a região caminha para o colapso, que a democracia está seriamente ameaçada e que a política do governo dos Estados Unidos é míope, sendo necessária uma mudança radical e urgente para deter a deterioração do quadro existente na região (VALENCIA, 2005, s/p.)

Para Quintanar e Ortel (2010), a Colômbia teria se unido a países apoiadores aos Estados Unidos, na luta contra o Iraque, pois segundo os autores, os EUA disporiam de concordância em custear atividades militares para o governo de Uribe na luta da segurança nacional colombiana e contra as drogas ilícitas. O Estado colombiano de Uribe permanecia na ofensiva de manter um relacionamento estratégico com os EUA, entrelaçando essa relação em causa da luta contra o narcotráfico e seus crimes alusivos. Mesmo diante da relação bilateral entre o Estado colombiano e o americano, os autores mencionam que essa relação não estaria imune de complicações.

Baseando-se nesse contexto de possíveis contratempos entre os EUA e Colômbia, Quintanar e Oertel (2010) destacam a difícil situação a que se refere os direitos humanos no país, no qual, as esferas do executivo americano que intervêm quanto a elaboração da política externa norte americana, teria insistente aflição. Uribe teria ainda direcionado sua política externa em uma devassa ajuda relativa internacional no tentame de solucionar o conflito armado e o óbice do narcotráfico.

Uribe ainda teria recorrido incessantemente por tropas de forças americanas equivalentes as delegadas ao Iraque. Apesar dos esforços em pedidos aos EUA, Uribe solicitaria através de artifícios, alianças adjacentes, tendo retorno negativo de alguns.

Frente a dificuldade regional de concordar uma posição conjunta com a Colômbia, a iniciativa ficou nas mãos dos Estados Unidos que, frente os problemas compartilhados pelos países andinos, impôs um manejo bilateral de acordou com suas estratégias. Com respeito aos grupos irregulares a estratégia do primeiro mandato de Uribe é a negociação com os paramilitares, o confronto militar com as FARC através do Plano Patriota (Plano Colômbia) e cerca dos “contatos exploratórios” para uma negociação com a ELN. As pressões internacionais levam Uribe a negociar com os paramilitares, porém com as condições pautadas por ele. A distância, foi possível ver a contemplação do seu slogan político: “mão firme com a guerrilha, coração grande com os paramilitares” com quem se manteve, indagando sobre sua história pessoal, laços estreitos e harmonia ideológica (QUINTANAR e OERTEL. 2010, p. 10-11, tradução nossa).

Na visão de Quintanar e Oertel (2010), uma das razões as quais países adjacentes a Colômbia não estariam dispostos a fechar acordos internacionais com Uribe, seria que Uribe estaria sendo guiado e orientado pelos Estados Unidos e que apenas os EUA teriam potencial para auxiliar na ofensiva contra a armada interna da Colômbia. E segundo, consta em acordo militar através da aliança entre os governos americano e colombiano, o objetivo dos EUA seria abranger seu perímetro de segurança do Caribe até os Andes.

Segundo Carvajal (2006), o presidente Uribe portaria uma tática de governo, cuja intenção seria solidificar a política externa em cargo do conflito armado e de sua resolução.

Ainda pode-se destacar que o governo anterior a Uribe, portaria uma diplomacia discreta no tocante as suas relações internacionais, no tentame de encontrar soluções pacíficas e manter a notoriedade da estabilidade econômica e democrática diante de um território marcado por altos e baixos.

Para Carvajal (2006), a presidência de Uribe bilateralizou a Agenda Internacional da Colômbia, devotando-se aos EUA. A política externa de Uribe provocou um distanciamento do panorama natural e histórico que caracteriza o subcontinente americano para o país, além do alinhamento integral com a supremacia, o que motivou a desconformidade com nações semelhantes adjacentes.

O apoio à invasão ao Iraque, seria um dos grandes motivadores dessas desconformidades, Carvajal (2006) ressalta que esta teria sido uma decisão oposta de países de grande e médio porte da região, como por exemplo, México e Chile. Ainda que a insistência em transacionar uma anuência de livre comércio com os EUA, oposto aos esforços do Brasil e Argentina por liderarem a formação do Mercado Comum Sul, e as evidências de que Álvaro Uribe simboliza a ponta dos interesses do EUA na área, seria o contraponto de convicções para se opor ao chamado “eixo do mal” latino-americano, composto por dirigentes descontentes com a Casa Branca, como Castro, Chávez, Lula e outros.

Carvajal (2006) enfatiza que o Plano Colômbia financiado pelos Estados Unidos era:

[...] para aumentar a capacidade militar do Estado. O presidente Uribe deu continuidade da diplomacia para a guerra da estratégia internacional do Pastranista sobre guerrilhas esquerdistas do país, e manteve a diplomacia para paz em relação às negociações com os grupos paramilitares no norte do país. O mesmo chefe de estado foi o promotor de uma relativização sem precedentes das noções de soberania e autonomia nacional, ao implantar todas as suas capacidades retórica de representar pelo mundo que seu governo não só não rejeita, mas até promove, a intervenção militar estrangeira na Colômbia para resolver problemas nacionais. Assim, nos prelúdios da invasão militar dos EUA ao Iraque em março de 2003, Uribe afirmou durante sua apresentação no fórum econômico mundial em Davos que as tropas dos Estados Unidos que estavam a caminho do Golfo Persa fez escala no país andino para combater a guerrilha e o tráfico de droga (CARVAJAL. 2006, p. 147, tradução nossa).

Viana (2017) reforça que o Estado americano tem relações estreitas com a Colômbia muito além de combater o tráfico de drogas, e isso, foi constatado no primeiro mandato de Uribe, quando o mesmo deixou claro seu total apoio a guerra do Iraque. Essa união do estado americano e colombiano tinha a ideia que se derrotassem o narcotráfico, eles não teriam mais recursos, pois todo o recurso viria do próprio narcotráfico, sendo assim os EUA sediou artifícios ao estado colombiano, como militares na tentativa de proteger a Colômbia.

Nesse sentido verificou-se não somente a continuidade do histórico envolvimento dos EUA no combate à produção de drogas na Colômbia, mas a intensificação da relação bilateral. Com efeito, desde inícios de seu primeiro governo, Uribe teceu uma estreita aliança com os EUA, que incluiu uma declaração explícita de apoio à segunda guerra do Iraque um amplo *overlap* de posições comuns em organismos internacionais e uma posição bastante similar na luta anti-terrorismo após os eventos de 11 de setembro. Por trás da cooperação entre Colômbia e EUA, na luta anti-drogas, está a ideia de que a principal fonte de recursos dos grupos armados se encontra no narcotráfico e, assim, esses seriam enfraquecidos se não mais dispusessem dessa fonte. A participação dos EUA, concentrada no fornecimento de equipamentos e treinamento a militares e policiais colombianos, também almejava dar proteção militar a oleodutos, como o de Canon Limón, afim de evitar que as guerrilhas, principalmente o ELN em troca de dinheiro (VIANA, 2017, p. 17).

Para Ostos e Villa (2005) há a possibilidade de divergências entre a Colômbia e seus dirigentes americanos, pois a Colômbia viu no acordo uma necessidade estritamente de segurança nacional e militarização do conflito, ao passo que o plano poderia ser mais eficaz se fosse tratado de forma mais pontual.

Em um passado recente, existiu e é muito provável que continue a existir no futuro uma forte divergência de concepção entre as elites dirigentes na Colômbia e seus aliados norte-americanos, e a maioria dos países andinos acerca do impacto e forma de tratamento da questão colombiana. Enquanto que para a Colômbia e os EUA o combate ao narcotráfico e à guerrilha constitui um problema de segurança nacional e regional, cuja solução necessariamente dar-se-á pela internacionalização e militarização do conflito, para a maior parte dos países da região, o tratamento poderia ser mais eficaz se o conflito fosse tratado de forma mais bilateral e pontual. Conforme lembra Bonilla, "as ameaças são percebidas a partir de cenários nacionais e não regionais" (OSTOS E VILA, 2005, p. 23).

Bordin (2013) acredita que tanta diligência por parte do governo americano na incansável batalha contra o narcotráfico na Colômbia, seria apenas por interesses políticos próprios, tanto da parte do governo quanto ao que se refere às corporações empresariais, e destaca:

Pode-se afirmar ainda que todo o apoio e empenho dos Estados Unidos na luta contra as drogas leva consigo caráter eminentemente político-econômico, guiado por interesses de grupos políticos internos e grandes corporações empresariais, que pressionaram a aprovação do pacote de ajuda à Colômbia visando alcançar objetivos particulares (BORDIN, 2013, p. 60).

Santos (2010) destaca que a aliança entre EUA e Colômbia, no período do governo Uribe e Bush, teria tornado essa governança colombiana adepta quanto às políticas de segurança americana contra o terrorismo.

O Plano Colômbia foi inserido na estratégia norte-americana de combate ao terrorismo, transformando o governo de Uribe num grande aliado da nova política

de segurança dos EUA. Com Bush e Uribe, ficou estabelecido publicamente o caráter antiinsurgente do Plano Colômbia. Assim, o conflito interno colombiano se transformou numa frente adicional da guerra dos EUA contra o terrorismo internacional, com os norte-americanos ampliando o seu papel na situação doméstica colombiana, mediante seus diagnósticos, políticas e interesses (SANTOS, 2010, s/p.).

E reforça ainda que é nítido que o governo Uribe agregou e englobou o sistema de segurança americano na tentativa de solucionar o conflito interno colombiano, tornando o governo de Uribe dependente da relação com os EUA em diversos contextos da Colômbia, principalmente no que tange as questões desenvolvimentistas.

Nos marcos do Plano Colômbia e da Política de Segurança Democrática, não é difícil constatar que a Colômbia incorporou várias diretrizes da política de segurança norte-americana para a resolução do seu complexo conflito interno. Mais do que isso, a internacionalização do conflito armado trouxe uma alta dependência do governo colombiano em relação aos EUA em praticamente todos os principais temas do país, tais como o próprio conflito armado, o narcotráfico, o desenvolvimento, o papel do Estado, a democracia etc (SANTOS, 2010, s/p.).

Entretanto, a partir do segundo mandato de Uribe, ainda no governo de Bush, o que parecia uma relação de alianças bem estruturada, começou a sofrer mudanças sendo apresentados novos rumos à política norte-americana. Em novembro de 2006 houve alteração na posição política do Congresso dos EUA, isso fez com que a conjuntura da política externa estadunidense fosse refletida para novos enfoques, como relata Santos (2010).

Álvaro Uribe manteve uma relação privilegiada com a administração George W. Bush e a cúpula do Partido Republicano, tanto que a diplomacia personalista colombiana se deu ao luxo de desmontar a boa relação com o Partido Democrata, herdada da gestão Pastrana. No início do seu segundo governo, Uribe deixou clara a necessidade e a perspectiva de manter uma relação especial com os EUA, no sentido de garantir suas políticas internas. Ocorre que, a partir de novembro de 2006, com a vitória dos democratas nas eleições para o Congresso dos EUA, a política norte-americana começava dar sinais de um novo ciclo, o que, por consequência, trouxe obstáculos às pretensões do governo colombiano. Em pouco tempo, a relação com a Colômbia, que parecia ser um exemplo de caso bem-sucedido da política de segurança norte-americana, acabou se transformando em caso exemplar de alguns equívocos dessa política. Ou seja, o novo Congresso dos EUA, refletindo as conjunturas interna e externa, desejava dar novos enfoques e atenções à política externa do país (SANTOS, 2010, s/p.).

Para Santos (2010), com o novo governo democrata americano no congresso, o rumo das relações externas entre Colômbia e EUA começou a sofrer mudanças, e quanto ao Plano Colômbia, o governo de Uribe, teve sua ajuda econômica americana reduzida. Ademais, o valor aplicado no Plano Colômbia teve novo enfoque, repartindo de forma menos acentuada

as questões militares do que as questões sociais, o que de certa forma, já era previsto no início do plano.

Em relação ao Plano Colômbia, por sua vez, as pretensões colombianas sofreriam um novo golpe dos Democratas. Pouco interessado nos resultados bélicos do governo Uribe e com as mesmas críticas que inviabilizaram o TLC, o Congresso norte-americano renovou o Plano Colômbia para 2007, com redução da ajuda econômica e reorientação dos gastos. Houve uma redução de 10% da ajuda econômica, que de U\$ 586 milhões foi para U\$ 527 milhões. Enquanto os gastos foram reorientados de 76% do componente militar e 24% do componente social para 55% e 45% respectivamente (Policy Paper, 30, 2008). Também se deve notar que houve incremento de recursos para investigações judiciais em relação aos paramilitares e redução de recursos para a fumigação aérea, ou seja, reparo em temas que vários estudiosos do Plano Colômbia vinham apontando como equivocados há muito tempo (SANTOS, 2010, s/p.).

Ademais, no ano 2009 houve alteração na presidência do EUA, tendo como presidente Barack Obama. Obama refletia sobre o Plano Colômbia com uma visão diferente dos governantes anteriores, tendo como princípio um viés não militarizado, e sim que trouxesse à tona novamente as questões desenvolvimentistas e de paz. Obama também apresentou o narcotráfico não apenas como um problema da Colômbia, mas um problema internacional, já que a população estadunidense consome os produtos ilícitos, gerando demanda para o comércio ilegal. As renovações do cenário político americano trouxeram novas mudanças para as relações internacionais com a Colômbia, a qual teria pouco caráter diplomático, onde a Colômbia passou a enfrentar dificuldades com o novo modo de governo.

Em conjunto, no período compreendido entre a vitória Democrata no Congresso dos EUA em 2006 e os primeiros atos do Governo de Barack Obama em 2009, a personalizada e pouco profissional diplomacia colombiana tem apresentado muitas dificuldades para entender e trabalhar com essas mudanças ocorridas nos EUA, algo que deveria ser básico para um governo que colocou o seu destino na garantia de uma relação privilegiada com os norte-americanos (SANTOS, 2010, p. 85).

A Colômbia há muito tempo é rodeada pela economia ilegal do tráfico, sendo no início nos meados dos anos 1970 nos Estados Unidos, quando houve repressivas do Estado americano para alguns países como México, por exemplo, sendo estimulada e reforçada a partir desse momento, desencadeado um crescimento de cultivo de maconha na região colombiana de La Guajira vindo desses países, alimentando com força o desenvolvimento do narcotráfico colombiano.

Santos (2006) destaca ainda que, quando a cocaína superou a maconha no estado americano, os narcotraficantes colombianos trocaram seus aliados, pois traziam produtores de coca que refinavam a folha de coca para adentrar nos Estados Unidos por rotas estratégicas,

como Brasil, diante da erradicação da coca pela política americana, levou uma migração da produção de coca nas regiões sul e central da Colômbia, tornando o país colombiano maior produtor mundial de coca.

[...] quando, no final da década de 1970, a demanda norte americana por cocaína superou a da maconha, os narcotraficantes colombianos os pioneiros cubanos de Miami no tráfico de cocaína para os EUA. Inicialmente, as máfias colombianas importavam da Bolívia e do Peru, milenares produtores de folha de coca, a pasta-base da coca, que era refinada e transformada em cloridrato de cocaína para ser exportada ao EUA através de rotas pelo Brasil, Equador, Venezuela e Panamá. Ao longo da década de 1990, a política norte-americana de erradicação militarizada do cultivo de coca, cumprida rigorosamente pelos governos da Bolívia e do Peru sob pena de perderem a “Certificação” resultou numa migração das plantações para as regiões Sul e Central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Choco, Nariño e Putumayo), deixando o país na condição de principal produtor mundial de folha de coca (SANTOS, 2006, p. 63-64)

Santos (2006) relata também que, as condições socioeconômicas do país colombiano não seriam favoráveis para um crescimento econômico estrutural, ainda que a Colômbia se tornou um local muito produtivo, favorável na produção da folha de coca, que se desenvolveu predominantemente, atraindo muitos camponeses para esse tipo de cultivo, atuando de forma ilegal, auxiliando no surgimento crescente da violência e beneficiando o narcotráfico e servindo como base para o sustento e sobrevivência de muitas famílias colombianas. Todos esses fatores, agregados a outros como, ofensivas às empresas de petróleo americanas, compunham o interesse e apoio dos EUA para o estado colombiano, tornando a Colômbia uma prioridade da segurança americana.

Em um país que, desde a independência, foi controlado por uma oligarquia que excluiu a participação política dos demais grupos sociais e não promoveu reformas econômicas sociais estruturais, as condições propícias à produção da folha de coca acabaram atraindo milhares de camponeses para o cultivo ilícito, como forma de sobrevivência. Além disso, tal condição também contribuiu para exacerbar os históricos índices de violência no país e intensificar a guerra interna envolvendo Estado e paramilitares de direita contra as guerrilhas de esquerda. A expansão do narcotráfico, somada à uma crise institucional e econômica, à violação sistemática dos direitos humanos, a ataques guerrilheiros contra corporações norte-americanas do petróleo, a uma guerra interna e a possibilidade de extensão do conflito para os países vizinhos, transformou a Colômbia numa das prioridades da política de segurança dos EUA o final da década de 1990. O governo norte americano, que durante a presidência de Ernesto Samper (1994-1998) qualificou a Colômbia com o uma “narcodemocracia”, voltou toda a atenção para o governo seguinte, de Andrés Brestana (1998-2002) (SANTOS, 2006, p. 64).

Guzzi (2008) ressalta ainda que o Plano Colômbia conteve, em sua proposta inicial, diversos pontos que ultrapassavam a proporção de política de combate ao narcotráfico. O

plano também apresentou abrangência nos seguintes pontos: processo de paz; economia colombiana; desenvolvimento social e democrático; reforma do sistema judicial e proteção aos direitos humanos; porém é explícito que manteve destaque para o assunto que fere a segurança nacional dos países envolvidos, em teoria para a Colômbia, entretanto, com extremo interesse norte americano. Como destaca Guzzi (2008, p. 62), “é importante ressaltar que, apesar de ter sido apresentado pelo chefe de Estado da Colômbia, o governo norte-americano contribuiu com a elaboração do conteúdo do plano”.

Ainda, Santos (2006) fortalece a ideia de que o Plano Colômbia foi uma forma de fomentar o interesse político dos EUA na guerra contra o narcotráfico. Levando em consideração os pontos existentes no Departamento de Defesa dos EUA as drogas passaram a ser um problema não só do país que produz, mas também dos países que consomem, porém, a forma mais fácil de combater isso seria eliminando a produção.

São muitos e controversos os aspectos que envolveram a criação desse plano, transcendendo inclusive a própria dimensão de combate às drogas. No que se refere à questão de luta contra o narcotráfico, o plano teve como linha mestre a política norte-americana, que estabelece o consumo de droga no seu país não como um problema de demanda interna, mas como de oferta externa, traduzindo-se imediatamente numa estratégia baseada na erradicação dos cultivos mediante a fumigação e a militarização do combate nos países produtores. Não é demais lembrar que, desde a administração Reagan esse assunto passou a ser tratado como um problema de segurança nacional, envolvendo o Departamento de Defesa dos EUA. Nesse sentido, embora o plano contemplasse propostas sociais, econômicas e de direitos humanos, o caráter bélico e repressor constituiu o seu eixo central. Basta observarmos como foram distribuídos os recursos econômicos provenientes dos EUA no início do plano: 1) apoio à expansão das operações antidrogas no Sul do país sob a forma de treinamento e equipamento para as Forças Armadas- US\$ 416,9 milhões; (...) a Escola das Américas, rebatizada depois do fim da Guerra Fria como Instituto Hemisfério Ocidental para Cooperação em Segurança, assumiu a responsabilidade de oferecer suporte e treinamento para o Exército Colombiano. (SANTOS, 2006, p. 66-67).

Em um encontro com o governo americano, no ano de 2005, Uribe teria repetido o seu comprometimento com os EUA, e disposto a seguir a política de segurança americana. Santos (2006) acreditava que Uribe manteria firmemente sua proposta com os EUA, se tratando da segurança, pois acreditava ser essencial para a construção de um país livre do tráfico de drogas, porém, para alcançar tais propostas, seria conveniente não estar centralizada toda a ideia aos paramilitares, devendo existir um apoio entre população marginalizada e a violência do país, mas para Santos (2006) a situação não teria um fim, mas sim uma baixa na violência e no narcotráfico.

Ao longo de 2005, na iminência do prazo de encerramento do Plano Colômbia, a administração Bush procurou deixar claro que manteria a intervenção econômica e militar em nome da luta antiterror. (...) em reunião com Álvaro Uribe no seu rancho no Texas, em agosto do mesmo ano, o presidente Bush reafirmou o mesmo compromisso (...) no mesmo encontro o governo colombiano fez questão de deixar claro o seu alinhamento à política de segurança dos EUA, com as seguintes palavras: “O grande inimigo da democracia colombiana e o terrorismo”. É provável que em um segundo mandato de Uribe, as diretrizes da “Política de Segurança Democrática”. Não existe dúvida sobre a importância fundamental da segurança para a existência e o funcionamento de uma sociedade livre e democrática. Dessa forma, uma tarefa essencial do Estado colombiano é a resolução das questões referentes à guerrilha, aos paramilitares e ao narcotráfico. Porém, a garantia de segurança para todos os cidadãos não pode ser reduzida somente aos aspectos militares e policiais, como ocorreu no primeiro mandato de Uribe, sob pena de comprometer a liberdade a própria democracia. (SANTOS, 2006, p.75- 76).

Por décadas o governo colombiano traz como diretriz de suas políticas a segurança do território para o desenvolvimento do país, sendo ela possível com a contenção das barreiras do narcotráfico e dos grupos guerrilheiros. No entanto, o passar dos anos acompanhou esse processo de forma lenta.

A agenda republicana estava ideologicamente baseada no narcotráfico, no livre comércio e no terrorismo, e os ideais e projetos de Uribe para derrubar o narcotráfico estavam enfrentando desafios para ser correspondido pelo novo governo americano. Durante o governo Obama, a Colômbia não recebeu a atenção que recebia comparado a era Bush. Os países receberam apoio dos EUA nas questões do narcotráfico e no terrorismo, mas de uma forma diferente do antigo governo, o qual Uribe vinha fazendo alianças políticas de interesses colombianos. Uribe teria que realizar mudanças internas e externas com os EUA com a finalidade de manter a aliança e continuar a receber o apoio do governo americano.

Para Villa e Viana (2010), Uribe constituiu a possibilidade de melhorar a vida dos colombianos visando em seus projetos a luta contra o narcotráfico, as diferenças sociais e surgimento de uma economia forte ao Estado colombiano. Os indicadores apontaram a satisfação e aceitação do governo de Uribe, em seus dois mandatos. Uribe estava à frente de uma luta contra a violência que fazia com que muitas famílias deixassem suas terras para ir, em busca de sobreviver, longe da violência que se expandia diante do crescimento do narcotráfico nas regiões colombianas. Em primeiro momento, o projeto de segurança, respaldado pelo estado americano, trouxe confiança ao povo colombiano, essa segurança teria se refletido nas urnas colombianas, que resultou em dois mandatos de Uribe, pois:

Álvaro Uribe representou um projeto conservador de reconstrução do estado colombiano, cuja debilidade resulta da ação contínua de fatores desgastantes como a corrupção, o narcotráfico, a exclusão social e um conflito que já se estende por mais de quatro décadas no país. Os índices de aprovação de Uribe obtidos em seu

primeiro mandato ilustram a percepção positiva da população colombiana com relação à disposição do presidente eleito em trabalhar com dedicação a fim de resolver os problemas do país, principalmente o problema da violência. Sua reeleição em 2006, por sua vez, simboliza o respaldo amplo da população às medidas de segurança empreendidas por Uribe, ainda que esta seja aplicada em detrimento do respeito às liberdades civis dos colombianos e dos direitos humanos. (VILLA e VIANA, 2010, p. 56).

Villa e Viana (2010) destacam que, a atuação de outros governos que antecederam o governo Uribe, atuando com má gestão, seriam causadores do efeito da falta de credibilidade pelo eleitor colombiano, onde passaram a apoiar outros candidatos que não eram partidários. Uribe teria se aproveitado dessa situação provendo sua candidatura no comando do movimento Primero Colômbia, conhecido pela diversidade à qual é composto, compondo partidários tanto do Partido Liberal, quanto, Conservador.

A fragmentação partidária na Colômbia, a má gestão de muitos governos e a quebra de expectativas de solução dos problemas estruturais do país através da reforma política de 1991 fizera com que muitos colombianos depositassem maior confiança em lideranças personalistas do que em partidos. Pode-se dizer que Uribe se beneficiou desse contexto do desgaste dos partidos na Colômbia. Dissidente do Partido Liberal desde os primórdios de sua trajetória política, Uribe organizou sua candidatura para as eleições presidenciais de 2002 sob o nome do movimento Primero Colombia. Este caracterizava-se, acima de tudo, pela extrema heterogeneidade política entre seus integrantes, os quais provém do Partido Liberal e do Conservador. A partir da vitória de Uribe nas eleições de 2002, essa coalizão passou a ser chamada de “ bancada uribista”, uma vez tendo apoiado o presidente na maioria dos projetos pelo Executivo. No entanto, esse apoio não se mostrou constante. Exemplo emblemático disso foi o fato de diversos congressistas terem criado seus próprios movimentos (como o Nuevo Partido e o movimento Colômbia Viva) às vésperas da aprovação da Reforma Política de 2003, levada a cabo pelo presidente. (VILLA e VIANA, 2010, p.59).

Vale destacar, que Villa e Viana (2010) mencionam que Uribe conquistou a população colombiana, através de sua convicção por um ideal, soube ser o líder que o povo esperava, trazendo um diálogo entre governantes, e sempre na busca de alcançar seu ideal político de mudar a vida do povo colombiano, sendo incansável em seus projetos e na luta contra o narcotráfico.

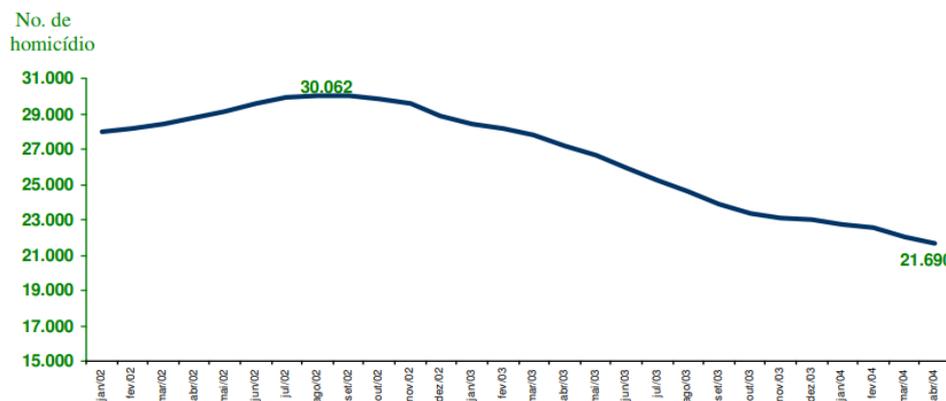
Para além das políticas implementadas ou apoiadas por Uribe ao longo de sua carreira política, é inegável que seu estilo de governo e sua obsessão pelo trabalho contribuíram para a construção da imagem de um líder determinado a resolver os problemas do país. Seu estilo de governo é regido pela crença de que a confiança da população colombiana nas instituições políticas do país pode ser recuperada através do estabelecimento de relações próximas entre governantes e governados. É nesse sentido que, já em seu primeiro ano de governo, Uribe criou os chamados “conselhos comunitários”: aos sábados, Uribe percorre municípios e consulta as

populações locais a respeito de suas demandas e expectativas. (VILLA e VIANA, 2010, p.60).

O governo de Álvaro Uribe, desde seu primeiro mandato, percorreu seu governo através de políticas que prezassem a segurança nacional do Estado colombiano, defendendo “uma solução armada para os conflitos contra os movimentos insurgentes no país” (GUZZI, 2008, p. 75). O presidente admitiu no Plano Colômbia um domínio positivo frente os obstáculos que envolvem o país por décadas, e assim encontrou uma possibilidade de fortalecer o modelo de desenvolvimento político, econômico e social interno da Colômbia. Como viés complementar, Guzzi (2008) destaca que Uribe também visava no plano o desenvolvimento de uma política externa que tivesse crédito no contexto internacional.

Guzzi (2008) destaca que a aplicação do Plano Colômbia, durante o governo de Uribe, de fato apresentou algumas características positivas, sobretudo nos setores da economia e da segurança, como apresenta:

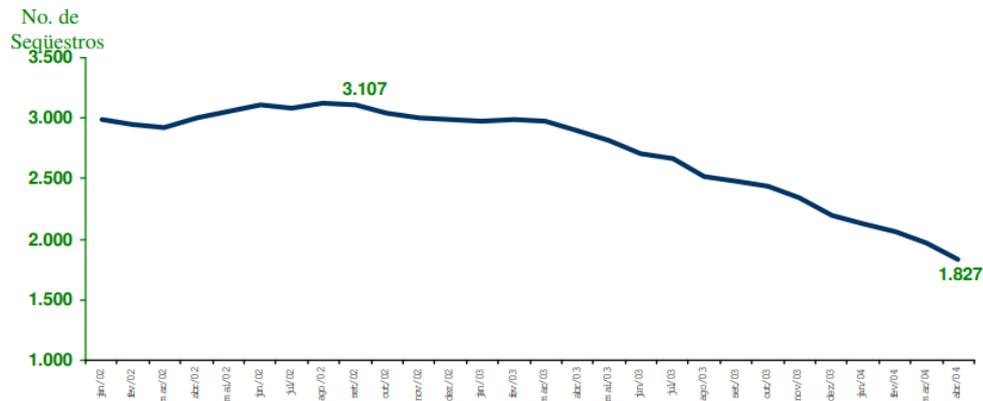
Figura 8 – Tendência de homicídio entre janeiro de 2002 e abril de 2004 na Colômbia



Fonte: Ministério de Defesa Nacional da Colômbia apud GUZZI (2008, p. 81)

O conjunto do Plano Colômbia e da Política de Segurança Democrática de Uribe se tornaram discursos oficiais dos presidentes colombiano e norte-americano. Uribe e Bush utilizavam de alguns resultados positivos referentes à segurança do território colombiano para justificar as políticas militares aplicadas no país, exemplo disso são os gráficos de tendência de homicídios e sequestros que diminuíram entre os anos de 2002 e 2004.

Figura 9 – Tendência de sequestro entre janeiro de 2002 e abril de 2004 na Colômbia



Fonte: Ministério de Defesa Nacional da Colômbia apud GUZZI (2008, p. 81)

Entretanto, segundo alguns fatores comprovam que o plano não saiu exatamente como o proposto, “problemas como a produção de drogas ilegais, a impunidade e abuso de poder, a debilidade das instituições não-militares e o poder dos paramilitares continuam a assolar o país” Guzzi (2008, p. 81). Ademais, Uribe manteve sua política de segurança com o auxílio financeiro e militar do Estados Unidos, tendo como consequência a intensificação da militarização e da influência da soberania norte-americana no país.

4.2 AVALIANDO O PLANO COLÔMBIA: QUÊ RESULTADOS CONCRETOS?

O Plano Colômbia, em sua formulação, tinha como respaldo diversificados objetivos, indo em direção à proteção do território como Estado nação desenvolvimentista, envolvendo questões políticas, sociais e econômicas, além das demandas militares e de segurança. No entanto, seus primeiros anos de aplicação não renderam muitos resultados, e seu conceito passou por modificações durante o governo de Álvaro Uribe, dando maior ênfase na contenção das guerrilhas, presentes no cenário interno colombiano, responsáveis pela fomentação do narcotráfico.

Devido à mudança no propósito do Plano Colômbia, de processo de paz para combate ao narcotráfico, os grupos guerrilheiros passaram a combater as forças encarregadas de implementá-lo. Com a intensificação da guerra civil, aumentaram também as denúncias de desrespeito aos direitos humanos. O Exército Colombiano tem sido acusado de ser conivente com as atividades dos grupos paramilitares de

direita, conhecidos como Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC). Esses grupos surgiram como uma reação aos grupos de esquerda e são responsabilizados pela maioria dos massacres cometidos contra a população rural (RIPPEL, 2004, p. 85).

Os anos 2000 fortaleceram o modelo de securitização do plano, onde maior parte da renda prevista no projeto para auxiliar a Colômbia foi destinada para a assistência militar, deixando outras áreas em segundo plano. Não obstante, este foi um ponto que levou às críticas do Plano Colômbia, pois sua formulação inicial previa, em primeiro momento, políticas para melhorar o cenário interno socialmente.

Figura 10 – Plano Colômbia – Assistência para a Colômbia

	Valor (em US\$ milhões)	% do total
Assistência militar	519,2	60,3%
Assistência policial	123,1	14,3%
Desenvolvimento alternativo	68,5	7,9%
Assistência a refugiados	37,5	4,3%
Direitos humanos	51,0	6,0%
Reforma judiciária	13,0	1,6%
Aplicação de Lei	45,0	5,3%
Processo de paz	3,0	0,3%
Total	860,3	

Fonte: Center for International Policy (CIP) apud GUZZI (2008, p. 64)

O Plano Colômbia acabou impondo sua influência na América Latina através da penetração da ajuda financeira e material às forças e policiais destes países. A Colômbia, em especial, foi o país que recebeu grande parte deste material, o suficiente para equipar dois batalhões de exército especialização nas ações antidrogas, como demonstra Rippel (2004):

* 16 helicópteros UH-60B BlackHawk, sendo 14 para a Brigada Antinarcóticos e 2 para a polícia; * 33 helicópteros UH-1N, para prover mobilidade área para as tropas da Brigada antinarcóticos; * 34 helicópteros Huey-II, sendo 25 para o Exército Colombiano e 9 para a polícia; e * 9 aeronaves agrícolas para fumigação; além da modernização de 3 aeronaves OV-10D, de mesma finalidade (RIPPEL, 2004, p. 90).

O apoio dos EUA à Colômbia, através da implementação do narcotráfico nas questões de segurança nacional, cresceu ao longo da aplicação do plano, o que também acarretou na

extensa aplicação de bases militares estadunidenses em solo colombiano, ampliando a presença dos soldados norte-americanos na região, seja por terra, mar ou sobrevoando o solo.

Figura 11 – Novas bases americanas na Colômbia 2014



Fonte: NOBRE (2014, p. 10)

Com o passar do governo de Álvaro Uribe e a nova visão que o plano tomou, questões socioeconômicas foram deixadas para depois, no entanto, mesmo o foco sendo o narcotráfico, Felipe (2012) destaca que o Plano Colômbia não acabou com o narcotráfico, mas anulou parcialmente a existência e a supremacia de grupos guerrilheiros como as FARC e o ELN, “dez anos após o início do Plano Colômbia, o principal resultado da ação antidrogas pode ter sido o enfraquecimento de movimentos guerrilheiros de inspiração política” (FELIPE, 2012, s/n).

Figura 12 – Ocupação das FARC em território colombiano em 2008



Fonte: BRUSCHTEIN (2008), s/n

Segundo Villa e Viana (2010), os grupos de narcotraficantes começaram a diminuir entre os anos 2002 e 2004 e com eles o número de hectares onde era cultivada a folha de coca. Além disso, o grupo de paramilitares foi contido em grande parte através das políticas de pacificação para o desenvolvimento do Estado nação.

Quanto aos grupos de narcotraficantes, entre 2002 e 2004, a política de fumigações e interdições conseguiu diminuir significativamente o número de hectares cultivadas de folha de coca, além de intensificar a política de deportações para os EUA de chefes da droga. Quanto aos paramilitares, ainda que a PSD não tenha sido bem-sucedida em paralisar completamente as atividades do grupo, especialmente das AUC, conseguiu uma alta desmobilização daqueles no marco da Ley de Justicia, Paz y Reparacion. Uribe bem sabe que a presença do poder público em todo o território nacional, através de políticas de desarmamento, pacificação, combate e desmobilização desses grupos constitui o ponto-chave da construção do Estado nacional colombiano. (VILLA e VIANA, 2010, p. 68)

Rippel (2004) destaca que o cultivo da papoula para a produção de heroína também diminuiu. Em 2001, o número que se estimava em cerca de 6.100 hectares cultivados, caiu para 4.200 hectares no próximo ano. Este número cresce quando se trata ao plantio de coca, onde Felipe (2012) relatou que a redução da área plantada reduziu quase 50%, surpreendendo americanos e colombianos. Entretanto, ainda segundo Rippel (2004) foi levantada a questão

da internacionalização dos processos produtivos, pois o o impedimento da produção ilícita no país abriu a oportunidade para alguns cartéis colombianos cruzarem as fronteiras para o processamento da droga.

Apesar dos altos investimentos americanos, a mais vistosa ação antidrogas no continente não conseguiu interromper o tráfico de narcóticos para os Estados Unidos, onde 95% da cocaína consumida ainda tem origem no país sul-americano. A informação faz parte de um relatório do Departamento de Defesa americano sobre a estratégia internacional de combate aos narcóticos dos EUA, dois anos depois do término oficial do Plano Colômbia (FELIPE, 2012, s/n).

Por outro lado, o plano também apresentou fortes resultados negativos. Por manter sua ênfase nas operações militares de combate ao tráfico, as possibilidades de paz diminuíram no solo colombiano. As práticas militares fomentaram a guerra civil que estava ligada diretamente ao desrespeito dos direitos humanos. No parâmetro social, a guerra civil também trouxe resultados, onde muitas famílias colombianas deixaram suas terras em direção aos países vizinhos, o que favorece para que o problema do narcotráfico seja internacionalizado, ou então acabaram se submetendo as condições de pobreza e violência que pairavam o cenário rural. No âmbito ambiental, Santos (2013) considera a erradicação das plantações de coca e papoula através de fumigação aérea um grande problema, podendo afetar o ecossistema e trazer consequências negativas para as comunidades camponesas e indígenas.

O Plano Colômbia também justificou o fortalecimento da presença dos EUA em solo latino-americano, onde o país defendeu sua política externa contra o narcotráfico para impor sua soberania na região.

[...] esse posicionamento geoestratégico tem levado alguns autores a levantar a tese – que a princípio pode parecer exagerada – de que a combinação entre militarização do combate ao narcotráfico e Plano Colômbia estaria operando uma redefinição dos interesses norte-americanos na América Latina. Seria uma estratégia em que Washington, já dominando seu *mare nostrum* caribenho, procuraria agora um controle efetivo dos Andes, “essa terra nossa da América do Sul” (VILLA; OSTOS, 2005, p. 10).

As políticas adotadas pelo plano fizeram com que a segurança aumentasse em algumas regiões, entretanto, a área rural continuou instável. A produção de coca não acabou por completo, o comércio internacional ilícito de drogas ainda tem sua origem no Estado colombiano. Estas questões, atreladas às questões sociais e ambientais, fizeram com que o Plano Colômbia não trouxesse grandes resultados positivos para o desenvolvimento socioeconômico do país, e sim fez com que os pontos negativos fossem fortalecidos.

Em relação a posição norte-americana, o governo de George W. Bush (2001-2009) foi um adepto fiel aos acordos com a Colômbia, porém o governo de Barack Obama (2009-2017) aderiu uma postura um pouco diferente, e estava disposto a diminuir o número de investimentos no país colombiano que serviam para a luta contra o narcotráfico, e assim acabaria prejudicando a economia colombiana e também a opinião dos colombianos e países adjacentes ao governo de Uribe, que já havia recebido boas críticas de governo.

Um dos pontos que levaram a diminuição dos investimentos foi o alto gasto militar e econômico que os EUA tiveram em relação a Colômbia, outro fator foi a intensificação dos conflitos no Oriente Médio, onde os EUA começaram a empenhar maior influência. Ademais, Obama tomou outra postura no enfrentamento ao narcotráfico, assumindo parcela de culpa do país norte-americano no problema sobre drogas ilícitas, o que indicou possíveis alterações da aplicação do plano, com a intensão de usar ele para os objetivos que estavam presentes durante sua formulação. Segundo Santos (2010):

Tudo indica que, sem abrir mão do combate militar e a lógica proibicionista, a política norte-americana de combate às drogas passe a enfatizar, de fato, enfoques multilaterais e ações nos campos econômicos, sociais, institucionais e de Direitos Humanos. As alterações no Plano Colômbia parecem caminhar nesse sentido (SANTOS, 2010, p. 84).

O governo colombiano seguinte foi marcado por uma política mais branda em relação às guerrilhas, comparada ao governo de Uribe. Juan Manuel Santos (2010-2018) retomou os diálogos com os grupos guerrilheiros numa tentativa de aproximar a paz ao cenário interno do país. No ano de 2016 foi assinado entre o governo colombiano e o líder das FARC, Juan Manuel Santos e Rodrigo Londoño Echeverri, um acordo de paz que colocaria fim ao conflito armado que assola o país por décadas. Este evento, por ser considerado de importância internacional, contou com a presença de diversos líderes políticos representantes da América Latina e também do cenário global, como o secretário-geral da ONU, na ocasião Ban Ki-moon, e a diretora geral do FMI, Christine Lagarde. O acordo previa uma reformulação da política agrária positiva para as FARC, corrigindo a economia rural, em troca haveria o abandono das armas pela guerrilha e sua transformação em movimento político.

A política adotada por Santos não foi de agrado à grande parte da população colombiana, pois retratava que a punição dos guerrilheiros não condizia com os atos violentos cometidos. Outro ponto em questão, é que Santos manteve aos ex-guerrilheiros a possibilidade de formarem grupos políticos. Entretanto, o seu modo de aplicar o Plano

Colômbia, rendeu a Colômbia o Prêmio Nobel da Paz no ano de 2016, o que para o presidente, foi de grande influência frente o cenário internacional.

Independentemente dos resultados do Plano Colômbia, é inegável que a proximidade entre Colômbia e EUA era acentuada durante os anos Uribe. Assim, quando Santos ascendeu à presidência em 2010 e, dois anos depois, assumiu publicamente ter iniciado um processo de paz com as FARC que buscava a solução negociada do conflito, estava a Colômbia rompendo com o *Respice Pollum* extremado das últimas três gestões de acatar o enfoque belicista exigido pelos EUA no tratamento com o problema das guerrilhas (ANTUNES, 2018, p. 124).

Atualmente, o presidente colombiano Ivan Duque (2018) trabalha em conjunto com o presidente norte-americano Joe Biden (2021), entretanto, sua gerência em relação ao Plano Colômbia foi marcada a partir da reformulação do plano no ano 2020, ainda durante o governo de Donald Trump (2017-2021). Foi lançado em agosto de 2020 o *Plano Colômbia Crece*, onde foi fomentada a parceria Colômbia-EUA no âmbito militar para combater as guerrilhas e o narcotráfico. O acordo prevê um investimento de US\$5 bilhões para os próximos três anos.

A adoção do Plano Colômbia Cresce pressupõe o controle da violência em especial na região de fronteira entre Colômbia com a Venezuela, o que para alguns analistas, segundo Mello (2020) é uma ameaça para o país vizinho. Assim, o Plano Colômbia é aplicado de forma diferente a cada governo que passa. Todavia, é ressaltado que até os dias atuais ele não resultou em fatos positivos concretos para o crescimento e desenvolvimento interno da Colômbia, ao contrário disso, nos dias atuais ele tende a se tornar um obstáculo para a paz regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou uma análise do Plano Colômbia, formulado no 1999 pelos então presidentes colombiano e norte-americano, Andrés Pastrana Arango e Bill Clinton. O Plano constituía, em sua concepção, um planejamento para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado. Foi concedida, durante a pesquisa, maior ênfase no período de governo de Álvaro Uribe Vélez (2002- 2010), devido ao fato de o Plano ter tomado novas proporções em relação às questões de segurança contra o narcotráfico.

A pesquisa buscou compreender, ao longo da abordagem, uma linha histórica da formação do Estado colombiano, que desde seu período colônia apresentou agitações internas nos conflitos entre europeus e a população descendente da miscigenação. O ano de 1810 foi marcado pela independência do território conhecido atualmente como Estado colombiano, entretanto, o marco histórico não significou a ausência de novos conflitos internos no país. Segundo Junior e Nobre (2018, p. 268) “a Colômbia é um Estado frágil; sua construção é marcada por guerras civis e disputas políticas violentas, como a denominada La Violência, entre governo e forças sociais”.

O século XX na Colômbia foi marcado por sangrentos conflitos que trilhavam a presença de grupos guerrilheiros como as FARC e o ELN, e também por grupos paramilitares como o AUC, envolvidos ao narcotráfico. A Colômbia é um país extenso e com grande potencial, porém fora dominado pela violência, pelo cultivo de drogas ilícitas e pela economia distorcida. Poderosos grupos que tentavam dominar os territórios camponeses, fazendo com que milhares de famílias, se rendessem ao cultivo ilícito de drogas e sobrevivessem, ou abandonassem suas casas, suas terras, suas histórias e fugissem na tentativa de não sofrerem violência e ameaças.

Uma cultura marcada por uma busca de melhorias na vida dos cidadãos. O interesse crescente pela educação, que também apontou o crescimento da violência e venda de drogas ilícitas. A implementação de novas escolas diminuiu os índices de grupos ligados ao narcotráfico, trazendo novas oportunidades para os jovens. Um país com grande potencial econômico, sob um solo fértil, porém, sendo utilizado para o mercado ilegal.

O Plano Colômbia significou uma intensificação das relações internacionais entre Colômbia e Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, onde a Colômbia tentou estreitar essa relação afim de obter um novo desenvolvimento interno para o seu Estado, ao passo que para os EUA foi uma forma de manter sua soberania na América Latina no cenário pós-guerras.

Por sua vez, Álvaro Uribe percebeu a necessidade de manter acordos políticos, econômicos e militares da Colômbia com os EUA, com o intuito de enfrentar a cultura do narcotráfico que perdurou por décadas no país. Uribe viu no plano a possibilidade para enfrentar as guerrilhas e combater o narcotráfico e suas consequências, o presidente tinha um ideal e sabia que precisaria de forte apoio político e financeiro, que tivesse o poder para entrar nessa luta. Devido ao cenário internacional instalado após os ataques de 11 de setembro de 2001, Uribe reforçou sua aliança com o governo americano, sobretudo através do uso de poder militar.

Os EUA aplicaram sua colaboração no plano através de volumosos números financeiros e bélicos, a exemplo das bases militares estadunidenses no Estado colombiano. O governo de George Bush (2001-2009) aplicou milhões de dólares nas políticas de segurança contra o narcotráfico e também adotou o termo de guerra contra o terror para justificar seus atos.

Como analisado, o plano alcançou alguns objetivos ligados à contenção do narcotráfico. Foi verificada redução nos números de plantações dos produtos ilícitos como em torno de 50% nas plantações de coca e cerca de 30% nas plantações de papoula utilizadas para a produção de heroína. Além disso, ocorreu pequeno desmantelamento dos grupos ligados ao narcotráfico, como as FARC, ELN e AUC, principalmente nas regiões centrais da Colômbia e também na fronteira com a Venezuela, principais pontos da presença militar norte-americana. Como Villa e Viana (2010) destacam:

No aspecto da segurança, a gestão de Uribe não tem sido tão linear como em princípio se poderia julgar. Sua política de segurança democrática tem conhecido importantes vitórias nos primeiros anos de seu mandato, como a recuperação de territórios que, até Pastrana, estavam sob domínio das FARC; e a captura de importantes membros das FARC. Para muitos colombianos urbanos e rurais, Uribe tem devolvido a possibilidade de transitar por uma grande parte do território nacional sem estar constantemente ameaçado pela possibilidade de ataques e sequestros, ou por uma via interdita por uma patrulha da guerrilha ou dinamitada por uma bomba deste grupo. Com efeito, o governo foi capaz de isolar as FARC em algumas regiões e levou o Estado para locais em que os rebeldes faziam a lei. (VILLA e VIANA, 2010, p. 66)

Entretanto, estes números não foram o suficiente para a consolidação do plano como um acordo positivo para o desenvolvimento interno da Colômbia. Os grupos guerrilheiros diminuíram em pequena parte, o número de famílias participantes da produção ilegal diminuiu irrisoriamente, fazendo com que parte da população aceitasse sobreviver com as condições precárias econômicas e sociais, além do cenário de violência imposto pelos grupos

guerrilheiros e paramilitares. Outras famílias deixaram suas terras em direção as fronteiras, fortalecendo os problemas sociais e econômicos da região. Ademais, a fumigação dos plantios ilícitos deixou de herança para a terra colombiana futuros problemas em relação ao ecossistema.

O Plano deixou para depois as questões que envolviam o desenvolvimento interno da Colômbia, fato que refuta a hipótese inicial da pesquisa de que o Plano seria benéfico para a Colômbia e EUA. O acordo foi benéfico parcialmente, mas não atingiu com resultados concretos os principais objetivos que estavam inicialmente previstos. Outrossim, isso fez com que o panorama de guerra civil fosse aprofundado no cenário interno colombiano, em razão do caráter militar que tomou o conflito político. Ainda segundo Villa e Viana:

Um olhar mais atento, no entanto, nos permite constatar que o que parece ser o ponto forte da política de Uribe, a PSD, também é seu ponto fraco, devido aos déficits sociais e políticos que acaba gerando. Embora tenha sido responsável pelo recuo dos grupos armados, alguns problemas sociais do país tem recebido pouca atenção. Este é o caso dos deslocados internos, que tem sinalizado uma crise humanitária no país, cuja negligência do Estado tem despertado crescentes preocupações em organismos internacionais, por exemplo, o ACNUR. Durante a administração Uribe, o número de deslocados internos não se estabilizou e não diminuiu, pelo contrário: os números mostram um número similar aos do Iraque, em torno dos 3,5 milhões, segundo o ACNUR. Esses deslocados são produto tanto do conflito interno como das próprias condições de miséria social em que vive uma parte da população colombiana. (VILLA e VIANA, 2010, p. 66)

O controle dos grupos guerrilheiros e dos paramilitares não foi positivo apenas para a Colômbia, os EUA também foi beneficiado ao passo que o cenário do narcotráfico também atinge o seu cenário interno, prejudicando a sua soberania frente o mundo internacional. Como fonte positiva para os EUA, o plano também funcionou, através da intervenção de sua política externa, mantendo a imposição de sua influência estadunidense como potência.

Ao decorrer dos anos, e a cada presidente que assume o controle do Estado colombiano, as políticas adotadas tomam um rumo diferente. Posterior a Álvaro Uribe, Juan Manuel Santos adotou uma postura muito contraditória a que foi imposta pelo seu antecessor, porém, é possível verificar que foi uma política mais voltada para os princípios existentes na formulação do Plano Colômbia. Santos adotou uma postura de diálogo com os grupos guerrilheiros, em especial as FARC, onde assumiu uma postura para objetivar a paz do cenário interno colombiano. Entretanto, sua política não foi de agrado a grande parte da população pois assumia o risco da formação destes grupos no âmbito político e também por estes não serem responsabilizados no nível dos atos violentos cometidos ao longo dos anos.

O atual presidente Iván Duque retomou alguns ideais do período de Uribe, ressaltando a presença militar estadunidense em solo colombiano. Com o auxílio do presidente Donald Trump, Duque assinou o Plano Colômbia Cresce que fomenta as questões militares contra as guerrilhas e contra o narcotráfico. Porém, analisando a história do Plano Colômbia, é difícil presumir que ele apresente resultados positivos para o território colombiano – pressuposto inicial do projeto – e sim que o mesmo seja usado para continuação da influência norte-americana na região latino-americana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bárbara. Raymond Aron e os conceitos de homogeneidade e heterogeneidade. **Relações Internacionais**, n. 35, p. 57-61, set 2012. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri35/n35a05.pdf>. Acesso em 04 set 2021.

ANDRÉS PASTRANA, **Biblioteca Presidencial**. Disponível em: <<https://andrespastrana.org/con-el-presidente-bill-clinton-en-washington/>>. Acesso em 8 set 2021.

ANTUNES, Diego Felipe Barbosa. **Capacidades para a paz: Estudo comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016)**, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179437/001068614.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 8 set 2021

ANUARIO DE LA INTEGRACIÓN REGIONAL DE AMÉRICA LATINA Y EL GRAN CARIBE. Buenos Aires - Argentina: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, n. 11, 2015. Disponível em: <<https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/2015-Anuario-CRIES.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020

ARANA, Roberto González. La política exterior de Colombia a finales del siglo XX. Primera Aproximación. **Investigación y Desarrollo**, Universidad del Norte - Colombia, v. 12, n. 2, p.258-285, dez. 2004. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2384097>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

ARAVENA, Francisco Rojas. BORBÓN, Josette Altmann. BREALEY, Tatiana Beirute. América Latina e o Caribe: ¿integrados o marginados? **Congreso Latinoamericano e Caribenõ de Ciencias Sociales**. p. 285. Buenos Aires, 2011.

ARDILA, Martha. Diplomacia multilateral durante la segunda administracion de Alfonso Lopez Pumarejo (1942-1945). **Análisis Político**. n. 10, p. 7-22, maio 1990.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. **Departamento de História – FFLCH/USP**, 1983.

ASSIS. Caroline Chagas de SARTI. Josiane Simão, ZWIRTES. Gabriela Pedrassani, Percepções do Brasil sobre o plano de integração de Simón Bolívar para a América Latina. **Novas Fronteiras- Revista Acadêmica de Relações Internacionais do ESPM-** v.2. n. 2, p. 8, 2015

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. **ALADI**. Disponível em: <http://www.aladi.org/sitioaladi/?page_id=375&lang=pt>. Acesso em 07 out. 2020
BACHA. Edemar Lisboa, Reflexões Pós Cepalinas sobre a Inflação e Crise Externa. **Brazilian Journal of Political Economy**. V.23, n.3. São Paulo, jul- set. 2003.

BARÓN. Carlos Alberto Suescún. Desenvolvimento Rural e Subdesenvolvimento: Uma caracterização da estrutura agrária da Colômbia (1961- 2016). **Repositório da Produção**

Científica e Intelectual da UNICAMP. Campinas. 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/357565> Acesso em : 09/05/2021.

BORDIN, Bruno Marcolla. **Narcotráfico na Colômbia e as intervenções estadunidenses: uma análise do Plano Colômbia.** Florianópolis, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=narcotr%C3%A1fico+na+Col%C3%B4mbia+e+as+interven%C3%A7%C3%B5es+estadunidense%3A+uma+an%C3%A1lise+do+plano+Col%C3%B4mbia&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3D2NveZirBeVMJ. Acesso em 20 agost 2021

BLANCO, Jacqueline Blanco, De la Gran Colombia a la Nueva Granada, contexto histórico – político de la transición constitucional. Prolegómenos. **Derechos y Valores.** Vol. X, núm. 20. Jul-dec. 2007, pp. 71-87.

BRUSCHTEIN, Luís. **Quando foi assassinado, Raul Reyes estava a negociar**, mar. 2008. Disponível em: < <http://www.odiario.info/?p=666>>. Acesso em 20 jun 2021.

BUENO, Luis Miguel Pardo. El desarrollo de la guerra civil em el Estado de Bolívar y su participación em la guerra nacional de 1859-1862 em la Confederación Granadina. **Hist. Caribe**, Barranquilla, v. 9, n. 24, p. 89-130, Jul 2014. Disponível em:< http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-88032014000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em 04 setembro 2021

CARPINTERO, Jhon Alexis Rengifo. CAICEDO, Carmen Helena Diaz. A Qualidade da Educação na Colômbia. **Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação**, vol. 14, n.2, p.326-339, abr/jun 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=619864583002>>. Acesso em: 02\08\2021.

CARVAJAL. Leonardo, **Enfoques Regionales- Oasis.** n. 11, p.135- 149. Tres años del gobierno Uribe (2002- 2005): un análisis com base em conceptos dicotómicos de política exterior. Bogotá – Colômbia. 2006

CARVALHO. Yalle Catharine Vieira de, **A teoria dos complexos regionais de segurança e a relação EUA- Colômbia: Combate às Drogas no governo Uribe (2002-2006).** João Pessoa. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11772>. Acesso em 29 jul 2021.

CASTRO. Luís Felipe Perdigão de, SILVA. Miquelly Barbosa da, O Conflito Colombiano no século XX: A perspectiva das lutas e territórios como direito à Terra e Paz. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental.** Vol. 3. Brasília. 2017.

CETINA, Maria del Pilar Ostos, La geopolítica de Colombia en el siglo XXI: un centro estratégico americano. **Carta Internacional.** Fev. 2008, p. 8-14.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **A CEPAL promove a Colômbia o fortalecimento das políticas para um desenvolvimento territorial exclusivo.** 2019. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/noticias/cepal-promove-colombia-o-fortalecimento-politicas-desenvolvimento-territorial-inclusivo>>. Acesso em 01 agost. 2021.

CEPIK, Marco; BRANCHER, Pedro; GRANDA, Sebastián. A Colômbia e os desafios para a integração sul-americana. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre - Brasil, v. 3, n. 14, p.1-15, out/nov. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/31093/22420>>. Acesso em: 13 set. 2020

COLISTETE. Renato Perim, O desenvolvimento cepalino: problemas e influencias no Brasil. **Estudos Avançados**. V.15 n.41. São Paulo. 2001.

COLOMBIA.SA. **Presidentes de Colombia**. Disponível em: <http://www.colombia-sa.com/presidentes/presidentes_de_colombia.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: Introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, Rogério Santos da. O Mercosul e a integração da América do Sul. *In*: CEPIK, Marco. **América do Sul: Economia & Política da Integração Regional**. UFRGS-POA, Coleção Estudos Internacionais, 2008, p. 21-31.

CUNIN, Elisabeth. Identificação territorial, identificação étnica em Cartagena, Colômbia. **Estudos Afro-Asiáticos**. 2003, v. 25, n. 1, pp. 123-143. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000100006>>. Acesso em 04 set 2021.

DONÁRIO. Arlindo Alegre, SANTOS. Ricardo Borges dos, **Keynes e Keynesianismo: uma visão crítica**. Centro de Análise Econômica de Regulação Social. Universidade Autônoma de Lisboa. Jan.2006, pag. 13. Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/3169> Acesso em: 10 de out. de 2020.

DOMINGUES, Joelza Ester. **10 aspectos importantes da Guerra Fria: capitalismo x comunismo**, 2018.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira. PINHEIRO, José Augusto de Oliveira. Lei do Abate, guerra às drogas e defesa nacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n, pp. 66-92, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000100005>>. Acesso em 06 set 2021.

FELIPE, Leandra. **Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico mas 'enfraqueceu as Farc'**. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120411_plano_colombia_lf.shtml>. Acesso em: 08 de out. 2020.

FERREIRA. Carla Cecília Campos, **Ideologia Bolivariana: as ap do legado de Símon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela: o caso da Guerra Federal (1858- 1863)**. Dissertação para obtenção do título de Mestre. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8695>roprações Acesso em : 12 de out. de 2020.

FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites. **Ecos do Libertador: O pensamento de Simón Bolívar no discurso de Hugo Chavez**. São Paulo. 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra, As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**. V. 54- n.3. Rio de Janeiro. 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Anos de Incerteza (1930 - 1937): Política de boa vizinhança**. 2012. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4 ed., Atlas, São Paulo- 2002.

GODOY, Arlinda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista Administração de Empresas**. V. 35, n. 3, p. 20-29, São Paulo- 1995.

GUZZI, André Cavaller. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96289>>. Acesso em: 27 jul 2021

HELG, Aline. **A República de Símon Bolívar: um bastão contra a “tirania” da maioria**. 2020.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados** [online], v. 16, n. 46, pp. 85-104, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000300007>>. Acesso em 05 agost 2021.

HERZ, Mônica. **Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria**. vol. 40- n 2. Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/YgDB7pDqDTnKjFYdXvwB9yh/?lang=pt#>> Acesso em 03 agost 2021.

LAFER, Celso. Política de blocos, segurança e desenvolvimento uma perspectiva brasileira. **Revista de Administração de Empresas** [online], v. 12, n. 2, pp. 87-95, 1972. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901972000200007>>. Acesso em 20 jul 2021

LARANJEIRA, Hugo Guilherme Gonçalves Fontes. **Guerra de Manobra e Operações de Baixa Intensidade**, jul 2015. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9873/1/22_295_Hugo.LARANJEIRA.pdf>. Acesso em 8 set 2021.

LEITE, Lara Pereira Araujo. **As Farc como um ator não estatal no cenário da América Latina (1964-1974)**, p. 64, 2018.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, p.01-36, jan. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002>. Acesso em: 20 out. 2020.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. A questão social no projeto do BRICS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, pp. 2133-2146, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.09072018>>. Acesso em 12 agost 2021.

- MARINI, Ruy Mauro. **Lutas Sociais**. Duas notas sobre o Socialismo. 2012.p.107- 123. Disponível em : <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_ruy.pdf>. Acesso em: 06 de out. de 2020.
- MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o Sistema-Mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V)**, p. 95-108, 2015. Disponível em: <[https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/11/Martins%2C%20J.%20R.%20\(2015\).%20Immanuel%20Wallerstein%20y%20el%20sistema-mundo.%20%20C2%BFUna%20teor%20C3%ADa%20actual.%20Iberoam%20C3%A9rica%20Social%20Revista-Red%20De%20Estudios%20Sociales%2C%20\(V\)%2C%2095-108.pdf](https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/11/Martins%2C%20J.%20R.%20(2015).%20Immanuel%20Wallerstein%20y%20el%20sistema-mundo.%20%20C2%BFUna%20teor%20C3%ADa%20actual.%20Iberoam%20C3%A9rica%20Social%20Revista-Red%20De%20Estudios%20Sociales%2C%20(V)%2C%2095-108.pdf)>. Acesso em 05 setembro 2021
- MERCADO COMÚN DEL SUR (Montevideo - República Oriental del Uruguay). **En pocas palabras**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3862/4/innova.front/en_pocas_palabras>. Acesso em: 15 set. de 2020.
- MERCADO COMUM DO SUL (Brasil). **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org), DESLANDES. Suely Ferreira, NETO. Otávio Cruz, GOMES. Romeu, **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 18 ed., Vozes, Petrópolis, 2002.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. A semissecuritização no subcomplexo amazônico de segurança: explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia. **Revista semestral do programa de pós-graduação em ciências sociais – UFRN**, n.14, p. 24, jan/jun 2014.
- OSTOS, Maria Dell Pillar. VILLA, Rafael Duarte. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visto em torno da agenda de segurança. **Revista Brasil Político Internacional** v. 48, n. 2, 2005.
- PÉCAUT, Daniel. As FARC : uma guerrilha sem fins? / Daniel Pécaut ; tradução Ivone C. Benedetti. – São. Paulo : Paz e Terra, 2010. 160 p.
- PELOSI. Edna Marta, SANTOS. Luís Miguel Luzio dos Santos, O Desenvolvimento na América Latina: teorias cepalinas, teorias da independência e perspectivas atuais. **Economia & Região Londrina (P1)**. v. 6, n. 1, 2018.
- PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 237-257, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200016>>. Acesso em 05 set 2021

PINO, Bruno Ayllón. Transformações globais, potências emergentes e Cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. **Caderno CRH** [online], v. 25, n. 65, pp. 233-249, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200004>>. Acesso em 28 jun 2021.

PISMEL. Matheus Lobo, CHAGAS. Rodrigo Simões, **Colômbia Movimentos pela Paz**, Editora Insular, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125574>

PIRES. Aparecida Cristina Ferreira da Silva. **Êxodo Rural e Violência Urbana na Colômbia**, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/32.pdf>> Acesso em 01 maio 2021

QUINTANAR. Silvia, OERTEL. Carolina Von, **Jornadas de Relaciones Internacionales**. Uribe y la internacionalización del conflicto interno armado colombiano. 2010.

RAMÍREZ, Marta Lucía. Colômbia: política exterior, economía y el conflicto. **Diplomacia Estratégia Política**, Brasília - DF - Brasil, v. 9, p.72-95, jan/mar, 2009.

RANGEL, Alfredo. Progressos e desafios na Colômbia de hoje. **Diplomacia Estratégia Política**, Brasília - DF - Brasil, v. 10, p.117-128, out/dez, 2009.

RIPPEL, CF Márcio Pereira. O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, p. 30, 2004.

RIVEROS. Jorge Luis Triana, JUNIOR. Newton Narciso Gomes, **Políticas Sociais Agrárias no estado Colombiano: uma revisão sistemática da literatura**. Revista Humanidades e Inovação. V. 6, n. 17, p. 34- 43. 2019.

SÁNCHEZ, Ricardo. **Bajo la égida de los Estados Unidos**. En: Ocampo, José Fernando. Historia de las ideas políticas en Colombia, Bogotá, Taurus, 2007.

SANTOS, Francielly. **Plano Colômbia: a influência dos Estados Unidos da América no combate ao narcotráfico na América Latina**, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/540/1/Francielly%20Santos.pdf>>. Acesso em 07 set 2021

SANTOS. Marcelo, **O Plano Colômbia e o Primeiro mandado de Álvaro Uribe (2002-2006)**. Cena Internacional, 2006.

SANTOS. Marcelo, **Revista Brasileira de Política Internacional**. V.53. Passado e presente nas Relações Colômbia- Estados Unidos: a estratégia da internacionalização do conflito armado colombiano e as Diretrizes da política externa norte americana. Brasília, p. 67-88, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KBsJ58cBRfKRF8kjgBpGJvf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 15 agost 2021.

SANTOS, Marcelo, **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**. V. 29. A supremacia dos EUA no pós-Guerra Fria. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/32>>. Acesso em 27 jul. 2021.

SANTOS. Ricardo Stersi Soares. A Integração latino americano no século XIX: antecedentes históricos do Mercosul. **Revista Sequência**. v. 9, n. 57, 2008.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. **Conjuntura Global**, vol. 4, n. 2, p. 124-132, mai/ago. 2015.

SIQUEIRA. Manoela Militão, **O Extermínio e a Teoria Realista – Uma abordagem da Guerra Fria**. Curitiba, 2013.

TEIXEIRA, Augusto Wagner Manenezes Teixeira Júnior. NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. Plano Colômbia: implicações para o Brasil. **Tensões Mundiais**, v. 6, n. 10, p. 265–285, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/804>. Acesso em: 8 set. 2021.

TOLA, Rogelio Churata. **Integración regional: situación y perspectivas para Bolivia**. Umbrales, Universidad Mayor de San Andres – Bolivia, n. 17. CIDES, Postgrado en Ciencias del Desarrollo, UMSA, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/umbr/n17/N17a08.pdf>>. Acesso em: 25 out. de 2020.

VALENCIA, León. Drogas, conflito e os EUA: a Colômbia no início do século. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 129-151, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300010>>. Acesso em 23 jun 2021.

VALENCIA. Mesa, FELIPE. Andrés, "O papel da Colômbia na Segunda Guerra Mundial. Do início da conflagração ao ataque japonês a Pearl Harbor", **Caribbean History**, v. X 319, nº. 26, jan-jun 2015, p. 291-319. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15648/hc.26.2015.10>>. Acesso em 01 nov. de 2020.

VÉLEZ, Álvaro Uribe. Colômbia: desafios até 2010. **Diplomacia Estratégica Política**. Brasília – DF – Brasil, v.6, p. 76-90, abri/jun. 2007

VIANA. Manuela Trindade, **Condicionantes da ascensão de Uribe e aliança estratégica com os EUA na construção do estado colombiano**. 2017. Disponível em: <http://www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/alcont/Viana.pdf> Acesso em : 16/05/2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Colômbia: Economia nacional e suas relações com a economia regional e internacional. In: ARAUJO, Heloisa Vihena de (Org.). **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. v. 2. p. 169-193.

VILLA, Rafael Duarte. OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, pp. 86-110, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292005000200005>>. Acesso em 23 jun 2021

VILLA, Rafael Duarte. VIANA, Manuela Trindade. **Os anos de Uribe na Colômbia: Segurança interna e aliança estratégica com os EUA na construção do Estado Nação.** Carta Internacional. Dez, 2010. Acesso em: 27 de agosto de 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/549-Texto%20do%20artigo-1718-1-10-20160913%20(2).pdf>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis An Introduction.** Londres: Duke University Press, 2004.

WINGGERS, Giana da Silva. TAVARES, Mariana Almeida. BALISTIERI, Thaís Regina. **As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito,** mai. 2014. Disponível em: <<https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 05 agost. 2021.

XAVIER, Lucas. **Por que a Guerra Fria tem esse nome?** Unifebe. Mai. 2018. Disponível em: <<https://www.unifebe.edu.br/site/blog/por-que-guerra-fria-tem-este-nome> >. Acesso em 30 de set. 2020.